

imp eto

IMPETO | REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO
V. 15 | N. 1 | ISSN 3085-6574





Memória guardada dentro de uma porta, ali, na metade do corredor da FAU.

Essa porta nunca se aquieta, é sempre visitada: as pessoas não sabem direito o porquê, mas batem nela quando precisam de algo. Porta que testemunha todas as chegadas - sempre um novo ânimo para o grupo - e partidas - quase sempre saudades.

Dentro dela, um espaço que guarda. Guarda muitos papéis, livros, armários que trocam ocasionalmente de dono, cadeiras em constante dança, testemunhas do cotidiano.

Sobretudo nos guarda, O refúgio: lugar para explodir, dar risada, trabalhar em silêncio. Naquela sala cada um encontra o seu canto: sua cadeira, seu armário. Ao entrar no PET ganha-se pelo menos 18 companheiros(as) e opta-se por dividir o tempo por 18.

Também por 18 se divide o risco. As atividades sempre com ar de tentativa, de aprendizado. A autonomia da escolha: aqui tudo se pode propor, tudo se pode realizar. O nome ímpeto não foi uma escolha aleatória.

É um trabalho arriscado esse de explorar possibilidades. Arriscado e muitas vezes incompreendido. É difícil mesmo entender um grupo que se propõe a materializar uma filosofia que atualmente parece antiquada: a filosofia da partilha, do convívio. Partilha de uma sala, do tempo, dos riscos, do aprendizado.

Às vezes nem essas 18 pessoas sabem direito o que isso significa. Mas se sentem parte de algo. Parte de um grupo que nunca se esgota e da construção de uma memória que se expande.

É justamente a memória que mantém o(a) petiano(a). É a sensação que se desperta ao saber que outros(as) também percorrem aquele espaço, partilharam as cadeiras e as experiências.

A Ímpeto enquanto fruto de uma coletividade, produção do PET, é mais um desses elos que conectam os(as) petianos(as) que são e que foram petianos(as). Aquilo que permanece, que continua, constantemente (re)aproveitado.

COORDENAÇÃO EDITORIAL¹

(PET ARQUITETURA)

Ana Carolina Santos Silva Lucia Tone Ferreira Hidaka
Maria Clara Oliveira Rufino Thaynara de Almeida Messias

COMISSÃO DE DIAGRAMAÇÃO²

(PET ARQUITETURA)

Alceu Carlos da C. Neto	Maria Clara Oliveira Rufino
Ana Carolina Santos Silva	Mateus Felipe Lopes de
Anderson Ferreira da Silva	Oliveira Andrade
Bárbara Victória P. Lima	Paloma Leite da F. Targino
Clara Duarte de B. Barbosa	Pedro Henrique B. Pedrosa
Gleisy Santos de Azevedo	Rodrigo Moura Medeiros
Inara Emanuely D. Teodoro	Stephany Santos Silva
Isídio Teixeira de Omena	Thaynara de A. Messias
Luciano Oliveira da S. Santos	Verônica Ellen C. Luciano

CONSELHO EDITORIAL³

Aline Dantas de A. D'Amore (UnP)	Marli de Araújo Santos (UFAL)
Caroline Gonçalves (FAU/UFAL)	Mônica Vianna (Unima)
Flávia Araújo (UFAL)	Ricardo Alexandre Paiva (UFC)
Gabriel Teixeira Ramos (UFG)	Rosamônica da Fonseca
Leandro Cardoso (UFMG)	Lamounier (IBMEC BH)
Mario Leal Lahorgue (UFRGS)	Suzann Flavia C. de Lima (UFAL)

REVISÃO GRAMATICAL⁴

Mirele Souza Urtiga	Maria Laura H. de Lima
Isadora Kelly F. Arcanjo da Silva	Sabrina Chaves C. A. Cardoso

AUTOR DA CAPA⁵

Nycollas Augusto Constantino
dos Santos Lima

DESIGN E LAYOUT⁶

(PET ARQUITETURA)

Ana Carolina Santos Silva	Thaynara de Almeida Messias
Maria Clara Oliveira Rufino	

CONTATOS

PET Arquitetura

Revista Ímpeto



REALIZAÇÃO



¹A coordenação editorial da Revista Ímpeto é composta por integrantes discentes e a tutora do grupo PET Arquitetura - Ufal.

²Comissão da Revista Ímpeto composta por integrantes discentes do grupo PET Arquitetura - Ufal.

³O conselho editorial da Revista Ímpeto é composto por um corpo de pareceristas *ad hoc*, doutores de Arquitetura e Urbanismo, bem como em áreas correlatas, filiados a diversas instituições nacionais.

⁴A revisão gramatical desta edição da Revista Ímpeto foi realizada por integrantes do grupo PET Letras - Ufal.

⁵A arte gráfica da capa desta edição da Revista Ímpeto foi realizada por um artista alagoano.

⁶O design e o layout desta edição da Revista Ímpeto foram elaborados por integrantes discentes do grupo PET Arquitetura - Ufal.

SOBRE A CAPA

“A minha inspiração para a arte na capa se deu ao imaginar um mundo alternativo onde a sociedade e cultura evoluíram, me inspirando na costura e nos elementos desse universo. Nesse contexto alternativo, os prédios altos que chamamos de ‘arranha céus’ possuem formato de agulha e de fato arranham os céus. As casas e prédios onde a maioria da população vive são feitos de rolos densos de linha, representando a linha da vida acumulada com memórias sobre aquele lar através dos anos. Já o transporte público são bondinhos em formato de máquina de costura, conectando de forma expressa um ponto ao outro por meio da linha. Escolhi deixar a cena em tons bem coloridos, mesclando tons quentes e frios para gerar contraste e melhor exaltar as cores. Em uma das versões dessa ilustração é possível ver uma aranha gigante escalando um dos prédios em formato de carretel, representando algo misterioso e assustador escondido entre os carretéis coloridos da grande cidade, porém despercebido pela maioria. Mas, posteriormente, em outra versão da arte, removi, pois não representava a intenção inicial de exaltação da alegria que conduziu o *briefing* do projeto”.



Figura 1 – Capa da primeira edição de 2025
Fonte: PlantKing Boy (2021)

SOBRE O AUTOR DA CAPA

A capa foi elaborada pelo artista e ilustrador alagoano, também estudante de Arquitetura e Urbanismo da FAU/UFAL, **Nycollas Augusto Constantino dos Santos Lima** ([Instagram](#)) (ver Figura 2). “Comecei a estudar desenho e ilustração para melhor representar em 2D as ideias que me vinham à mente, e na mesma linha de pensamento escolhi o curso de Arquitetura e Urbanismo para poder melhor traduzir essas ideias para o 3D e em escala humana, projetando com a intenção de que um corpo real pudesse interagir com o espaço e não apenas o observar como com uma pintura”.



Figura 2 – Colagem fotográfica do autor da capa
Fonte: PET Arquitetura (2025)

CARTA EDITORIAL

Último editorial da Revista Ímpeto desta minha tutoria no PET Arquitetura/ Ufal, período de 2019-2025, que se encerra em agosto de 2025. Quantas memórias! Muito amor envolvido, muito trabalho, resiliência e superação! Que boa a sensação de missão cumprida em grupo, no coletivo, de mãos dadas e sem ninguém soltar a mão de ninguém, mesmo nos momentos de dúvidas, crises, perdas e tristezas dolorosas. Sob a coordenação das discentes Ana Carolina Santos Silva, Maria Clara Oliveira Rufino e Thaynara de Almeida Messias, o PETARQ entrega, com muita alegria, o volume 15, número 1, do ano de 2025, da Revista Ímpeto (Qualis B2, 2017-2020). Saudações petianas a toda a comunidade da Arquitetura e Urbanismo e áreas afins!

Esta edição contou novamente com nosso grande parceiro o PET Letras Ufal. Nossos agradecimentos, mais que especiais, pela disponibilidade da parceria e pelas correções ortográficas e sintáticas dos artigos aqui publicados. Agradecimentos, também, aos(as) nossos(as) pareceristas Ad hoc pela disponibilidade e excelência nas avaliações dos artigos submetidos à Revista e publicados nesta edição. A história da Ímpeto é marcada por cada um que se juntou nessa corrente de mãos dadas pela divulgação da pesquisa científica.

A tradição de capas diferenciadas, a cada publicação, é nossa marca registrada. Assim, em tempos de Inteligência Artificial (IA), muito nos honra, e é de fundamental importância, valorizar a criatividade e a originalidade de um artista alagoano. Com uma sensibilidade ímpar, Nycollas Augusto Constantino dos Santos Lima, o @PlantKingBoy, estudante de Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), nos presentearia com sua arte que inspira memórias e imaginação sobre a realidade urbana. A arte nos faz esperar um mundo melhor.

De acordo com a linha editorial da Revista, essa edição brinda você leitor(a) com textos que possibilitarão informações, aprendizados e reflexões sobre a diversidade da área da Arquitetura e Urbanismo, e afins. São eles: no âmbito do direto à cidade, o artigo “Um estudo das moradias autoconstruídas na Comunidade da Luz, em Belém-PB”, de Heloisa Cristine Souza Lima Barbosa e Marcela Dimenstein, aborda a identificação e a classificação das práticas de autoconstrução na Comunidade da Luz no município de Belém, na Paraíba, analisando os problemas associados à autoconstrução e às necessidades habitacionais expressas pelos moradores; sobre a produção arquitetônica unifamiliar alagoana, o texto “Análise da produção residencial de Maceió na década de 1980”, de Raíssa Rafaelly de Holanda Leite e Manuella Marianna Carvalho Rodrigues de Andrade, apresenta a análise realizada a partir de desenhos técnicos de exemplares arquitetônicos projetados por arquitetos formados pelas primeiras turmas do curso de Arquitetura e Urbanismo, da Ufal, a partir de um protocolo de observação, que identifica a inter-relação entre elementos e espaços arquitetônicos que materializaram os nove princípios do “Roteiro para se construir no Nordeste” de Armando de Holanda (1976); referindo-se às experiências no espaço urbano, o artigo “Territorialidades na Praça Raul Soares em Belo Horizonte”, de Vitor Giulianetti

Barros, Evandro Fiorin e Manoel Rodrigues Alves, traz cartografias que registram as territorialidades dessa praça em Minas Gerais, compreendendo, a partir do caminhar, que a territorialidade é um sistema de relações espaciais multidimensionais dos atores territoriais; e, concernentes às políticas públicas, desigualdade social e segurança no espaço público, o texto “Desigualdade social e insegurança feminina em espaços públicos: o estudo de caso de Presidente Prudente”, de Julia Salomão dos Santos Favareto e Vera Lucia Tieko Suguihiro, investiga a insegurança vivida pelas mulheres em espaços públicos na cidade de Presidente Prudente/SP, discutindo as dinâmicas entre vulnerabilidade social e violência de gênero. Agradecemos a estes e todos(as) os(as) autores(as) que submeteram suas produções à Revista.

Nosso agradecimento mais que especial ao professor associado do DAU/IT/UFRuralRJ e pesquisador da UFAL (FAU/PPGAU/NEST), Humberto Kzure-Cerquera, pelo artigo especial desta publicação. Com sensibilidade e destrezas únicas, professor Kzure-Cerquera, nos faz refletir sobre acontecimentos traumáticos recentes de impacto planetário, perpassando por reflexões sobre cultura, temporalidades, paisagem e as relações socioespaciais que nos atravessam enquanto memórias, vivências e inquietações do estar como sujeitos em sociedade no planeta Terra.

Por fim, com o coração cheio de emoção nesse momento, me despeço desse espaço. Entrego a Revista Ímpeto ao futuro, honrando o passado e exaltando o presente deste periódico científico feito por um grupo de dezoito estudantes e uma tutoria docente do curso de Arquitetura e Urbanismo, dentro de uma universidade pública, gratuita e de qualidade, no nordeste brasileiro. Boa leitura a todos e todas!

LÚCIA TONE FERREIRA HIDAKA
TUTORA DO PET ARQUITETURA

SEÇÃO ESPECIAL SEÇÃO ESPECIAL
ESPECIAL SEÇÃO ESPECIAL SEÇÃO
ESPECIAL SEÇÃO ESPECIAL SEÇÃO

09

ENLACE CIDADE E CULTURA: O MUNDO CONTEMPORÂNEO ENTRE REPRESENTAÇÕES, CONVULSÕES E EXTREMISMOS

CONNECTION CITY AND CULTURE: THE CONTEMPORARY WORLD BETWEEN REPRESENTATIONS, CONVULSIONS AND EXTREMISMS

KZURE-CERQUERA, HUMBERTO

OS ARTIGOS ARTIGOS ARTIGOS AR
OS ARTIGOS **ARTIGOS** ARTIGOS AR
TIGOS ARTIGOS ARTIGOS ARTIGOS

47

UM ESTUDO DAS MORADIAS AUTOCONSTRUÍDAS NA COMUNIDADE DA LUZ, EM BELÉM-PB

A STUDY OF SELF-BUILT HOUSES IN COMUNIDADE DA LUZ, IN BELÉM-PB

BARBOSA, HELOISA CRISTINE SOUZA LIMA; DIMENSTEIN, MARCELA

66

ANÁLISE DA PRODUÇÃO RESIDENCIAL DE MACEIÓ NA DÉCADA DE 1980

ANALYSIS OF MACEIÓ'S RESIDENTIAL PRODUCTION IN THE 1980s

LEITE, RAÍSSA RAFAELLY DE HOLANDA; ANDRADE, MANUELLA MARIANNA

AS TERRITORIALIDADES DA PRAÇA RAUL SOARES EM BELO HORIZONTE

TERRITORIALITIES IN RAUL SOARES PUBLIC SQUARE IN BELO HORIZONTE

BARROS, VITOR GIULIANETTI; FIORIN, EVANDRO; ALVES, MANOEL RODRIGUES



DESIGUALDADE SOCIAL E INSEGURANÇA FEMININA EM ESPAÇOS PÚBLICOS: O ESTUDO DE CASO DE PRESIDENTE PRUDENTE

SOCIAL INEQUALITY AND FEMALE INSECURITY IN PUBLIC SPACES: THE CASE STUDY OF PRESIDENTE PRUDENTE

FAVARETO, JULIA SALOMÃO DOS SANTOS; SUGUIHIRO, VERA LUCIA TIEKO



impeto

ÍMPETO | REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO
V. 14 | N. 3 | ISSN 3085-6574



ESPECIAL ESPECIAL ESPECIAL



ENLACE CIDADE E CULTURA: O MUNDO CONTEMPORÂNEO ENTRE REPRESENTAÇÕES, CONVULSÕES E EXTREMISMOS

CONNECTION CITY AND CULTURE: THE CONTEMPORARY WORLD BETWEEN REPRESENTATIONS, CONVULSIONS AND EXTREMISMS

KZURE-CERQUERA, HUMBERTO¹

¹Arquiteto e Urbanista, pela FAUFBA, mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ e doutor pelo PROURB/FAU/UFRJ, tendo realizado um doutorado sanduíche na BAUHAUS Universität Weimar, na Alemanha. Possui pós-doutorado pela Universidade do Porto (Portugal), Université La Rochelle (França) e Technische Universität Wien (Áustria), Professor Associado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, humbertokzure@gmail.com.

RESUMO

No presente ensaio, parte-se do princípio de que a cidade contemporânea é vista, frequentemente, como reflexo da produção econômica desigual e desequilibrada socialmente. Repleta de heterogeneidades, ambiguidades e contradições, mas também de significados e significantes, a cidade neste século 21 evidencia uma sucessão de episódios que impactam e promovem alterações constantes no comportamento social e cultural dos indivíduos que a experienciam cotidianamente. Apesar do crescimento econômico que vigorou no século passado, hoje se observa vários fenômenos que incidem sobre o espaço urbano, em geral atribuídos às políticas neoliberais, ao aumento demográfico exponencial, aos padrões dissemelhantes de habitabilidade e consumo, a degradação ambiental e sucessivas crises climáticas, aos impactos para a saúde pública. Diante desse quadro referencial, observa-se, ainda, formas de hierarquia e controle de territórios e indivíduos, os quais promovem todo tipo de insegurança e, em última análise, medo. Contudo, a cidade ainda perpetua valores simbólicos, identidade e memória que impulsionam singularidades e totalidades, conforme teorizou Milton Santos (1996) e outros. No campo dos estudos urbanos e culturais, arquitetos e urbanistas, entre várias categorias disciplinares, constantemente desenvolvem estudos sobre a cidade na perspectiva material, relacional e representacional. Há certo consenso de que a cidade, desde a sua origem, configura-se dialeticamente como espaço que é: simultaneamente absoluto - existência material -, relativo - relação entre objetos -, relacional - espaço que contém e que está contido nos objetos -, como enunciou David Harvey (1980). No mundo globalizado, a percepção da cidade desencadeia diversificados fatos culturais que são apreendidos pelos sentidos a partir dos elementos da paisagem, morfologia urbana e modos de vida urbana, capazes de promover ética e esteticamente incontáveis narrativas e representações, reforçando a compreensão de dilemas sobre as distintas formas de apropriação territorial exercida por distintos grupos sociais, cuja materialidade expressa a dimensão simbólico-cultural.

Palavras-chave: Cidade e Cultura; Paisagem Urbana; Representações da Realidade, Ética e Estética.

ABSTRACT

In this essay, we start from the principle that the contemporary city is often seen as a reflection of unequal and socially unbalanced economic production. Full of heterogeneities, ambiguities and contradictions, but also of meanings and signifiers, the city in the 21st century shows a succession of episodes that impact and promote constant changes in the social and cultural behavior of the individuals who experience it on a daily basis. Despite the economic growth that took place in the last century, today we can observe several phenomena that affect urban space, generally attributed to neoliberal policies, exponential demographic growth, different patterns of habitability and consumption, environmental degradation and successive climate crises, and impacts on public health. In light of this framework, forms of hierarchy and control of territories and individuals can also be observed, which promote all types of insecurity and, ultimately, fear. However, the city still perpetuates symbolic values, identity and memory that drive singularities and totalities, as theorized by Milton Santos (1996) and others. In the field of urban and cultural studies, architects and urban planners, among various disciplinary categories, constantly develop studies on the city from a material, relational and representational perspective. There is a certain consensus that the city, since its origin, has been dialectically configured as a space that is: simultaneously absolute - material existence -, relative - relationship between objects -, relational - space that contains and is contained in objects -, as stated by David Harvey (1980). In the globalized world, the perception of the city triggers diverse cultural facts that are apprehended by the senses from the elements of the landscape, urban morphology and ways of urban life, capable of ethically and aesthetically promoting countless narratives and representations, reinforcing the understanding of dilemmas regarding the different forms of territorial appropriation exercised by different social groups, whose materiality expresses the symbolic-cultural dimension.

Key-words: City and Culture; Urban Landscape; Representations of Reality, Ethics and Aesthetics.

²Estrofes da música “Medo da Chuva”, composta por Raul Seixas e Claudio Roberto.

“(…) *Eu perdi o meu medo
O meu medo, o meu medo da chuva
Pois a chuva voltando
Pra terra traz coisas do ar*

*Aprendi o segredo, o segredo
O segredo da vida
Vendo as pedras que choram sozinhas
No mesmo lugar (...)”²*

PRELÚDIO DORAVANTE EPISÓDIOS CONTEMPORÂNEOS

³Projeto realizado em finais dos anos 1960, sob o comando do arquiteto nipo-estadunidense Minoru Yamasaki em associação com a empresa Emery Roth & Sons, fundada pelo arquiteto húngaro-estadunidense de origem judaica.

⁴Edifício projetado nos anos 1940 pelo arquiteto norte-americano George Bergstrom. Curiosamente, sua construção foi iniciada em 11 de setembro de 1941.

⁵George W. Bush, membro do Partido Republicano, foi Presidente dos Estados Unidos por dois mandatos: de 2001 a 2009.

11 de setembro de 2001: mais um fatídico dia para o planeta após ataques aéreos aos icônicos edifícios *World Trade Center*³, outrora conhecidos como as “Torres Gêmeas” de Nova York, e a sede do Pentágono⁴ em Washington. Meio a controvérsias entre diferentes grupos políticos e econômicos, oito meses depois do primeiro mandato de George W. Bush⁵, esses atentados foram atribuídos ao grupo fundamentalista islâmico *Al-Qaeda*, comandado à essa altura pelo saudita Osama bin Laden, como os veículos da grande mídia internacional difundiram. Aparentemente, a Terra assistia ao anúncio de um clima de medo generalizado, acentuando o grau de vulnerabilidade à população civil, principalmente. “A era da insegurança ou do medo”, como argumentava Gilles Lipovetsky (2020), tornou-se lugar comum nos discursos políticos e nos estudos acadêmico-científicos. Conveniente lembrar que o medo foi, em vários períodos da existência humana, sendo paulatinamente substituído pela racionalidade. O medo dos eventos naturais, dos armamentos, dos aparatos técnicos e tecnológicos, e da própria ciência, ainda demonstra que o uso da razão não foi suficiente para a tomada de consciência dos humanos quanto à transformação e à superação de obstáculos e segredos da natureza que ainda não foram desvendados. Noam Chomsky (2018), em breve recorte histórico que antecede esse fatídico evento de 2001, como consta do seu livro *Quem manda no Mundo*, lembra:

Como todos deveríamos saber, nada disso é um experimento mental ou mera especulação. Aconteceu. Refiro-me, naturalmente, àquilo que na América Latina é muitas vezes chamado de “o primeiro 11 de setembro”: o dia 11 de setembro de 1973, quando os Estados Unidos tiveram êxito em seus esforços para derrubar o governo democrático de Salvador Allende no Chile com um golpe militar que levou ao poder o terrível regime do general Augusto Pinochet. A seguir, a ditadura instalou seus meninos de Chicago – economistas formados na Universidade de Chicago – para remodelar a economia do país. Pense na destruição econômica, na tortura e nos sequestros, e multiplique por 25 os números de mortos para

produzir equivalentes per capita, e você simplesmente verá como foi muito mais devastador o primeiro 11 de setembro” (Chomsky, 2014, p. 10).

Esse tipo de atentado a cidades globais ou àquelas que vão emergindo sócio e economicamente, possibilita afirmar que segue as artimanhas da reprodução do capitalismo dominante. Ailton Krenak (2022), por exemplo, chama a atenção para o fato de que “o capitalismo precisa de uma plataforma – que é urbana. Basta ver cidades como Nova York e Tóquio, onde ficam as Bolsas de Valores, [que] são âncoras desse sistema” (Krenak, 2022: p. 57). Essa mesma ‘plataforma urbana’ determina, igualmente, os meios de ampliação das atividades comerciais e industriais que regem, por exemplo, expansão desmedida dos processos de financeirização impetrados pelo neoliberalismo. A cidade contemporânea concentra as principais decisões do mercado internacional e em vista disso, despreza os danos causados ao meio urbano e à natureza.

11 de março de 2020, por sua vez, é a data em que a OMS (Organização Mundial de Saúde) declara estado de alerta em escala global diante da pandemia de Covid-19, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, com elevado grau de infecção respiratória e transmissibilidade. Antes dos esforços científicos para encontrar uma vacina, o ano de 2021 representou o pico do quadro pandêmico que subtraiu, mundo à fora, inúmeras vidas humanas como atestou a OMS. A população pobre e periférica, assentada em condições precárias de habitabilidade e infraestrutura urbana foi, sem sombra de dúvidas, a mais vitimada. Isso faz lembrar as reflexões de Jared Diamond (2003), entre outros autores, que o tempo e o espaço na contemporaneidade é constituído de “soluções desequilibradas”. Todavia, cabe lembrar que muitas nações, em geral governadas por regimes imperialistas, totalitários ou frágeis democraticamente, negligenciaram essa crise sanitária. A pandemia transpareceu para o mundo, durante o período em que se alastrou, a deficiência e a falência da gestão da saúde pública, inclusive nos países chamados de desenvolvidos. Em face das inseguranças que amedrontam os dias atuais, Gilles Lipovetsky e muitos intelectuais progressistas são unânimes ao afirmar que a maioria dos Estados estavam despreparados político e economicamente para o enfrentamento de uma crise dessa envergadura. Para o autor,

Esse sentimento de insegurança generalizada pode ser observado em toda parte. No plano privado, a instabilidade familiar, os divórcios, as separações afetam profundamente as pessoas... No plano político e cultural, os fenômenos são uma legião: preocupação ligada à globalização, insegurança

relacionada à imigração e ao clima, insegurança alimentar – a alimentação tornou-se ansiogênica –, insegurança ligada à situação econômica, ao desemprego, aos filhos – diz-se que nossos filhos viverão pior do que nós! Estamos em um estado de insegurança generalizada, do qual o populismo é uma expressão. É a grande marca da época. (Lipovetsky, 2020, p. 01).

Num contexto de marcos dramáticos observados neste século 21, como os dois casos acima preambulados, percebe-se, claramente, as contradições entre os avanços tecnológicos e as profundas crises climáticas. Em tempos onde o capitalismo neoliberal, excludente e opressor, marcha substancialmente sob a cumplicidade de incontáveis poderes estatais, observa-se o quanto ele tem sido capaz de capturar e manipular corpos, ferir e destruir direitos democráticos, promover a cultura do medo e incitar a violência, encorajar mecanismos que degradam o meio ambiente, agenciar genocídios e inúmeras tragédias em nome da ganância econômica, entre tantas mazelas atuais. Isso representa o que comumente vem sendo denominado de “apocalipse da modernidade”? Para Ailton Krenak

(...) a sociedade precisa entender que não somos o sal da terra. Temos que abandonar o antropocentrismo; há muita vida além da gente, não fazemos falta na biodiversidade. Pelo contrário. Desde pequenos, aprendemos que há listas de espécies em extinção. Enquanto essas listas aumentam, os humanos proliferam, destruindo florestas, rios e animais. Somos piores que a covid-19. Esse pacote chamado de humanidade vai sendo descolado de maneira absoluta desse organismo que é a Terra, vivendo numa abstração civilizatória que suprime a diversidade, nega a pluralidade de formas de vida, de existência e de hábitos (Krenak, 2020 p. 81-82).

A perspectiva de extinção do planeta diante dos impactos provocados pelas frequentes alterações climáticas, aumento das desigualdades socioeconômicas, precarização do trabalho, desinformação desenfreada, manipulação midiática, perda de privacidade, quebra do decoro, exacerbção de práticas racistas e atemorização diante de novas crises sanitárias são exemplos preocupantes nestes tempos. Não se trata, necessariamente, de visões pessimistas, mas do esforço de luta por mais sensatez na busca pelo equilíbrio socioambiental e proteção da vida dos seres vivos. Notadamente, o planeta vive uma espécie de sociedade do colapso que exige desafios que sejam capazes de resgatar o ideário de mais justiça social e ambiental.

A Terra vive uma espécie de inquietação sem precedentes, que atinge não apenas as nações de maior domínio político e economia pungente. Acena-se para um movimento societário de alcance global, sob a potência de sofisticadas tecnologias de controle e opressão que põem em risco o avanço de direitos democráticos e, em última instância, da ética e da estética. Designadamente, o planeta passa por uma crise cultural. Acirram-se os conflitos e o totalitarismo comandado, sobretudo, pelas potências de maior economia planetária e superioridade militar e cibernética, via de regra pela escalada do conservadorismo decorrente, sobretudo, da ampliação das fronteiras do capital neoliberal.

Nos dias atuais, muitos autores e críticos de viés progressista como Anne Buttimer (1938-2017), Achille Mbembe (1957), Boaventura de Sousa Santos (1940), Doreen Massey (1944-2016), David Harvey (1935), Giorgio Agamben (1942), Marilena Chauí (1941), Milton Santos (1926-2001), Noam Chomsky (1928), Christian Norberg-Schulz (1926-2000), Thomas Piketty (1971), entre tantos, ajudam a compreender a evidente crise do capitalismo e suas formas de aniquilação de soberanias estatais, da promoção de conflitos sociais, da degradação ambiental e, também, da ruptura de valores e objetos simbólicos. Assiste-se, cotidianamente, incontáveis embates políticos e econômicos globais, imposições à servidão para a sociedade civil com a perda de direitos e liberdades, guerras, medo, fome, pobreza e morte que têm levado à perpetuação da vulnerabilidade de territórios, principalmente africanos, latino-americanos e do médio oriente.

Circunstancialmente, o neoliberalismo vigente e comandado pelos principais oligopólios econômicos sediados nos países centrais, pautado pela multiplicação de seus dividendos, em geral através da forma rentista, segue com a imposição de sanções imperativas e globalizadas. A histórica acumulação do capital em tempos e espaços distintos, como sublinhava Milton Santos (1994), demonstra o quanto as grandes empresas detêm parcelas significativas do mercado internacional sob a cumplicidade da figura do Estado, cada vez mais submissa e/ou mancomunada com as forças capitalistas, protagonistas da promoção de crises para reinventar e perpetuar seus domínios.

Vê-se, com isso, a crescente restrição de garantias para o bem-comum. Em uma agenda neoliberal reacionária/autoritária, o sentido de humanidade é desvirtuado e desprezado pelo poder da economia hegemônica e da própria esfera política, que tem assumido um papel igualmente ul-

traconservador em muitos países. No bojo da lógica capitalista, Noam Chomsky (2020) argumenta que o neoliberalismo nada mais é que uma “variante selvagem” do próprio capitalismo, e reforça que o Estado, com todo o seu aparato funcional, se tornou conivente dessa ideologia de supervalorização do mercado. Ao tratar desses tempos de avanço do autoritarismo e patrulhamento por parte do Estado, que assumiu a orientação capitalista neoliberal, Chomsky declara que:

Existem forças em conflito. O mundo dos negócios e os estadistas reacionários aliados a ele querem fortalecer o controle autoritário. As forças populares querem avançar em direção a um mundo mais justo e livre. O que [eventualmente acontecerá] depende da interação dessas forças (Chomsky, 2020, p. 01).

Ao transpor aspectos dessa breve reflexão para a cidade, na qual se inscreve o universo da arquitetura e do urbanismo, admite-se a existência de uma crise ética instaurada nos espaços político, econômico, social, cultural e ambiental. Faz-se, assim, perceber que o planeta vive uma crise de ordem cultural sem precedentes. A destruição das arquiteturas inicialmente referenciadas ou dos espaços físicos que serviram como anteparos para a propagação da pandemia da Covid-19, põe em xeque a própria noção de progresso que vem desde a chamada cidade industrial. A cidade contemporânea se torna cada vez mais vulnerável, na qual seus espaços públicos e privados ora são tomados por diferentes ataques ora são capturados pelos instrumentos tecnológicos de controle social. Neste caso, arquitetura e o urbanismo têm se tornado, por um lado, reféns de decisões impostas pelos mecanismos de governabilidade neoliberal e, por outro, como espaços onde se predomina o medo e a opressão.

Nestes tempos de aceleração, em que vigoram os avanços tecnológicos e sua fetichização, a arquitetura e o urbanismo seguem indubitavelmente o espectro da dualidade: ora como símbolos da opulência capitalista ora como espaços de confinamento – observado à época da pandemia do coronavírus –, independente de classe social ou gênero, mas que impactou em maior grau de vulnerabilidade sanitária a população mais pobre. Ao admitir que os dias atuais passam por uma crise cultural, com um crescente colapso societário, vive-se, em certo sentido, o descarte gradativo da ética e seu desenlace com a estética, no que diz respeito à percepção sensorial ou às representações da essência das emoções. Diante desse panorama, novas paisagens surgem nas cidades, seja pelos símbolos enaltecidos do poder político-econômico dominante,

pela supressão de identidades e memórias ou expansão dos abismos sociais.

Perante certo esvaziamento das relações socioespaciais, que implicam em desvios ético-comportamentais, o presente artigo-ensaio se propõe a retomar algumas reflexões sobre a cultura e a reprodução material da e na cidade. Pretende, neste seguimento, confrontar o estado de consciência dos humanos diante da compreensão sobre o que é percebido como materialidade exterior e por meio de interpretações interiorizadas pelos indivíduos em sociedade.

RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS E COLAPSO CULTURAL ENTRE TEMPORALIDADES E REPRESENTAÇÕES URBANAS

Comumente, as ciências sociais tratam a cidade como o espaço mais aperfeiçoado da produção socioeconômica e das relações humanas, desde a sua origem. Admitem também as suas heterogeneidades e múltiplas contradições, que inscrevem materialidades, representações, temporalidades, permanências e finitudes, resultantes da formação de incontáveis embates, alianças e disjunções. O enlace cidade-cultura permite ao ser humano vê o mundo através de uma lente que qualifica, através de valores distintos e específicos, as coisas. Com efeito, a cultura revela, por meio de diferentes meandros das paisagens urbanas, comportamentos e formas representacionais, expressas pela apreensão de crenças, arte, moral, leis, costumes, conhecimentos ou quaisquer hábitos adquiridos pelo indivíduo numa determinada sociedade.

Apesar da cultura se mostrar como um conceito complexo, múltiplo e de interpretações pouco consensuais, Marilena Chauí (2018) defende que cultura significa *cuidar*, cuja origem vem do verbo *cólere*. Segundo a filósofa, cultura é a capacidade dos indivíduos em estabelecer relações com o ausente através de símbolos que permitem nossas manifestações por meio de seus primeiros elementos: a linguagem (torna presente o que está ausente) e as relações de trabalho (faz surgir no mundo o que não existia) e, por desdobramento, a habilidade humana de se relacionar com as diferentes escalas do tempo. Chauí ainda enfatiza que o mundo da cultura é, sem dúvidas, o espaço das oposições e uma resposta a todo espaço simbólico que é produzido socialmente.

Nestes termos, no decorrer de sucessivas gerações os indivíduos têm adquirido vários saberes que permitem o domínio de numerosas técni-

cas e tecnologias. Neste farto acervo cultural de invenções e inovações, o conhecimento científico tem possibilitado ao ser humano se aprofundar na criação de artefatos e soluções requeridas na e pela vida planetária. Não significa, pois, ter a posse da sapiência, que ainda parece estar em um horizonte muito distante. A prova disso é o grau de vulnerabilidade humana diante dos fenômenos naturais, dos processos de aceleração antrópica ou dos microrganismos infecciosos.

Nesses processos resultantes de saberes e práticas cumulativas há também rupturas e continuidades. Por isso, ver o mundo por meio da cultura objetiva a propensão em firmar o modo como cada indivíduo é capaz de perceber, intervir e representar a noção de espaço real a partir da cidade e seus objetos concretos. Como adverte Denis Cosgrove (1998), a cultura não é qualquer coisa que para funcionar recorre aos humanos. Ao contrário, a cultura precisa ser constantemente reproduzida pelos seres humanos em suas ações concretas e/ou reflexivas. Reconhecer que a cultura promove mudanças, sejam elas rápidas ou lentas em suas formas de reprodução, significa admitir o quanto é resultante das práticas humanas, independente dos meandros da consciência, da percepção sobre os significados das coisas ou do que se materializa por meio de representações.

É de notar que toda e qualquer intervenção humana na “natureza” ou na “paisagem urbana” se transforma em cultura. Utensílios naturais, por exemplo, tornam-se objetos culturais e adquirem significados que são apreendidos socialmente. Portanto, não se trata de propriedades natas, uma vez que se preservam ou se aprimoram através de signos que os próprios objetos expressam numa determinada sociedade. A cultura é, sobretudo, reflexo e condicionante das ações dos indivíduos em sociedade, mesmo aquelas que destroem símbolos e aspectos identitários construídos ao longo da história. Sobre o extermínio de objetos culturais, cabe lembrar de casos mais recentes que vêm ocorrendo na Palestina, com a invasão do governo sionista israelense à Faixa de Gaza desde 2023 e, não muito distantes, os ataques à cultura promovidos pelo grupo fundamentalista Talibã, apontado como autor da destruição das randiosas estátuas dos Budas de Bamiyan, no Afeganistão, de artefatos pré-islâmicos do Museu Nacional do Afeganistão, em Cabul, de esculturas e territórios históricos em Palmira, na Síria, entre tantos.

Ao pensar a cultura em uma perspectiva antropológica, seguida de regras e padrões que se manifestam e regulam aspectos da vida individual

e coletiva, Franz Boas (2004) argumenta que a percepção cultural do mundo resulta da separação dos seres humanos do meio natural, que em suas atividades concretas, modificam, à sua maneira, o meio social onde estão inseridos. No mesmo sentido, o campo filosófico reforça que reflexões sobre a cultura possibilitam conhecer as práticas que orientam as atividades humanas no espaço e no tempo, onde é possível compreender o lastro que assenta um corpo de significados decorrentes da tradição, das rupturas e dos atravessamentos científicos e artísticos. Sob esse ponto de vista, amplia-se o universo das representações, uma vez que “para compreender um organismo, é necessário conhecer não só sua própria história, mas também a de seus antepassados” (Boas, 2004, p. 93), onde se inscrevem os sonhos, os projetos e as utopias, que são entes da transformação e recriação das tradições, como assinala Marcel Roncayolo (1986).

Diante desses sistemas que parcialmente regem as relações sociais do indivíduo, Niklas Luhmann (1996) considera que a cultura adquirida, inclusive as fantasias e os sonhos, têm atributos de comunicação e de pensamento. Como observa o autor, as comunicações dos sistemas sociais multiplicam-se pela emissão, recepção e transmissão das ideias, ao passo que os pensamentos se reproduzem na formulação de conceitos próprios da faculdade do pensar. Assim, as comunicações são as operações básicas dos sistemas sociais e as do pensamento – as psíquicas. Ressalta-se aqui a função do pensamento crítico no que diz respeito à compreensão dos processos socioculturais em voga, seus discursos, seus mecanismos de legitimidade e as mudanças que impõem (Luhmann *apud* Kzure-Cerquera, 2007, p. 35).

Notadamente, essa reflexão de Luhmann se insere na compreensão de Freud sobre a cultura como estado de elevação da própria vida humana que sobrepõe à condição animal, uma vez que reforça a “sublimação dos desejos” e a regulação do antagonismo entre as pulsões de vida e morte, evitando ou minimizando expressivos conflitos capazes de operar destrutivamente no seio das sociedades. No pensamento freudiano, a compreensão da cultura passa pelos conhecimentos adquiridos pelos indivíduos que lhes permitem reger a natureza – natural, psíquica e social, possibilitando, principalmente, a regulação das complexidades que movem as relações humanas e a respectiva produção de bens, cujo caráter universal expressa a satisfação individual e/ou coletiva como parte da psique – o desejo e o gozo; os instintos.

Ao considerar que a gênese da cultura, sem qualquer propósito de encapsulamento, vincula-se diretamente ao ambiente social e sua historicidade. Pode-se, portanto, admiti-la como um construto de experiências humanas, orientadas e governadas por aqueles que detêm a faculdade para o exercício da autoridade – o poder político, econômico, social, jurídico e religioso. Assim, é possível reconhecer que a cultura, que também é fruto de manifestações diversas e contraditórias, é um espaço de incontáveis duelos entre identidades construídas e práticas de domínio, por exemplo. Neste sentido, a pluralidade dos processos culturais resulta de múltiplas experiências adquiridas em tempos e espaços diversos e, também, por meio de temporalidades.

Admite-se, portanto, não se tratar de visão de mundo pautada pela unicidade cultural e tão pouco por classificações de algum ramo científico. Burrhus Frederic Skinner (1976), por exemplo, propõe uma reflexão na qual considera que “uma dada cultura é um experimento de comportamento” (Skinner, 1976, p. 240), cuja dinâmica é movida pela divergência de costumes. Nestes jogos de lastro identitário, as mudanças de referências que agem nos processos culturais também geram ansiedade e incerteza nos indivíduos ao conviverem com uma multiplicidade de novos modos de ver o mundo e de nele agir.

Milton Santos (1994), quando relativiza a perda de referência diante dos processos até aqui tratados, argumenta que as diversas representações culturais estão ampliando suas atribuições, adentrando-se em todos os domínios da vida dos indivíduos. Em meio às diferentes culturas, os indivíduos apreendem valores, códigos e significados “preestabelecidos”, muitas vezes externos a eles. Isso é possível de ser observado por meio do consumo padronizado, no qual se revela a ascendência da produção cultural capitalista e seus objetos elaborados e veiculados no ambiente social por diferentes meios de comunicação, onde a internet protagoniza, atualmente, a difusão de informações, publicidade e mercadorias.

Se para Pierre Bourdieu (2007), e outros, a produção social da cultura, do conhecimento e da informação não é atributo de um único indivíduo, mas o resultado de uma construção grupal com significados que exprimem sentimentos e emoções adquiridos por herança, de geração para geração, logo é possível admitir o conceito de capital social defendido pelo autor sobre os mecanismos informacionais que atuam em diversos campos das relações societárias. Reconhece-se, portanto, que a cultura se inscreve na produção capitalista, já observada nas sociedades urba-

⁶Industria Cultural é um termo cunhado por Theodor Adorno e Max Horkheimer na obra *Dialética do Esclarecimento*, de 1947.

nas desde o século XIX. Desde então, os produtos culturais são apropriados e transformados em mercadorias para serem consumidas em massa pela sociedade, de maneira padronizada e homogeneizada, inclusive objetos da cidade como a arquitetura. Dessa maneira, a consagrada indústria cultural⁶ e seu aparato tecnológico-informacional controla e aliena, abruptamente, as pulsões dos indivíduos.

CIDADE, PAISAGEM E CULTURA: BREVES TÓPICOS SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DA REALIDADE

Sobre a paisagem e suas representações diante da relação espaço-tempo, Milton Santos (1994) ressalta dois eixos: o das sucessões e o das coexistências. Diante disso, o tempo como sucessão possibilita a periodização de um dado fenômeno estudado. Contudo, a simultaneidade dos diversos tempos sobre um espaço geográfico detém a capacidade de agregá-los e sincronizar a variedade temporal das ações que operam espacialmente, contrapondo-se ao tempo como sucessão.

Ao observar o mundo do Pós-guerra e os conflitos territoriais emergentes neste século 21, as transformações espaciais se associam à difusão de novas concepções científicas e de novas tecnologias. Com isso, às ciências sociais lhe é permitido falar de espaço relativizando-o, ou seja, como algo que se define a partir de variáveis preestabelecidas culturalmente e com objetivos delimitados. Em virtude das variáveis do espaço observadas na existência de cada indivíduo, que permitem reconhecer e fixar limite sobre qualquer objeto da percepção, a cidade e a natureza possibilitam a formação de cenas visuais ou paisagens e, portanto, passíveis de representações diversas e conforme um dado ângulo de visão.

No contexto espacial e temporal que inscreve e reproduz as manifestações da cultura, convém lembrar das argumentações de David Harvey (1996) sobre o assunto. O autor enfatiza o espaço numa perspectiva dialética, onde é possível ser compreendido, simultaneamente, como absoluto (com existência material), relativo (como relação entre objetos) e relacional (espaço que contém e que está contido nos objetos). Sua explicação assegura que a existência do objeto está subordinada à capacidade de conter e representar interiormente as relações que estabelece com outros objetos. Sob esse aspecto, o espaço não é um ou outro em si mesmo, uma vez que se transforma circunstancial e culturalmente.

Ao tratar do espaço como categoria analítica, Milton Santos (1994), como se sabe, dizia que é “acumulação desigual de tempos”. Significa, portanto, concebê-lo através de heranças. Neste caso, o autor argumenta que a relação espaço-tempo é indissociável, que permite perceber e analisar o espaço como coexistência de tempos. Desse modo, num mesmo espaço coabitam tempos diferentes, tempos tecnológicos dissemelhantes, culturas múltiplas, resultando daí inserções distintas do lugar no sistema ou na rede mundial globalizada sócio e economicamente.

Sob esse olhar que admite a relatividade, diferentes ritmos e materializações coexistentes nos e dos lugares, permitiu-se o uso de conceitos mais conectados, por exemplo, o de “paisagem”. A compreensão sobre o espaço natural e/ou construído, onde as práticas socioculturais são constatadas e percebidas como materialidades variadas, constituem-se em fragmentos identificados por distintas lógicas e marcos espaciais e temporais predeterminados ou não. Uma paisagem urbana, como a geografia trata, constitui-se de um todo percebido a partir da investigação a respeito de suas múltiplas relações causais. Fragmenta-se de acordo com as interações complexas constituídas em diferentes tempos. O conceito paisagem, múltiplo e ambíguo, é repleto de subjetividades quanto à sua apreensão. Circunstancialmente definida a partir do olhar do sujeito, dos seus valores e seus filtros adquiridos pela experiência de vida, a paisagem é lida, interpretada e representada por fragmentos e numerosos significados.

⁷A Escola de Berkeley, além de instituição científica renomada, também se refere ao termo utilizado para descrever a maneira Carl Sauer e outros abordaram a geografia cultural.

⁸O clássico estudo de Sauer, de 1925, *The morphology of landscape*, traduzido para o português em Sauer (1998), representou uma contestação ao determinismo geográfico da época, incentivando pesquisas que não mais se restringissem aos limites do racionalismo.

⁹A paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio e a paisagem cultural é o resultado” (Sauer, 1998, p. 59).

Como materialidade, as paisagens são fragmentadas ao olhar. Quando veiculadas por um meio de expressão artística como a arquitetura, elas também são fragmentadas em relação aos espaços de vivência pelos indivíduos. Suas interpretações também são fragmentárias, uma vez que o traço cultural coletivo e individual é reflexo e condicionante das paisagens, como observa Roberto Lobato Corrêa (1993).

Sabe-se que desde a década de 1920, Carl Sauer, da Escola de Berkeley⁷, principiou reflexões sobre a percepção e compreensão das paisagens por uma perspectiva cultural⁸. Segundo o autor, a paisagem possibilita análises morfológicas e, concomitantemente, traduz-se como “o resultado da ação da cultura, ao longo do tempo, sobre a paisagem natural”⁹ (Corrêa e Rosendhal, 1998, p. 07). Cabe destacar que após 1970, o conceito de paisagem interiorizou novas pesquisas, ao admitir suas dimensões morfológica, funcional, histórica e simbólica. Assim:

Ela tem uma dimensão morfológica, ou seja, é um conjunto de formas criadas pela natureza e pela ação humana, e uma dimensão funcional, isto é, apresenta relações entre as suas diversas partes. Produto da ação humana ao longo do tempo, a paisagem apresenta uma dimensão histórica. Na medida em que a mesma paisagem ocorre em certa área da superfície terrestre, apresenta uma dimensão espacial. Mas a paisagem é portadora de significados, expressando valores, crenças, mitos e utopias: tem assim uma dimensão simbólica (Corrêa; Rosendhal, 1998, p. 08).

Nos anos 1980, pensadores como Augustin Berque (1942), Denis Cosgrove (1948-2008), Paul Claval (1932), Marcel Roncayolo (1926-2018), entre outros, buscaram uma nova percepção humanista a partir da fenomenologia e do existencialismo, na qual as reflexões sobre a paisagem, além dos seus aspectos objetivos, passaram a considerar também os pontos de vista subjetivos e seus significados culturais. Neste contexto, o debate acerca da “paisagem” abriu caminhos para discuti-la como representação e sua significação na sociedade contemporânea. Maria Tereza Luchiari (2001) afirma que:

¹⁰Esclarecimento particular em relação à argumentação de Luchiari.

¹¹Observar aqui os estudos realizados por Jorge Luiz Barbosa sobre o conceito de representação e suas relações com a (re) produção do espaço: Barbosa (2002).

¹²Considerando que cada pessoa ou grupo social possui determinada visão do mundo, e que as decisões são tomadas em virtude do conhecimento teórico e conceitual que o indivíduo possui, então “uma pessoa atuará no mundo em consonância com sua compreensão sobre ele”. Como as atividades humanas expressas na superfície terrestre são oriundas das decisões tomadas pelos indivíduos ou grupos sociais, “deve-se descobrir o que eles acreditavam e não por que acreditavam. Deve-se refazer o pensamento, procurando descobrir o modo pelo qual um agente geográfico construiu sua situação a fim de se observar o elo entre pensamento e ação” (Augustin Berque, 1998).

Se a paisagem é representação, não se esgota: reproduz-se, renova-se, regenera-se, tal qual as sociedades (e) se a morte da [visão da]¹⁰ paisagem tradicional nos confunde, por outro lado prenuncia o nascimento de uma nova forma de representação do mundo¹¹. A paisagem contemporânea deverá ser, cada vez mais, a paisagem híbrida, construída como um palimpsesto, “uma paisagem de mil folhas” que exige a convivência de várias paisagens, ritmos, percepções, escalas e perspectivas” (Berque apud Luchiari, 1991, p. 26-27).

A paisagem como conceito da cena cultural adquiriu um caráter plural na percepção do espaço, relacionando-se ao mesmo tempo à esfera das sensações subjetivas¹². Para Augustin Berque, a paisagem se tornou plurimodal à medida que sujeito e meio são cointegrados, o que significa se autoproduzir e se autorreproduzir. Segundo o autor, “de fato, o que está em causa não é somente a visão, mas todos os sentidos; não somente a percepção, mas todos os modos de relação do indivíduo com o mundo (...) tudo aquilo pelo qual a sociedade o condiciona e o supera” (Berque, 1998, p. 87). Assim, tudo que cada um percebe como paisagem o circunscreve culturalmente e o relaciona, particularmente, com o meio e com os objetos materiais.

Compreender os vínculos emocionais que ligam as pessoas ao lugar onde experimentam cotidianamente, implica em considerar os fatos so-

ciais por intermédio da perspectiva pessoal. Ressalte-se que a esfera do sentimento, associada diretamente às formas de dar valor aos espaços vividos, culturalmente é reflexo do ponto de vista dos humanos, tornando o indivíduo como sujeito de análises independentes das estruturas e escalas sociais. Ao lembrar que, desde que o observador é o sujeito, o conceito de paisagem passa a ser impregnado de visões culturais e ideológicas consolidadas. Por esse ângulo, as discussões sobre o tema indicam percursos em que o indivíduo e o meio se interagem e, dessa maneira, reforça o aspecto “afetivo” do espaço já observado nas reflexões de Sauer (1929), Bobek e Schmithüsen (1949), Berque (1984) ou Cosgrove (1989).

À luz de Michel Collot (1990), a paisagem é reflexo de um espaço percebido, relacionado às esferas da sensação – constituída pela percepção visual e pela seleção do que o indivíduo enxerga quando observa e vive um espaço –, e da afetividade processada e decodificada psicologicamente a partir da apreensão sensorial e experiencial. Assim, é possível compreender o espaço como construção cultural coletiva, que soma às experiências e percepções individuais. A partir disso, a sensação e o sentimento adquirem relevância para os estudos da percepção e da representação, ao contemplarem os aspectos que individualizam e humanizam a história pessoal, essenciais para a construção e qualificação das visões de mundo que formam o espaço social coletivo. Pode-se perceber, assim, que códigos e valores inerentes a um grupo social podem ser comuns aos que dele fazem parte, mas a realização mental das imagens a partir da leitura dos fatos, só pode ser concretizada pela experiência de cada um no espaço geográfico.

Ao considerar o campo das experiências individuais e suas representações espaciais, a paisagem permite a sistematização de relações, identificando sentidos que o domínio do visível em diferentes escalas, com percepções e apreensões diversas e dependentes do aparelho cognitivo. A paisagem, como vem sendo tratada até aqui, é fruto de criações individuais e coletivas estruturadas por acréscimos, substituições e subtrações que as relações espaciais exibem e reforçam socialmente.

APONTAMENTOS SOBRE A CULTURA COMO LASTRO DAS REPRESENTAÇÕES

Na experiência humana, o olhar sociocultural e estético sobre a cidade aciona códigos relacionados a inúmeros contextos e distintos elemen-

tos simbólicos, nos quais os indivíduos vão incessantemente reconstruindo as relações que mantêm entre si. A cidade é, assim, edificada por pessoas que não se exaurem em uma dimensão biológica e/ou funcional. Compõem, por meio da própria experiência coletiva, o processo de construção da realidade social. Nesse espaço relacional, os indivíduos estruturam modos de apropriação cultural e territorialidades urbanas e, dessa maneira, o universo das representações se inscreve.

Mesmo que há algum tempo se constate o processo de uniformização técnica, a expansão dos meios de comunicação, a standardização da percepção e da “fabricação” das paisagens urbanas e do modo de vida ocidental, aprofunda-se a apreensão da diversidade em um mundo aparentemente homogêneo. Com a existência humana, a experiência coletiva, os sentimentos de identidade e de sua permanente construção indicam como indivíduos e grupos sociais constroem singularidades e suas formas de representação, apesar da crescente difusão da cultura de massa. Cada vez mais se constata que a vida em sociedade é resultado de um processo cultural que se concretiza por meio das relações sociais e os símbolos que expressam determinada visão de mundo. Manifesta-se, portanto, em várias formas de comunicação como a linguagem, os comportamentos, os artefatos materiais ou as redes sociais, cujos símbolos demonstram sua capacidade de influenciar as ações humanas, transmitindo e reforçando aspectos ideológicos.

A cada instante, a sociedade se revela como um agregado de relações sociais e a cultura é seu conteúdo. Assim, é possível reafirmar que as pessoas adquirem a cultura como herança, transformando-a e transmitindo-a. Por isso, a cultura não é um ente externo ou um organismo que paira sobre todos. É, sobremaneira, algo que compõe em profundidade a condição existencial dos seres humanos. Multidimensional, a cultura se espacializa sobre territórios heterogêneos e complexos, possibilitando que na cidade seja criado o sentido de lugar de existência.

Ampliando essa discussão sobre a percepção da cidade como território, pode-se observar que sua articulação com a cultura também passa pela compreensão do espaço formado por identidade e memória. Nesta direção, entender um espaço como território é vê-lo com sua dupla face, como Rogério Haesbaert (1995), por exemplo, sublinha. Neste sentido, a dimensão cultural e político-disciplinar do território implica em compreendê-la de acordo com as formas e a intensidade com que se apresenta a relação entre a dimensão material (político-econômica) e a dimensão

imaterial (simbólico-cultural), em face de suas articulações e contradições espaciais. Ao observar um território dominado ou apropriado com um sentido político e, também, simbólico, reforça o fato de que as relações sociais atuam como produtoras de singularidades.

Cabe destacar, que alguns autores têm priorizado a dimensão simbólico-cultural como princípio para se compreender a noção de território, considerando-o como a identificação que determinados grupos desenvolvem com seus "espaços vividos", como demonstra Félix Guattari (1985). Para ele, os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente "em casa". O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos e cognitivos.

Sob outro olhar, Werther Holzer (1999) argumenta que o território pode ser visto como um conjunto de lugares onde se desenvolvem laços afetivos e de identidade cultural de determinado grupo. O território não precisa ser necessariamente fechado a partir de uma delimitação rígida de fronteiras. Neste sentido, "a concepção de território tem como base o 'lugar', este sim um conceito essencial para a formulação de um 'mundo' pessoal ou intersubjetivo".

Diante de inúmeras possibilidades de estudos complexos sobre as sociedades, constata-se, nos diversos espaços urbanos, o traço heterogêneo que define identidades culturais e memórias adquiridas temporalmente. Na compreensão de Roncayolo, o caráter identitário que abarca os territórios tem um sentido substancialmente coletivo, dependendo das relações entre os indivíduos ou grupos que expressam um estatuto, uma expectativa. Dessa maneira, é possível compreender como os grupos sociais ordenam e sistematizam o seu mundo, a ideologia que identifica o grupo e os princípios que organizam seu universo simbólico. Além disso, o tipo de poder que influencia suas ações e marca suas opções e comportamentos relacionados à constituição dos territórios urbanos e as suas representações.

O conceito de territorialidade, ao ser transposto para a cidade, indica o quanto é preciso reconhecer o ambiente urbano como campo simbóli-

co repleto de espacialidades e temporalidades, fixadas historicamente como uma enciclopédia de memórias que guardam conflitos, intranquilidades, medos individuais e coletivos. Por meio de um acervo simbólico o indivíduo documenta o seu desejo de vencer o destino. A própria arquitetura, como objeto material da cidade, aqui vista como depósito de fantasias e imaginações, não vive somente por sua visibilidade, mas pelas reflexões subordinadas à memória, construída à custa de sacrifícios e desperdícios, que no decorrer do tempo se incorpora ao acervo simbólico de uma cidade. E a cidade vai se desenhando ao longo da história como um conjunto de fragmentos urbanos edificados uns sobre os outros, que se substituem e se acumulam, produzindo objetos representativos de sua existência espacial.

No mundo contemporâneo tudo parece fugaz, assim como a cenografia do passado sucumbe para atender desígnios do presente, e o teatro da temporalidade moderna aspira a uma memória efêmera. O triunfo da velocidade e da mídia alterou a noção de tempo e transformou o presente em um conjunto de imagens que se multiplica, mas não se fixa. Este fenômeno procede de muitas transformações ocorridas nas cidades do século passado. Hoje, a perda da primazia do valor informativo do espaço urbano, que no passado agia como único gerador do repertório perceptivo da vida cotidiana, pode ser vista a partir do avanço dos meios de comunicação e informação, consagradores do chamado mundo virtual, que produz outros modos de percepção espacial, independentes do lugar geográfico onde os indivíduos se encontram.

Neste contexto, a paisagem urbana assume de vez o seu caráter territorial de construção imaterial, subjetiva. Por conseguinte, a perda da identidade formal da cidade, que no passado ocorria lentamente, torna-se um espaço que se dilata sem fronteiras físicas, banalizando a distinção histórica entre campo e cidade, entre natureza e espaço construído. Em vista disso, é possível afirmar que a cidade não mais representa algo que se contrapõe e se relaciona com a paisagem natural. A cidade é a própria paisagem, repleta de incongruências que elege seus “fragmentos” urbanos e suas próprias representações do imaginário urbano contemporâneo, mas não só.

Ao invés de se tomar a cidade como uma categoria estável e universal, de que se pudessem apresentar apenas variações ao longo do tempo, convém reconhecê-la historicamente como ser sociocultural, como assinalava Milton Santos e outros. Isto significa defini-la e explorá-la levando

em conta como ela é vivida, praticada e imaginada pela própria sociedade que a institui e transforma continuamente. Não se pode, pois, tomar a priori uma referência abstrata e generalizante, pasteurizando as diferenças históricas. Isto seria, do ponto de vista histórico, puro anacronismo, ao fixar-se um lócus geográfico como sede de identidade própria, cujas variantes poderiam remontar, objetivamente, tempos anteriores.

ESPAÇO, TEMPO E REPRESENTAÇÃO “REALÍSTICA”

Práticas estéticas e culturais, de acordo com David Harvey (1996), possuem particular sensibilidade para captar o movimento cambiante do espaço e do tempo, uma vez que estão envolvidas com a construção de representações que sinalizam experiências localizadas entre o ser e o porvir. Lefebvre (1969), por sua vez, assegura que as Artes são monumentos de negação que apontam as transformações em curso nas sociedades; obras de “desconstrução construtiva” que abordam a verdade e o devir do mundo em movimento¹³. Nesse sentido, pode-se inferir que a arte possui uma importante dimensão histórica de leitura do espaço socialmente produzido e se traduz como instrumento de percepção e reconhecimento da realidade, incluindo tensões e medos.

Arte e cultura se iluminam com a possibilidade de libertar o sensível dos esquemas racionalizantes e preencher os limites entre o presente e o futuro com imaginação e simulação, expressões portadoras de renovados jogos sógnicos de mundo¹⁴. O que faz de uma obra de arte

¹³Cabe observar aqui os estudos realizados pelo geógrafo Jorge Luiz Barbosa (2002).

¹⁴ *Ibidem*.

(...) algo insubstituível e mais do que um instrumento de prazer é que ela é um órgão do espírito, cujo análogo se encontra em toda obra filosófica e política, se forem produtivas, se contiverem não ideias, mas matizes de ideias, emblemas cujo sentido jamais acabaremos de desenvolver; justamente porque elas se instalam em nós e nos instalam no mundo cuja chave não possuímos (...). Quando isto acontece, o sentido da ação não se esgota na situação que foi a ocasião, nem em algum vago juízo de valor; mas ela permanecerá exemplar e sobreviverá em outras situações, sob outra aparência. Abre um campo, às vezes, institui um mundo, e, em todo caso, desenha um porvir. (Merleau-Ponty *apud* Chauí, 1994, p. 42).

À luz do poeta, crítico e ensaísta britânico Coleridge (*apud* Bossi, 1991, p. 31), o princípio básico da arte é a imaginação criativa através da qual o artista se desenvolve e desenvolve seu trabalho, tanto no plano do conhecimento do mundo como no plano original da construção de um outro mundo. É o trabalho criativo que faz a distinção entre o que é obra de

¹⁵ *Ibidem.*

arte e o que é simplesmente um produto ordinário da indústria cultural. É compreensível, assim, que arte permite ao ser humano superar o domínio do factual e conferir um significado inesperado à sua existência¹⁵. Também enfatizou Stevenson (*apud* Commolli, 1994), que a arte existe e ganha importância não pelas suas semelhanças imediatas com a vida, mas na sua incomensurável diferença em relação a ela. Diferença deliberada e significativa, constitutiva do método e do sentido da obra. A arte assume uma posição de distanciamento do real para melhor interpretá-lo. E, apesar de todos os riscos de afastamento da vida, o fazer da arte precisa recorrer, necessariamente, a certo distanciamento do cotidiano banalizado para poder (re)elaborar e (re)inventar novos sentidos para a existência social, inclusive em contraposição à monumentalidade arquitetônica e urbanística que é imposta à cidade, sobretudo nos espaços urbanos eleitos pelo capital preponderante.

Afirmava Di Chirico, pintor surrealista italiano, que uma obra de arte deveria sempre exprimir algo que não aparecesse na sua forma visível. O desconhecido e o inesperado tomam lugar no artifício de criação crítica da diversidade que ao indivíduo é apresentada como sociedade, mundo e vida. Lukács (1970) percebia tais relações quando afirmava que por meio das grandes obras de arte os homens reviviam o presente e o passado da humanidade, assim como assinalavam as perspectivas de seu desenvolvimento futuro. Para o geógrafo Jorge Luiz Barbosa (2002) o objeto artístico – bem como qualquer outro produto – cria um público sensível à arte e capaz do prazer estético. Por isso, segundo o pensamento de Marx, produz-se não apenas um objeto para o sujeito, mas um sujeito para o objeto.

No bojo dessa discussão, o conceito de representação se insere. Como todo conceito, a representação emerge e se formula em um duplo movimento histórico: da história geral (da sociedade) e da história particular (da filosofia ou da ciência) e, ainda, do desenvolvimento de uma disciplina científica em particular, como assinalava Henri Lefebvre (1984). Sob esse aspecto, o conceito é descoberto durante o próprio processo de investigação e implica uma crítica negativa daquilo que tomava o seu lugar (símbolos, alegorias, imagens já consensuais banalizadas). De modo geral, nas representações buscadas pelo artista daquilo que sensibiliza seu olhar e, particularmente, arquitetos, urbanistas e paisagistas, significa estar diante de uma representação que busca suplantá-la.

A representação, entre os chamados pré-socráticos, configurava um campo entre o ser e o pensamento – entre o sensível e o logos. Em Spinoza, a representação é definida como um momento do conhecimento. Portanto, nas duas perspectivas aludidas se faz necessário passar pela representação (e superá-la) para alcançar o conhecimento. A representação assume o sentido de um nível mediador entre o sensível e a abstração verdadeira. Por isso, é considerada um ato por meio do qual a mente torna presente em si uma imagem, uma ideia ou um conceito correspondente a um objeto externo. A função da representação seria, exatamente, a de tornar presente à consciência a realidade externa, estabelecendo relações entre a consciência e o real. Ao dispor da Enciclopédia de Diderot e D'Alembert (século 18), percebe-se que estes entendem a representação como a arte do verossímil e, por consequência, separam a apropriação sensível do mundo da possibilidade de sua cognição científica. Desse modo, a prática artística é tomada como puro exercício da imaginação, enquanto a elaboração e experimentação consistiriam na essência do conhecimento.

Alertava Freud (1995), como se sabe, que a reprodução da percepção na representação não significava um regresso fiel daquela. A representação tem a capacidade de modificar sensivelmente a percepção, seja pela omissão ou pela combinação de diferentes elementos. A representação de algo consiste num investimento, se não de imagens mnésicas diretas da coisa, pelo menos nos traços mnésicos mais afastados, dela derivados. Isto posto, sugere-se que a representação não está para uma ação imediata dos recortes mnésicos: ela os reinveste e reaviva, que não são em si mesmos nada mais do que a inscrição de acontecimentos. Por isto a representação não é redutível ao objeto externo, assim como não é produto imediato da memória ou uma tradução mimética da experiência. Possui, a representação, um caráter construtivo e autônomo que abrange a percepção, a interpretação e a reconstrução do objeto, fundamentando a própria expressão do sujeito. A representação é uma criação, por isso, plena de historicidade em seu movimento de enunciar ou revelar pelo discurso e pela imagem as transformações sociais.

As representações como afirmava Lefebvre não se distinguem em verdadeiras ou falsas, mas sim em estáveis e móveis, em reativas e redundantes, tópicos e estereótipos incorporados de maneira sólida em espaços socialmente construídos. Para Cadoret (*apud* Barbosa, 2002, p. 74), uma sociedade produz seu espaço a partir de determinados critérios de uso instituído no seu sistema de representações do mundo; ela o explora,

transforma e modela segundo tais critérios. Toda sociedade exprime sua marca sobre o seu espaço e, em contrapartida, o espaço aparece como modo de manifestação ou de expressão da sociedade.

Seguindo os passos de Harvey (1996), é possível afirmar que o modo pelo qual os seres humanos representam o espaço tem profundas implicações na maneira como são, interpretam o mundo e agem em relação a ele. No entanto, como possibilidade de apreensão do real, o espaço pode ser reproduzido numa representação e se constituirá, decerto, como uma morfologia da sociedade que o criou: “as representações participam da (re)produção do espaço; elas possuem escala de pertinência e as dimensões dos fenômenos que o sujeito pode reportar à sua própria existência” (Pellegrino, 1982).

Pode-se inferir que as representações interpretam a vivência e as práticas socioespaciais, intervêm nelas e assumem tamanho poder porque são uma realidade ou identidade específica. Tendem a uma presença na ausência (Lefebvre, 1984), seja por intervenção subjacente ou por adjunção de um saber. Daí resulta também o necessário exercício da crítica, pois o processo de alienação social também se realiza por meio de signos, imagens e, sobretudo, nas representações redutoras que ocultam as contradições sociais e deslocam, inclusive, os afetos (emoções e paixões).

IMAGINÁRIO E REPRESENTAÇÃO: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E CULTURAL

É pouco provável que seja possível refletir sobre representação e dissociá-la do contexto das artes, especialmente, no que diz respeito ao conceito de mimese. Como assinala Luiz Costa Lima (1981), esta ligação tem sido mantida desde a Antiguidade, fosse com o propósito de desvalorizar a arte – por não representar senão o mundo das aparências e das opiniões (Platão) –, fosse com a finalidade de exaltá-la – por ser caminho no qual se representa a “luz interna” do artista, corretora da própria natureza (Plotino).

Para Lima, o pensamento ocidental apresenta uma curiosa convergência cultural no trato da articulação entre arte e representação, a de realizá-la pela noção de figura:

Considera-se a literatura ser representacional quando produz uma figura de uma realidade, seja psicológica ou social, particular e historicamente reconhecida, seja, de maneira mais abstrata, uma figura de uma "realidade" ideal, mítica, metafísica – quando apresenta ou torna visível os traços "essenciais" ou "característicos" de algo "externo", de um espaço ou contexto diverso do "estritamente literário". Supõe-se assim que a "exterioridade" existe antes de sua representação e é esta exterioridade a priori a origem da literatura representacional, que está, portanto, presente em si mesma, antes de ser representada na literatura (...) (Carroll, David *apud* Lima, 1981, p. 201).

As posições teóricas que continuam a entender que a arte seria representacional porque manifestaria a "verdade" ou a "essência" da exterioridade eleita como núcleos do mundo são tão díspares quanto o exemplo de Platão e Plotino: em suma, ela seria ou figura do real existente (social ou psicológico), ou uma realidade ideal, e a tal ponto se automatiza essa forma de pensar que se chega a supor não haver outra possível.

Nesse horizonte, o propósito do enlace tradicional entre representação e mimese consiste em converter a segunda em exemplo ilustrador de um sistema de pensamento que lhe assegura um lugar enquanto ela "testemunha" a sua "verdade". Assim, pode-se compreender o fenômeno da representação como ponte que conduz o "real" até o texto da mimese. Para esta questão, Lima lembra aqui Durkheim e Mauss na crítica sobre a ideia de um dado determinado, e chama a atenção para as faculdades psicológicas de definir, deduzir, induzir, para compreender o entendimento individual. Ao invés de universal e naturalmente plantadas, as formas de entendimento derivam e supõem classificações, cuja abrangência implica uma ordem hierárquica que é tão somente sociocultural e histórica.

Ordenação hierárquica, constitutiva da classificação, é, portanto, um princípio "naturalmente imotivado", pelo qual uma cultura, uma sociedade, uma classe ou um grupo estabelece e diferencia valores, concebe critérios de identificação social, de identidade individual e de distinção sócio-individual. Admite-se, por conseguinte, que a representação é o produto de classificações, ou seja: cada membro de uma sociedade se representa a partir dos critérios classificatórios a seu dispor. As representações são, por conseguinte, os meios pelos quais são alocados significados para o mundo das coisas e dos seres. É por elas que o mundo se faz significativo, e reconhecível.

Equivale, assim, a indagar a inexistência do “real” previamente demarcado e anterior ao ato da representação. Entre este e aquele, ergue-se uma rede de classificações que torna o “real” discreto e enunciável a partir do princípio hierárquico orientador da classificação. Não se olha a realidade nem ela é traduzida numa forma classificatória. Ao contrário, é a forma classificatória que informa sobre a realidade, tornando certas parcelas significativas e passíveis de compreensão. Por efeito desta conversão, as coisas perdem sua neutra opacidade, deixam de estar meramente aí e se investem de significação.

Argumenta Lima, que tais classificações funcionam como uma espécie de *grille*, capaz de orientar o indivíduo no mundo e em relação a si mesmo. Elas se atualizam através do fluxo de representações, determinadas por motivos que não podem ser encontrados senão no mundo social. É importante atentar que o mundo social é “visto” a partir das classificações e, estas, de sua parte, se motivam pelo mundo social, que as exige juntamente com as representações. Equivale dizer que não se representa porque se quer e quando se quer, mas faz-se como maneira de tornar-se visível e ter o outro como visível.

Conclui-se que o “real” não se confunde com a realidade. Se esta, entendida como natureza, é prévia e independente do homem, sua conversão em “real” se faz através de um processo duplo, paralelo, mas distinto: por sua nomeação – que não se restringe a dar nome a partes da realidade – e pela formulação de “molduras” determinadoras da decodificação das coisas.

Ao pensar a mimese em relação às representações sociais, é possível dizer que ela é um caso particular, distinto das outras modalidades porque opera a representação de representações. Aqui se encontra sua propriedade paradoxal: representação de representações, a mimese supõe entre estas e sua cena própria uma distância que torna aquelas passíveis de serem apreciadas, conhecidas e/ou questionadas. Essa distância, pois, ao mesmo tempo em que possibilita a atuação prática sobre o mundo, admite pensar sobre ele, experimentar a si próprio nele. Mas, se só a distância quanto às representações caracterizasse a mimese, ela se confundiria com o esforço de interpretá-la analiticamente. A distância em que a mimese se põe a mantém sempre próxima daquilo de que se distancia. Assim, tanto importa a distância que guarda em relação ao que a alimenta, quanto a proximidade do mundo sensível que está em

seu horizonte. E essa proximidade, Lima (1981) sublinha que pouco importa o interesse de quem é produtor e daqueles que são os receptores.

A dificuldade de teorizar sobre a mimese resulta da antítese fundamental que sua experiência impõe. É o que se nota desde Aristóteles que, se de um lado, não legou para a humanidade um tratamento explícito deste seu conceito-chave, por outro, formulou explicitamente a razão do interesse provocado pela mimese trágica: o sentimento de alívio catártico. Percebe-se, entretanto, que a poética da modernidade como que inverteu os fatores: a catarse é desprezível, o distanciamento é o desejável.

Após esta discussão sobre o ato cotidiano e constante da representação como forma própria de exteriorização e reprodução de sua percepção do mundo, cabe observar como tal temática tem sido desenvolvida em termos filosóficos através dos tempos, sobretudo na sua relação com a arte. E, nestes termos, se coloca a questão da estética.

Seria incorreto afirmar que a filosofia do Ocidente principia em Platão¹⁶. Por outro lado, é inegável que o grande discípulo de Sócrates, fundador da Academia na Grécia clássica, evoca em sua obra a maioria dos pilares que viriam a fundamentar o desenvolvimento da filosofia ocidental até os presentes dias. E o que ele talvez tenha deixado "inacabado", Aristóteles, seu discípulo direto, tratou de "continuar". Depois deles, foi visto por muitos séculos o desenrolar alternado de neoplatonismos e neoaristotelismos, o que ocorre fortemente até o fim da Idade Média, com menor intensidade de Descartes até Hegel no séc. XIX, e talvez ocorra até hoje¹⁷.

Como se sabe, colocando o mundo inteligível como a fonte originária de todos os objetos, Platão classificava a realidade plausível das coisas, do cotidiano, como mera cópia da Ideia. Assim, haveria uma única ideia perfeita (divina e una) de cada objeto da qual proviriam todas as cópias (mimese) imperfeitas (sombras múltiplas). O debate suscitado pela polaridade, complementaridade ou contraditoriedade entre o uno e o múltiplo é um problema filosófico que poucos pensadores deixarão de abordar.

Esta questão guarda forte relação com a esfera da arte, em que suas obras se conectam à materialidade do mundo estético (sensível), podendo se associar ao pensamento de Platão. Deve-se chamar a atenção, entretanto, para a significativa distinção a ser feita entre o conceito gre-

¹⁶Tal atitude desconsidera não apenas as mais antigas filosofias orientais, que influenciaram e influenciam até hoje a humanidade, como todo o pensamento do período pré-socrático – base primordial sobre a qual a filosofia platônica se instaura.

¹⁷O caminho percorrido na panorâmica que se segue vai dos primórdios gregos às teses de Tomás de Aquino no fim da Idade Média, onde se enfatiza a observação do Belo nos objetos estéticos. Da Renascença de Ficino ao Romantismo hegeliano, a ênfase estética passa a ser colocada na ótica do sujeito perceptivo com os racionalistas e empiristas, e se desenvolve, após o criticismo kantiano, até a dialética hegeliana sujeito-objeto. Finalmente, da cultura da *Einführung* do pós-impressionismo à contemporaneidade, as teses se contrapõem privilegiando ora a visão quântico-relativista-caótico-holonômico-fractal da pós-modernidade, ora o pensamento mito-poético e hermenêutico de Heidegger e Gadamer, ora neoluminista da Escola de Frankfurt – Adorno, Horkheimer, Marcuse, Habermas, Benjamin – ou, enfim, o semiótico de Peirce a Eco.

co-clássico de arte (*tékhnê*) e o atual. Para os gregos, o conceito tinha uma ampla abrangência, englobando toda atividade detentora de um arcabouço técnico, desde as mais concretas – ligadas à manufatura, tais como a tecelagem, a construção de navios ou a escultura – até as mais abstratas – como a arte de governar ou a retórica.

Evidencia-se assim a contingência da ligação grega entre a arte e a beleza, que só vai se tornar necessária, no século XVIII, a partir de mudanças incipientes na Renascença, no surgimento das belas-artes.

Embora faça uso do conceito platônico de arte como mimese, identificam-se em Aristóteles diferenças fundamentais no processo mimético da produção artística. Para este, a mimese é um momento privilegiado onde o artista tem a oportunidade de aperfeiçoar a realidade. Trata-se não mais de uma mimese puramente imitativa, como em Platão, mas de uma mimese criativa, recriadora das essências universais.

Ora, a elaboração de um conceito de verdade aplicado à consideração da obra de arte funda-se na desmontagem, a partir da modernidade, do entendimento dado àquele pelas ciências da natureza. Essa concepção epistemológica pode ser vista em Francis Bacon e visa à libertação da ciência dos preconceitos bem como a tentativa de se elaborar uma linguagem pura, enunciativa, sóbria e esquemática. Tal entendimento percebe assim a verdade como adequação entre um enunciado e o fenômeno ao qual ele se refere, descreve e crê poder capturar em sua plenitude objetiva.

Contudo, se a ciência moderna se faz de símbolos descritivos que se propõem a relatar o real, a arte cunha-se em símbolos expressivos que, antes de descrever a realidade, procuram conferir-lhe um sentido. Os enunciados da poesia e do objeto artístico ou arquitetônico, e isto já fora apontado por Spinoza, são impossíveis de serem verificados, tarefa reservada à lógica, mas possuem e inauguram um sentido cujo desvelamento é proposto à filosofia da arte e à hermenêutica, e é aqui que se inserem os estudos históricos e culturais, tais como vêm sendo pensados nas últimas décadas.

Na obra intitulada *Poética*, Aristóteles estabeleceu a verossimilhança para retratar não "os homens como eles são", mas "como devam ser", seguindo princípios de unidade de "tempo, ação e lugar", como revelação de sentido à catarse e ao autorreconhecimento para aqueles que teste-

munham, via obra de arte, sobre fatos antes ocultados. A experiência da “verdade” é o que muda o espectador. Portanto, é outro tipo de “verdade” anunciada pela obra de arte e que não pode ser compreendida como *adaequatio* - entre o intelecto e a representação da realidade. A “verdade” como adequação é radicalizada por Nietzsche em sua crítica à sua objetividade proposta pela ciência e pelo Iluminismo que para dar conta da obra de arte recorria ao predomínio de uma linguagem excessivamente esquemática e enunciativa.

As sendas abertas por Nietzsche prosseguem corroendo a estratégia investigada por Kant, em que o conhecimento da “verdade” se reservava à ciência e seu método. Recorrendo à fenomenologia, tudo se vive como verdade autêntica, reconhece-se na obra de arte o que modifica realmente aquele que a experimenta. Tal mudança ocorre no sujeito que, retirando o objeto artístico de sua mistificada e pretensa autonomia, o reconduz ao contexto “real”, no qual o indivíduo encontra significação e se reconecta à verdade, alinhando seu modo de ver e estar no mundo como mecanismo para compreensão de si próprio.

A verdade contida em uma obra arte, que se experimenta diante da realidade, revela que o “real” se transfere, como em Aristóteles, para o plano da autenticidade e adquire sentido. Pode-se mesmo dizer que a Arte é a forma suprema de inteligibilidade do “real” na medida em que o libera tanto da causalidade quanto da indefinição da experiência cotidiana. Arte, onde se insere parte da produção cultural da cidade, pode-se ler, por exemplo, no pensamento de Jean-Paul Sartre (2002), no qual é possível compreender que a “transmutação da forma” é “mundo transmutado na verdade”: liberação e representação do ser verdadeiro que vem à luz na representação. Como na linguagem escrita, o ser se acrescenta às coisas. Para Sartre, “o ser fenomênico se manifesta, manifesta tanto sua essência, quanto a sua aparência e não passa da série bem interligada dessas manifestações” (Sartre, 2002, p. 17).

A busca da filosofia da arte consiste em fundar a experiência da arte como um modo de conhecimento *sui generis*, diverso do conhecimento moral da razão e de qualquer conhecimento conceitual, mas que é sempre o saber em profundidade que implica uma participação na verdade. Seja por afirmar tais concepções de cunho fenomenológico, seja por ultrapassá-las em direção à hermenêutica e à sua crítica da metafísica idealista, o conceito heideggeriano de verdade é fundamental e está pre-

sente em diversas considerações filosóficas contemporâneas acerca da arte, como em Hans-Georg Gadamer.

Partindo das tentações objetivistas e subjetivistas que delimitam o círculo hermenêutico (a arte ou técnica de interpretar e explicar um texto ou discurso), Heidegger aponta que naquilo que se manifesta se ocultam as condições e os limites da compreensão exercida pelo intérprete. Em outras palavras, o ato interpretativo funde explicação e compreensão, face objetiva e subjetiva do sentido, simultaneamente. O objeto é compreendido em si, mas a ele se aderem a tradição e os pré-conceitos que o próprio intérprete absorve ao que se pretende interpretar. Enquanto *a-le-theia*, desvelamento e desocultação, a verdade aponta o que está escondido na e pela linguagem. Como linguagem, o objeto artístico conquista um sentido. No pensamento heideggeriano, esse sentido só é possível a partir de um intérprete e seu reconhecimento como sujeito histórico, ligado a uma tradição, interlocutor da obra e mantendo com ela uma atitude dialógica e não meramente contemplativa. Pela mesma razão, o sentido que a ele se desoculta não é definitivo nem universal: mais uma vez, é histórico e realizado como linguagem, que oculta e abriga incontáveis possibilidades de sentido e, assim, reconduz a obra à sua dimensão de "terra" disposta a outras desocultações.

Compreender a verdade da arte implica considerar como uma obra artística promove a desfundamentação e abertura do mundo, a vivência da temporalidade e a possibilidade de o pensamento ultrapassar a metafísica para dialogar com a poesia e a representação. São as relações entre mimese, imitação, verossimilhança e hermenêutica que fundamentaram o corte epistemológico dos anos 1980, e com ele não só uma nova prática da historiografia e da geografia, mas também o interesse pelos estudos culturais.

¹⁸De uma forma mais simples, *eidos* é o lugar que compete a uma pessoa ou coisa.

A existência de uma relação entre diferentes níveis de conhecimento, segundo Giovanni Reale (2007), vê a verdade corresponder a níveis de realidade: a do mundo das ideias, a realidade verdadeira que abarca em si *eidos*¹⁸ – essências perfeitas e imutáveis de tudo o que constitui o mundo sensível que, conseqüentemente, é relativo às sombras desta verdadeira realidade (cópia do mundo inteligível) –; e finalmente a realidade considerada menos nobre de todas, a imitação fruto de atividades artísticas; imitação da imagem do paradigma eterno das ideias, cópia da cópia distanciada, portanto, do verdadeiro. O autor se pergunta: "(...) em vista de qual dos dois fins a pintura é feita em cada caso particular? Talvez com o

fim de imitar o ser como ele é, ou então com o fim de imitar a aparência tal como aparece, sendo imitação da aparência ou da verdade?” (Reale, 2007, p. 1). Cabe lembrar, que sobre a aparência, afirmava Platão:

A arte imitativa está longe do verdadeiro e, ao que parece, realiza todas as coisas na medida em que não atinge senão uma pequena parte de cada uma e esta somente como uma imagem (Platão, 1983, x. p. 598b).

De acordo com Benedito Nunes (1991), a postura adotada por Platão em relação à arte não quer negar a magia e o poder que esta venha a possuir, mas sim o valor que venha a possuir por si mesma, de maneira autônoma. Compreender a arte, na concepção deste filósofo, requer a percepção de que esta realidade (arte) não é abordada numa esfera de valores autônomos, mas colocada em função da verdade. Para ele, a mimese se traduz em imitação (*imitatio*) corruptora dos eidos, distante da verdade e, para tanto, ilusória. Contudo, pode-se resgatar em Platão uma teoria da arte e do conhecimento que supõe uma forma de mimese não como simples cópia e com a qual o indivíduo se torna suscetível de compreender, em parte, a teoria aristotélica sobre o assunto. Aqui se depara com uma arte viável ao representar os elementos do mundo sensível mediante a técnica (*techné*) e a racionalidade instrumental, tal qual uma arte resultante do delírio, entusiasmo, provocado nos homens pela ação dos deuses. O artista inspirado pelos deuses e musas entrega-se ao delírio desprezando qualquer motivação racional na ordem de metodologias aplicadas à obtenção de resultados *a priori*: “as musas e os deuses servem-se dos homens para fazer arte”.

Platão aponta para a inspiração divina como forma de compreensão do surgimento da capacidade que possui o ser humano de fazer obras; tentativa de se justificar o injustificável. A obra de arte existe como tal apesar de quaisquer preocupações de ordem formal, racional, mensurável. Assim como a forma se realiza na concreção da matéria, a mimese se completa na concreção de um *mimema*. Mais do que nunca, mimese não pode ser tomada como “*imitatio*” (...) Isso não seria correto sequer em Platão, pois a imagem não é o duplo da coisa a que se refere e também porque é incapaz de representar as Ideias. A mimese é sinônimo de um campo “fantasmal”, é o outro da sombra, nem sequer corpo que a projeta. Em Aristóteles, ao invés, a mimese partilha das leis que governam a *physis* e é uma potencialidade (*dynamis*) que explode em um produto (*ergon*).

Ao recorrer à Metafísica, há possibilidades de compreender como Aristóteles pensava a matéria, a forma, o ato e a potência. A forma não consiste na figura exterior das coisas e sim na natureza interior das coisas, a essência que as faz ser o que são. Tal forma se realiza na concreção de uma matéria que, se assim não fosse, seria indeterminada e não bastaria absolutamente para constituir as coisas. Depara-se, assim, com a ideia de *sínolo*, o composto, a concreta união entre forma e matéria. A matéria é a potencialidade, no sentido de que é a capacidade de assumir ou receber a forma.

Nesse sentido, é preciso tentar compreender a relação existente entre o “real” e a produção mimética, não a considerando cópia grosseira da verdade do mesmo, e, sim, a produção que guarda em si uma referência ou analogia com algum “real” empírico, mas que é construído historicamente como “coisa” perceptível. A mimese mantém, em relação à *physis*, uma semelhança e uma diferença. Não se pode dizer que ela duplica pura e simplesmente o “real”, mas o guarda e ultrapassa. “A mimese se constitui na produção de outro saber que, ligado à realidade, não provoca o mesmo efeito que ela, justamente porque não a duplica”(Tiburi, 1991, p. 106).

O “saber fazer” que constitui a *techné* situa-se entre o nível hierárquico do saber correspondente à experiência e o saber máximo, a ciência (*episteme*) ou filosofia. É uma atividade que parte do particular contingente e empírico, em direção ao universal, necessário e racional ou especulativo (“ideal” da teoria). Tanto *techné* quanto mimese fazem parte do agir produtivo (*poiesis*) a ponto de se poder inferir que a produção de obras artísticas se dá pela *poiesis* numa conjunção de ambas (*techné* mimética).

As regras apresentadas pela *techné* constituiriam um modo de dar forma ao material, surgindo nessa relação um conteúdo. Assim se viabilizaria a *poiesis* enquanto ato criador que extrai do material, o saber, conforme as possibilidades desse mesmo material. “A ‘*poiesis*’ constitui-se num extrair a potencialidade da matéria dando-lhe uma forma possível”. Dessa maneira, embora sejam tratadas as obras artísticas mimeticamente elaboradas e, para tanto, vinculadas à verossimilhança do “real” pelas regras da *techné*, elas o suplantam, na dinâmica da não-necessidade, da possibilidade, da não-determinabilidade, da contingência.

A *poiesis* contém em si elementos da *techné* sem limitar-se, contudo, a ela. Pela *techné* tem-se um produto inalterável e necessário, o mais

próximo possível da teoria (*imitatio*), já pela poiesis inclui, no processo de elaboração do mesmo, o caráter de surpresa (mimese), pois que não representa uma instrumentalização técnica de cientificidade teleológica. A capacidade latente, a potencialidade subentendida no ato criativo poético da mimese é que faz dela não mera *imitatio*. O caráter de produção poética antecede a subjetividade do artista e, com suas leis imanentes à relação com o material, torna possível o sínolo mimético, conciliando a matéria à forma, no sentido aristotélico.

Mas, entre Imaginário e representações, as obras artísticas constituem capítulos decisivos na evolução das ciências e nas (re)apresentações, como campo inesgotável de experimentações artísticas, que inundam o mundo com incrível velocidade. A ciência redesenha a cartografia do planeta e a arte se beneficiar disto, colorindo o mundo e desenhando um amanhã com formas que se contrapõem ao “real”, abrindo o caminho para inúmeras formas de representação da realidade. Inicia-se uma lenta, porém permanente, integração entre os diversos domínios das artes e dos conhecimentos humanos para a procura estética e a construção de emoções capazes de tocar a realidade, apesar do inegável o caráter de “arte” que permanece sendo visto com reservas, mesmo servindo de base para o capital hegemônico.

Constituindo uma parte fundamental das representações visuais, obras de arte são testemunhos das dualidades e do registro das transformações importantes que aconteceram e acontecem na paisagem e na cidade, e incorporadas pela própria arquitetura. Afinal, as representações desempenham a dupla função de produtos e produtoras da sociedade e da cultura.

APONTAMENTOS QUE SEGUEM SEM SE ESGOTAREM

O choque da atualidade e da fluidez, consciente ou inconsciente, permite aos indivíduos fluírem na cidade desenhando aspectos fundamentais para a experiência cotidiana da e na vida pública. O ser urbano habitua-se e envolve-se com a cidade a partir das relações sociais desenvolvidas por afinidades, cooperação mútua ou contraposições entre os seus pares ou esferas do poder hegemônico. Na complexidade das representações da cidade, as formas arquitetônicas e as maneiras como se constituem a sociabilidade revelam conteúdos que se mostram variáveis.

A primazia do lócus de circulação e de manifestação da sociabilidade, como categoriza Jürgen Habermas (1983), se contrapõe ao universo privado. Mas o espaço público é também o espaço da vulnerabilidade, do imponderável e, às vezes, da dispersão e da opressão, capaz de invocar a compreensão de distintos significados em momentos diferentes da vida pública. Assim, “o espaço público é simultaneamente o lugar onde os problemas se apresentam, tomam forma, ganham uma dimensão pública e, simultaneamente, são resolvidos” (Gomes, 2002, p. 160).

A dimensão física e material das cidades é uma das condições mais evidente para se definir o espaço público. A materialidade do espaço público para Paulo César da Costa Gomes (2002) é onde se dá a mise-en-scène da vida pública, desfile variado de cenas comuns em que nos exercitamos na arte da convivência. O lugar físico orienta as práticas, guia os comportamentos, e estes por sua vez reafirmam o estatuto público deste espaço e, dessa dinâmica, surge uma forma-conteúdo, núcleo de uma sociabilidade normatizada, que define maneiras de conduta nas áreas urbanas.

Pode-se admitir que as transformações culturais, aceleradas ou lentas, se manifestam por meio das “características que determinam as ações dos indivíduos em sociedade não lhes são natas e se preservam ou aprimoram através das comunicações nela existentes” (Kzure-Cerquera, 2014, p. 49). Sob esse aspecto, a cultura resulta das práticas humanas construídas conscientemente no lugar, para o qual Milton Santos (2004) sugere tratar-se de um espaço ativo globalmente. Para o autor, “mais importante que a consciência do lugar é a consciência do mundo obtida através do lugar” (Santos, 2005, p.161). Nessa mesma direção, Doreen Massey (2013) e David Harvey (1996) prenunciam que as relações determinadas entre o espaço local e o global contrariam visões nostálgicas e limitadas sobre o ‘lugar’. De acordo com os autores, compreender os lugares significa admitir que estes refletem eclosões locais articuladas com as redes socioeconômicas e políticas na esfera global, onde se estabelecem as relações com a exterioridade e confere um “sentido global de lugar”, a despeito de variados contextos históricos.

A cultura e seu sistema complexo de conhecimentos, doutrinas ou costumes que os indivíduos adquirem, constroem e transformam territorialmente, em tempos e espaços múltiplos, demonstra habilidades para adaptações em diferentes contextos geográficos. Por isso, a percepção do mundo é de base cultural. Contudo, no mundo globalizado em que se

embaralham os espaços políticos, econômicos e socioculturais, a cidade protagoniza representações ambíguas e confusas diante de uma sociedade em redes, como expõe Manuel Castells (1999), na qual o manejo das novas tecnologias não dá sinais de evolução da humanidade em sua interação socioambiental.

¹⁹A música "Tente outra vez" foi composta por Raul Seixas, Marcelo Motta e Paulo Coelho.

"Veja
Não diga que a canção está perdida
Tenha fé em Deus, tenha fé na vida
Tente outra vez
Beba (beba)
Pois a água viva ainda tá na fonte (tente outra vez)
Você tem dois pés para cruzar a ponte
Nada acabou, não, não, não
Oh, tente
Levante sua mão sedenta e recomece a andar
Não pense que a cabeça aguenta se você parar
Não, não, não, não, não, não, não, não
Há uma voz que canta, uma voz que dança
Uma voz que gira (gira)
Bailando no ar (uh)
(Uh-uh)
Queira (queira)
Basta ser sincero e desejar profundo
Você será capaz de sacudir o mundo
Vai, tente outra vez
Tente (tente)
E não diga que a vitória está perdida
Se é de batalhas que se vive a vida
Tente outra vez"¹⁹

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. Conceito de iluminismo. In: BENJAMIN, Walter; HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W.; HABERMAS, Jürgen. **Textos escolhidos**. Tradução José Lino Grünnewald et al. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ARISTÓTELES. **Os pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

BARBOSA, Jorge Luiz. **A Cidade e o Cinema: espaço e representações**. A obra de arte como leitura reveladora do mundo. Niterói: UFF, 2002.

BARBOSA, Jorge Luiz. **As paisagens crepusculares da ficção científica:** a elegia das utopias urbanas do modernismo. 2002. Tese (Doutorado) – USP/FLFCH, São Paulo.

BAUDELAIRE, Charles. **Poesia e prosa.** Tradução Ivan Junqueira et al. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. In: BENJAMIN, Walter. **Sobre literatura e história da cultura.** Tradução Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BERQUE, Augustin. De paysage en outre-pays. **Le Débat** (65), 1991.

BOAS, Franz. **A formação da antropologia americana 1883-1911.** Antologia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

BOBEK, Hans; SCHMITHÜSEN, Josef. A paisagem e o sistema lógico da geografia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Paisagem, tempo e cultura.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998. p. 75-83.

BOSSI, A. **Reflexões sobre a arte.** São Paulo: Ed. Ática, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2007.

BUTTIMER, Anne. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CRISTOFOLETTI, Antonio. (org.) **Perspectivas da geografia.** São Paulo: Difel, 1982.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia - o discurso competente e outras falas.** São Paulo: Moderna, 1981.

CHAUÍ, Marilena. **O que é a cultura?** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-YQcFNoiDMw>. Acesso em 18 jun. 2025.

CHOMSKY, Noam. **Quem manda no mundo?** São Paulo: Planeta, 2017.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas?** Neoliberalismo e a Ordem Global. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.

CHOMSKY, Noam. **A pandemia expôs as tendências suicidas do capitalismo**. Disponível em: <https://elefanteeditora.com.br/noam-chomsky-a-pandemia-expos-as-tendencias-suicidas-do-capitalismo/>. Acesso em 21 maio 2020.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999a.

COLLOT, Michel. Pontos de vista sobre a percepção das paisagens. **Boletim de Geografia Teorética**, 20(39), 1990.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny. Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

COSGROVE, Denis E. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. **Espaço e cultura**, Rio de Janeiro, n. 5, dez. 1998b.

COSGROVE, Denis E. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

FREUD, Sigmund. **O mal estar da civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

FREUD, Sigmund. **Cinco lições de Psicanálise**. In: Os Pensadores São Paulo: Abril Cultural, 1974 (Originalmente publicado em 1905). v. 49.

GOMES, Paulo César da Costa. **A Condição Urbana**: Ensaios de Geopolítica da Cidade. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil Ltda., 2002.

GUATTARI, Félix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. **Espaço & debates**, São Paulo, ano V, n. 16, 1985.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná et al. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HEIDEGGER, Martin. **Essais et conférences**. Tradução A. Préau. Paris: Gallimard, 1958.

HOLZER, Werther. Paisagem, Imaginário, Identidade: Alternativas para o estudo geográfico. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

KRENAK, Ailton. **A Vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KZURE-CERQUERA, Humberto. A Saúde da Cidade sob Suspeita. In: SILVEIRA, Carmen Beatriz, FERNANDES, Tania Maria e PELLEGRINI, Bárbara (org.). **Cidades Saudáveis?** Alguns olhares sobre o tema. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **Introdução à Modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LEFEBVRE, Henri. **La vida cotidiana en el mundo moderno**. 3. ed. Madri: Alianza Editorial, 1984.

LIMA, Luiz Costa. **Dispersa demanda**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

LUCHIARI, Maria Tereza. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

LIPOVETSKY, Gilles. **Entramos na Era da Insegurança ou na Era do Medo**. Disponível em :<https://ihu.unisinos.br/categorias/599217-entramos-na-era-da-inseguranca-ou-na-era-do-medo-entrevista-com-gilles-lipovetsky>. Acesso em 20 jun. 2025.

LUHMANN, Niklas. **Die Kunst der Gesellschaft** (A Arte da Sociedade). Frankfurt/M., Suhrkamp, 1996. 517p.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

MASSEY, D. Londres, dezembro 2011. *In*: ALBET, A.; BENACH, N. **Doreen Massey: un sentido global del lugar**. Barcelona: Icaria – Espacios Críticos, 2013.

MBEMBE, Achille. **A era do humanismo está terminando**. Disponível em: https://www.revistaprosaveroarte.com/achille-mbembe-era-do-humanismo-esta-terminando/?fbclid=IwAR3dnz6T-jwj0g_7TeUJV5w6z-WriNx60JiwFUaJDB3IPL6MqBkrXI0U3ZhE. Acesso em: 15 out. 2023.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Genius loci: paysage, ambience, architecture**. Belgique: Pierre Mardaga, 1997a.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **L'art du lieu: Architecture et paysage, permanence et mutations**. Paris: Le Moniteur, 1997b.

NUNES, Benedito. **Introdução à filosofia da arte**. São Paulo: Ática, 1991. (Série Fundamentos, 3).

PELLEGRINO, P. Espace représentation de l'espace et negociation narrative des representations. *In*: A. Renier. **Espace et Representation**. La Villete Paris, 1982. Col. "Penser l'espace".

PLATÃO. **A República**. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

REALE, Giovanni. **Platão**. São Paulo: Loyola, 2007. Coleção História da Filosofia Grega e Romana, v. 3.

RONCAYOLO, Marcel. Território. *In*: **Enciclopédia Einaldi**: região. v. 8. Porto: Imprensa nacional/ Casa da Moeda, 1986.

SANTOS, Boaventura de Sousa. As transições do mundo: donde e para onde. **Sul21**. Disponível em: <https://sul21.com.br/opinioao/2022/07/as-transicoes-do-mundo-donde-e-para-onde-por-boaventura-de-sousa-santos/>. Acesso em 18 dez. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. O Estado social, Estado providência e de bem-estar. **Diário de Notícias**. Disponível em: <https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/convidados/o-estado-social-estado-providencia-e-de-bem-estar-2968300.html>. Acesso em 18 dez. 2022.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: EdUSP, 2004.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SARTRE, Jean-Paul. **O Ser e O Nada**: Ensaio de Ontologia Fenomenológica. 11. ed. Tradução Paulo Perdigão. Petrópolis: Vozes, 2002.

SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

SAUER, Carl O. Geografia cultural. **Espaço e cultura**, Rio de Janeiro, n. 3, dez. 1996.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Ciência e comportamento Humano**. Tradução J.P. Todorov. São Paulo: EDART, 1976. (Originalmente publicado em 1953).

TIBURI, Márcia. **Crítica da razão e mimesis no pensamento de Theodor W. Adorno**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

ARTIGOS ARTIGOS ARTIGOS



UM ESTUDO DAS MORADIAS AUTOCONSTRUÍDAS NA COMUNIDADE DA LUZ, EM BELÉM-PB

A STUDY OF SELF-BUILT HOUSES IN COMUNIDADE DA LUZ, IN BELÉM-PB

BARBOSA, HELOISA CRISTINE SOUZA LIMA¹; DIMENSTEIN, MARCELA².

¹Arquiteta e Urbanista, Centro Universitário de João Pessoa, barbosaheloisac@gmail.com

²Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário de João Pessoa, mmarcelad@gmail.com

RESUMO

O déficit habitacional é um problema histórico, uma vez que os problemas urbanos enfrentados no Brasil são reflexos de um passado caracterizado pela desigualdade social. Desse modo, a autoconstrução surge como uma estratégia de acesso à moradia utilizada pelas populações menos favorecidas financeiramente. Esta pesquisa teve como objetivo identificar práticas de autoconstrução na Comunidade da Luz em Belém-PB e classificá-las em diferentes categorias de moradias, analisando os problemas associados à autoconstrução e às necessidades habitacionais expressas pelos moradores. Assim, buscou-se contribuir com pesquisas que procuram abordar a questão do direito à moradia digna e adequada, o que representa um desafio tanto para o âmbito acadêmico quanto para a sociedade e o Estado brasileiro.

ABSTRACT

The housing deficit is a historical problem, since the urban problems faced in Brazil are reflections of a past characterized by social inequality. In this way, self-construction emerges as a strategy for accessing housing used by less financially advantaged populations. This research aimed to identify self-construction practices in Comunidade da Luz in Belém-PB and classify them into different housing categories, analyzing the problems associated with self-construction and the housing needs expressed by residents. Thus, we sought to contribute to research that seeks to address the issue of the right to decent and adequate housing, which represents a challenge both in the academic sphere and for society and the Brazilian State.

Palavras-chave: déficit habitacional; habitação; autoconstrução; categorização.

Key-words: housing deficit; housing; self-construction, categorization.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, investiga-se a estratégia de autoconstrução por meio da classificação de diferentes categorias de moradias encontradas na Comunidade da Luz, localizada na cidade de Belém – PB, distante 123 km da capital paraibana. A prática da autoconstrução, conforme discutida por Silva et al. (2023), é comumente adotada pela população de baixa renda, moradora de regiões periféricas das cidades, como forma de lidar com os desafios relacionados ao acesso à moradia.

Autores como Cunha (2020) e Balthazar (2012) apontam a crise habitacional no Brasil como um reflexo das desigualdades sociais e do autoritarismo enraizados em nosso passado colonial. A relação histórica entre riqueza e propriedade de terras perpetuou tais desigualdades até meados do século XIX (Whitaker, 2005), quando a Lei de Terras estabeleceu uma divisão clara entre as classes dominantes e as trabalhadoras, tornando o acesso à terra ainda mais difícil para os setores menos privilegiados da sociedade. Embora o Estado tenha interferido nas políticas habitacionais em diversas etapas, segundo Bonduki (1998), tais intervenções não conseguiram atender às necessidades da população de baixa renda. Como consequência, o problema do déficit habitacional brasileiro vem ganhando proporções cada vez mais preocupantes ao longo das últimas décadas.

Nos últimos 30 anos, período que coincide com a redemocratização do país, alguns redirecionamentos significativos foram feitos na política habitacional brasileira, tais como: o financiamento de conjuntos habitacionais, a criação do Sistema Nacional de Habitação, do Ministério das Cidades, do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, Programa Minha Casa Minha Vida, dentre outras iniciativas (Gonçalves, 2002; Brasil, 2009; Maricato, 2013; Oliveira, 2014; Aguiar, 2015; Drumond *et al.*, 2016; Silva, 2018). Contudo, a despeito de todos estes avanços, a complexidade da questão habitacional é imensa. Há uma intrincada associação com os interesses econômicos e políticos que faz com que as políticas habitacionais estatais ainda não respondam satisfatoriamente às necessidades de grande parcela da população brasileira (Morado Nascimento, 2015). A exclusão urbana persiste, com a população de baixa renda sendo marginalizada para áreas periféricas da cidade e sem acesso à moradia por meio do mercado formal (Gonçalves, 2002; Silva, 2018). Em razão disto, a autoconstrução foi progressivamente tornando-se uma estratégia de construção para uma significativa parcela da popula-

ção brasileira, historicamente desatendida que “resolve sua necessidade por conta própria, providenciando diretamente a construção e gestão de suas casas” (Ferreira, 2020, p. 52), na maioria das vezes, sem suporte técnico, em terrenos não regularizados e utilizando da infraestrutura disponível para a sua realidade financeira. Para Morado Nascimento (2011) e Lopes (2015, p.34), a prática da autoconstrução é por si só subversiva e “as soluções encontradas são um híbrido da disponibilidade com a emergência da situação”, sendo uma resposta autônoma de cada morador às suas necessidades habitacionais. Portanto, as habitações autoconstruídas são um reflexo da histórica desigualdade do país, constituindo-se como uma resposta possível de uma determinada classe social diante da necessidade de sobrevivência e abrigo (Linhares; Morado Nascimento, 2018, p. 149).

Porém, há muita controvérsia e conflitos em torno da prática da autoconstrução, em particular, entre arquitetos e engenheiros e os autoconstrutores, os quais, segundo pesquisa conduzida em 2015 pelo CAU/BR (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil), em parceria com o Instituto Datafolha, são responsáveis por 85% das reformas e/ou construções realizadas no Brasil, as quais, por sua vez, são feitas sem a intervenção de um profissional especializado. Esses dados apontam a magnitude que a prática da autoconstrução representa no país e de como está presente na vida cotidiana das famílias brasileiras.

Diante da relevância da temática e entendendo que é uma prática também encontrada no Nordeste brasileiro, desenvolveu-se um estudo em uma comunidade do agreste paraibano com o objetivo de conhecer a realidade de suas moradias. Trata-se da Comunidade da Luz, no município de Belém, situada ao norte da cidade, que surgiu em meados da década de 1980 como um loteamento, e hoje está plenamente ocupada, contando com 530 lotes. Neste artigo, pretende-se apresentar os resultados da aproximação à referida comunidade, analisando as condições das moradias por meio da identificação de diferentes categorias e soluções construtivas presentes nas autoconstruções.

ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE AUTOCONSTRUÇÃO

Segundo Morado Nascimento (2011, p.4), a prática da autoconstrução é uma alternativa autônoma de garantir o direito à moradia, pilar fundamental para minimizar desigualdades socioespaciais. Para a autora, a

literatura sobre o tema aponta que esta prática é uma resposta à inadequação das recentes políticas habitacionais no país, sendo motivada por diversos fatores, como: a falta de acesso à moradia, os altos custos de contratação de profissionais e os trâmites burocráticos para a aprovação de projetos em órgãos legais. Neste artigo, essa estratégia é compreendida como um efeito do modo de produção capitalista nas periferias urbanas latino-americanas e do cotidiano de vida de uma parcela da população que enfrenta variados obstáculos ao direito à cidade (Cavalcanti; Araújo, 2023), não sendo contemplada pelas políticas públicas nem pelo mercado habitacional formal.

No contexto do debate atual sobre a democratização da arquitetura e das políticas públicas de habitação de interesse social (Vidal, 2008), tem-se problematizado cada vez mais a disputa de saberes e poderes envolvida na prática da autoconstrução. Essa discussão abrange o modelo hegemônico de produção habitacional, os preconceitos associados aos moradores, a desqualificação das técnicas e saberes 'não científicos' e a percepção da 'má qualidade' da autoconstrução. Compreende-se o valor das soluções encontradas e das táticas usadas em cenários adversos, configuradas como experiências transformadoras do saber/poder quanto como parte inerente e potente dos movimentos inventivos pelo direito à cidade e à moradia (Lopes, 2015; Santos, 2015), indicando que a autoconstrução é um modo de construção possível (Cardoso; Tavares, 2017).

A formação do arquiteto também tem sido alvo de questionamentos, especialmente em relação à sua atuação nesses cenários. Critica-se o uso de modelos padronizados e desconectados das necessidades dos moradores, assim como a autoridade técnica que não envolve a participação dos moradores na concepção dos projetos nem preserva suas tradições. Vários autores destacam a necessidade do arquiteto ser um criador de interfaces, um investigador da cultura local, um tradutor dos desejos dos moradores, um técnico que aperfeiçoa saberes populares (Santos, 2019; Burnett *et al.*, 2021; Carvalho *et al.*, 2022). Linhares e Morado Nascimento (2018, p. 151) propõem

o arquiteto como mediador de informações entre o saber técnico e o saber dos moradores. O profissional deixa de ser quem recebe demanda ou soluciona problemas, mas aquele que abre mão do poder sobre o desenho técnico (como projeto ou ordem de serviço). Assim, passa a ser um provocador, um propositor, um assessor técnico, capaz de fornecer dados e informações importantes para a prática autoconstrutora.

Nesse cenário, surge a Lei da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) em 2008, assegurando acesso à moradia digna e à arquitetura e engenharia para atender as demandas habitacionais. A instrução normativa N° 46, de 2009, apresenta modalidades de ação para a ATHIS, incluindo projetos para produção habitacional e urbanização de assentamentos precários, bem como assistência técnica para melhoria, conclusão e construção de unidades habitacionais executadas por famílias de baixa renda (Brasil, 2009). Apesar do seu potencial, sua implementação efetiva ainda enfrenta desafios no Brasil. A falta de investimento público nessa estratégia tem resultado em poucos exemplos de aplicação eficaz da lei, embora existam casos positivos, como em Brasília e na Paraíba, onde escritórios públicos e populares têm obtido resultados favoráveis (Cirino, 2019).

Portanto, os processos de provimento habitacional, inclusive a autoconstrução, constituem um campo de estudos complexo e fértil, com muitas variações na realidade brasileira. Aqui tem-se o intuito de agregar conhecimentos à problemática social da moradia no Brasil e contribuir para uma análise das práticas de autoconstrução existentes na região Nordeste, onde persiste como alternativa para moradia popular. A seguir, apresenta-se o método e o resultado da pesquisa.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo refere-se a uma primeira aproximação exploratória à Comunidade da Luz realizada como parte das atividades desenvolvidas durante o último ano de graduação no curso de Arquitetura e Urbanismo. Trata-se de um estudo exploratório de abordagem mista, por meio do levantamento de dados quantitativos sobre a comunidade, observação da realidade local, registro fotográfico e visitas técnicas. Estas ocorreram entre 2021 e 2022, em horários diferenciados, as quais permitiram o levantamento das categorias das moradias autoconstruídas existentes. Nesse contexto, por se tratar de uma comunidade que surge de um loteamento, o aspecto das edificações não difere muito do que demonstram as pesquisas e relatos de ocupação e consolidação de loteamentos irregulares em outras cidades brasileiras (Sombra, 2017). De modo geral, a construção é regida pelo saber autoconstrutivo que gera um padrão sem planejamento formal; as edificações se utilizam de materiais construtivos variados, frequentemente reaproveitados ou de menor qualidade; as estruturas são adaptadas às necessidades imediatas dos moradores; e

podem ser vistos alguns problemas estruturais evidenciados por rachaduras e precariedade das construções (Morado Nascimento, 2011).

Após a sistematização dos dados coletados, foi possível encontrar algumas variações entre os exemplares catalogados, que se referem às características específicas de cada unidade de moradia construída pelos residentes, muitas vezes refletindo as necessidades, recursos ou habilidades dos construtores. Logo, as categorias encontradas foram organizadas em 3 grupos principais e 7 subcategorias, conforme detalhado a seguir:

1) Padrão simples: edificações térreas, com apenas porta e janela na fachada frontal, sem recuos laterais.

A: edificação térrea, com porta e janela e caracterizada pela ausência de manutenção.

B: edificação térrea, com porta e janela e caracterizada pelo revestimento cerâmico na fachada.

2) Padrão médio: edificações com terraços como “hall” de entrada, podendo ser térreas ou com mais pavimentos, revestimento cerâmico e inserção ou não de comércio na área frontal, existência ou não de recuos.

C: edificação térrea, com hall de entrada, sem recuos.

D: edificação térrea, com muros, com recuo frontal.

E: edificação térrea ou com mais pavimentos, com existência de comércio na fachada frontal.

3) Padrão médio-alto: edificações que possuem as mesmas características do grupo Padrão médio, mas possuem espaço para garagem de automóveis.

F: edificação térrea, com existência de garagem e terraço na fachada frontal.

G: edificação térrea + 1 pavimento, com existência de garagem e terraço na fachada frontal.

É importante ressaltar que devido à extensão da comunidade - aproximadamente 110.000 m² - foi realizado um diagnóstico amplo dos 530 lotes existentes de forma a compreender a realidade do local, mas o foco dos esforços de classificação das categorias ocorreu em um recorte que

contemplou 2 ruas específicas: a Rua Aderbal Cruz e a Rua São Joaquim, as quais apresentaram maior diversidade de categorias, de usos e de classes sociais, totalizando 169 edificações.

DESENVOLVIMENTO

Área de estudo

Belém está situada na região metropolitana de Guarabira, cerca de 123 km da capital paraibana, e conta com uma população de aproximadamente 16 mil habitantes (IBGE, 2022). Suas origens remontam a um aglomerado humano no início do século XVIII.

Figura 1: Brasil, Paraíba com localização do município de Belém no estado e delimitação da área urbana no território municipal
Fonte: Google Earth, editado pelas autoras (2021)

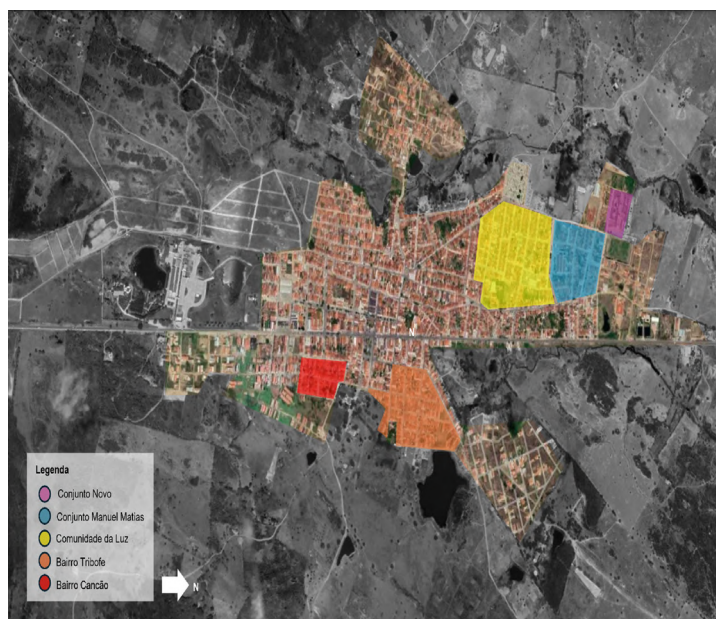


Ao longo do século XIX, o desenvolvimento urbano de Belém se consolidou, especialmente após a doação de 80 hectares de terra para a construção da Catedral de Nossa Senhora da Conceição, marco zero da cidade. As áreas próximas à catedral, antes ocupadas por residências e comércios, são, atualmente, uma das regiões mais movimentadas do município. A população de menor poder aquisitivo se estabeleceu nas áreas periféricas, como na Luz, Canção, Tribofe, Conjunto Manuel Matias e o Conjunto Novo, locais que se formam por meio da prática de autoconstrução de suas moradias.

Não há registro oficial que determine a divisão dos bairros da cidade; no entanto, existe uma delimitação popular (figura 2) que é comumente reconhecida. A Comunidade da Luz, objeto de estudo geográfico, teve origem em um loteamento iniciado em meados da década de 1980 [1985?], se consolidando nos anos 1990 através da autoconstrução. Atualmente se encontra plenamente ocupada e representa uma das áreas mais necessitadas da cidade, acometida por inúmeros problemas urbanos e so-

ciais. Contudo, está passando por um intenso processo de urbanização, que inclui a pavimentação de ruas, instalação de equipamentos públicos e significativos investimentos em infraestrutura.

Figura 2: Vista aérea da cidade de Belém – PB, com indicação na legenda das comunidades existentes
Fonte: Google Earth, editado pelas autoras (2024)



Caracterização da Comunidade da Luz

A Comunidade da Luz está situada a cerca de 1 quilômetro do centro da cidade de Belém. Apesar dessa proximidade, a comunidade oferece uma série de equipamentos públicos para atender às necessidades da população local. Dentre esses equipamentos estão uma escola pública, uma unidade básica de saúde e um centro comunitário. Além disso, nas redondezas, há o Hospital Distrital, uma creche e o Centro Poliesportivo da cidade.

Ao examinar a morfologia da comunidade, é possível observar um traçado relativamente regular (figura 3 e 4). Contudo, esse padrão é interrompido pelas construções realizadas pelos moradores, o que faz com que as ruas e quadras aparentem falta de padronização. Muitas vezes, essas vias parecem ser estreitas ou largas, com tamanhos variados de lotes, com ou sem recuos, resultando em uma integração peculiar com o entorno. As habitações frequentemente utilizam materiais diversos, refletindo a disponibilidade dos moradores. A maioria das ruas é pavimentada e possuem calçadas irregulares tanto em largura, quanto em altura em relação a pista de rolamento.

Figura 3 e 4: Imagens das ruas Aderbal Cruz e São Joaquim – Comunidade da Luz

Fonte: Autoras (2022)




Através de visitas e levantamentos realizados nesta pesquisa, constatou-se que a Comunidade da Luz é predominantemente residencial e térrea, com alguns pequenos comércios incorporados em algumas das residências, as quais foram objeto de intervenções arquitetônicas para abrigar esse novo uso (figura 5). Como resultado, é possível notar áreas densamente construídas, com apenas 3% correspondendo a espaços vazios. A taxa de ocupação também foi um fator relevante, já que a maioria das edificações possui uma taxa de 100%, o que implica no alinhamento das fachadas em relação aos limites frontais dos terrenos, resultando em uma proximidade direta dos edifícios com as ruas. Existe uma reduzida porção arbórea na comunidade, apresentando manchas verdes concentradas em apenas a nordeste do bairro.

Figura 5: Mapa de uso e ocupação do solo da Comunidade da Luz

Fonte: Google Earth, editado pelas autoras (2021)

Legenda

- | | |
|---|---|
|  Comercial |  Institucional |
|  Misto |  Vazio |
|  Praça |  Escola |
|  Residencial | |

N



Sobre o aspecto das edificações existentes, percebe-se que em geral seguem o que é apontado por Morado Nascimento (2011, p.4) sobre autoconstrução em loteamentos (regulares ou não) – ver tópico materiais e métodos – se diferenciando das autoconstruções de favelas ou ocupações organizadas por apresentarem: 1) maior investimento na moradia pela maior segurança na posse da terra, diluídos ao longo do tempo; 2) possibilidade de conquistas de infraestrutura através da pressão social; 3) a autoconstrução como ação individual e familiar.

A figura 6 exemplifica o que foi posto anteriormente. Ela mostra duas imagens do mesmo trecho da Rua Aderbal Cruz, na Comunidade da Luz, capturadas pelo Google Street View em 2012 e 2022. Ao longo desses dez anos, a rua, predominantemente térrea e residencial, com edificações erguidas em alvenaria, passou por algumas mudanças significativas. Esteticamente, nota-se que houve a adição de novos revestimentos tanto nas paredes, quanto nos pisos das calçadas; houve troca das portas, portões, gradis e janelas em todos os lotes; o lote 03 se transformou em um mercadinho inserindo uma publicidade em sua fachada e o lote 04 abriu um portão de garagem. Durante as visitas ao local, há uma sensação de obras constantes nessa rua, tanto pela pavimentação realizada pela administração municipal, quanto pelas diversas modificações que os próprios moradores fazem em suas propriedades.

Figura 6: Mesmo trecho da Rua Aderbal Cruz em 2022 (acima) e 2012 (abaixo)
Fonte: Google Street View, editado pelas autoras (2024)



Conforme explicado, devido à extensão da comunidade, concentram-se os esforços nos 169 lotes existentes entre as ruas Aderbal Cruz e a São Joaquim, que apresentam maior diversidade de categorias e de usos. Assim, constatou-se que a área é composta predominantemente por residências (152) e edificações de uso misto - residências e pequenos comércios – (9), térreas, apresentando um padrão simples. Todas as edificações existentes são caracterizadas pela autoconstrução em alvenaria, utilizando revestimentos variados e sem um planejamento estético formal. As estruturas são adaptadas às necessidades dos moradores e apresentam alguns problemas estruturais, como rachaduras, descasamentos e focos de umidade.

Por ser bastante densa, não há espaço para se expandir horizontalmente, logo, é possível encontrar algumas edificações que crescem de forma verticalizada através da criação de novos pavimentos. Além disso, a análise das construções revela variações na conservação e personalizações dos moradores, indicando diversidade socioeconômica dentro do mesmo padrão habitacional. Assim, essas diferenciações permitiram classificar as edificações existentes em 3 categorias principais e 7 subcategorias, conforme pode ser visto na figura 7.

Figura 7: Vista área da Comunidade da Luz com indicação na legenda das 3 categorias principais observadas

Fonte: Google Earth, editado pelas autoras (2021)

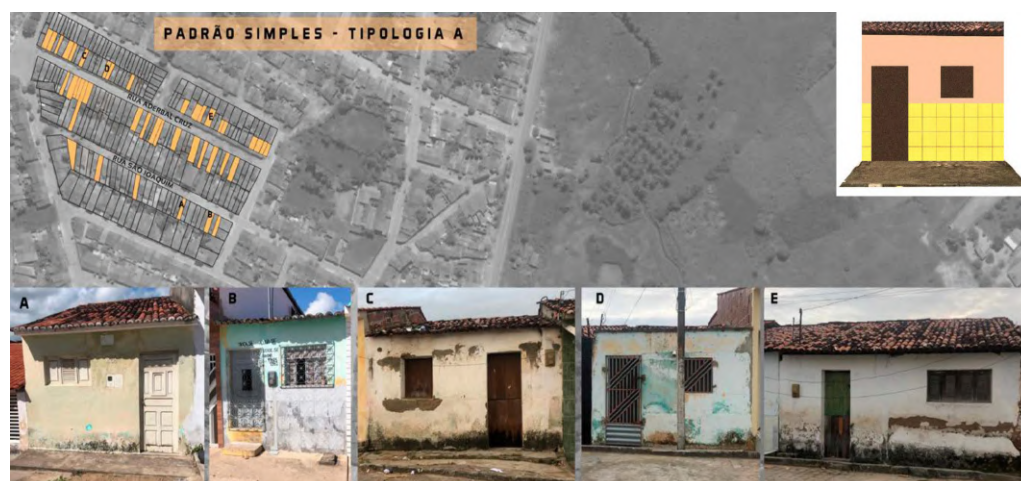


Padrão Simples

As edificações classificadas como Padrão Simples são dominantes na área analisada, totalizando 87 lotes, correspondendo a 59,25% das construções da área de estudo. Após observá-las e analisá-las foi possível perceber diferentes características entre elas. Desse modo, separa-se as moradias em dois subgrupos: A – edificação térrea, com porta e janela e caracterizada pela ausência de manutenção – que totaliza 43, correspondendo a 55% do grupo. Já a B - edificação térrea, com porta e janela e caracterizada pelo revestimento cerâmico na fachada - totaliza 40, equivalente a 45% do total do grupo. As imagens 8 e 9 exemplificam as subcategorias A e B, e as identificam no mapa do local.

Figura 8 e 9: Categoria Padrão simples, com exemplos das subcategorias A e B, respectivamente

Fonte: Google Earth, editado pelas autoras (2021)





Padrão Médio

As edificações classificadas como Padrão Médio totalizam 48 lotes, correspondendo a 31,88% das construções da área de estudo. Essas apresentam diversas características, sendo possível dividi-las em 03 subgrupos: C – edificação térrea, com hall de entrada, sem recuos – que totaliza 36, correspondendo a 70% do grupo Padrão Médio. Já a D - edificação térrea, com muros, com recuo frontal - totaliza 9, equivalente a 16% do total do grupo. E a E - edificação térrea ou com mais pavimentos, com existência de comércio na fachada frontal - totaliza 5, equivalente a 1% do total do grupo. As imagens 10, 11 e 12 exemplificam as subcategorias C, D e E, e as identificam no mapa do local.

Figura 10, 11 e 12: Categoria Padrão médio, com exemplares das subcategorias C, D e E, respectivamente

Fonte: Google Earth, editado pelas autoras (2021)





Padrão Médio-Alto

As edificações classificadas como Padrão Médio-Alto são as mais difíceis de serem encontradas, totalizando 12 lotes, correspondendo a 8,88% das edificações da área de estudo. Foi possível dividi-las em 02 subgrupos: F – edificação térrea, com existência de garagem e terraço na fachada frontal – que totaliza 13, correspondendo a 90% do grupo Padrão Médio-Alto. Já a G - edificação térrea + 1 pavimento, com existência de garagem e terraço na fachada frontal - totaliza 1, equivalente a 10% do total do grupo. As imagens 13 e 14 exemplificam as subcategorias F e G, e as identificam no mapa do local.

Figura 13 e 14: Categoria Padrão médio alto, com exemplares das subcategorias F e G, respectivamente
Fonte: Google Earth, editado pelas autoras (2021)



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou identificar as práticas de autoconstrução na Comunidade da Luz em Belém-PB e classificá-la em diferentes categorias de moradias, compreendendo as diversas formas de provisão habitacional associadas às necessidades dos seus moradores. A realidade encontrada nesta comunidade no agreste paraibano reflete as condições de vida e de moradia de parte da população brasileira desfavorecida economicamente, mostrando que se trata de um problema de desigualdade social. Em um contexto de alto déficit habitacional, as famílias de baixa renda recorrem à autoconstrução em áreas periféricas, com infraestrutura precária ou inadequada para a urbanização devido à impossibilidade de acesso ao mercado imobiliário formal.

Os resultados da investigação evidenciam que o arranjo espacial da comunidade é resultado de uma diversidade de formas e uso das edificações, seja para moradia, seja para comércio, refletindo o cenário predominante em muitos assentamentos semelhantes no país. Uma vez que grande parte das construções da Comunidade da Luz em Belém-PB surgiu por meio da autoconstrução, isto lhe confere dinamismo e identidade. Além disso, atualmente, a comunidade está em processo de urbanização por parte do poder público local, com vários equipamentos públicos em construção e ruas pavimentadas.

Investigaram-se as características e a realidade do local através de levantamentos métricos e fotográficos, os quais permitiram classificar as categorias encontradas em 3 grupos principais e 7 subcategorias de edificações que refletem o perfil socioeconômico dos moradores. Algumas apresentavam revestimentos, enquanto outras careciam até mesmo de reboco, evidenciando as disparidades nas condições habitacionais entre os próprios residentes.

Na comunidade, as moradias autoconstruídas são essenciais como forma de sobrevivência. Elas são uma estratégia utilizada para driblar a falta de moradia e funcionam como uma maneira de expressar identidade, cultura e aspectos sociais na habitação de acordo com as características culturais do morador. A escolha dos materiais e o regime de produção são aspectos que indicam que os moradores possuem um saber tradicional aplicado na autoconstrução. Nesse sentido, pode-se dizer que constroem moradias que contemplam em alguma medida suas necessidades habitacionais. No entanto, fica evidente a incompatibilidade das construções e as ampliações individuais que ocorrem de acordo com suas condições financeiras e as normas que regulam a cidade formal.

Por fim, este estudo buscou dar visibilidade à adaptabilidade e à capacidade de improvisação e o saber dos moradores locais, mostrando a autoconstrução como uma forma de enfrentamento por parte da população mais desfavorecida na luta pelo direito à moradia. Por outro lado, evidencia-se que existem estratégias individuais para resolver problemas que são de ordem social e coletiva. Esses problemas requerem políticas públicas específicas para lidar com os condicionantes sociais que criam barreiras ao acesso à moradia digna para a parcela economicamente desfavorecida, os quais frequentemente permanecem invisíveis.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Marcos Henrique. Políticas de provisão habitacional no Brasil: contradições e limites à integração social. **Revista Tamoios**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 2015.

BALTHAZAR, Renata. **A permanência da autoconstrução**: um estudo de sua prática no Município de Vargem Grande Paulista. São Paulo: Mestrado de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2012.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BURNETT, Frederico Lago; DE SOUZA, Clara Raissa Pereira; MONIZ FILHO, Manoel Fernando. Arquitetura como resistência: autoprodução da moradia popular no Maranhão. **Revista Thésis**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, 2021.

CARDOSO, André; TAVARES, Gustavo. "Da Adversidade Vivemos": Autoconstrução como linguagem habitacional na favela carioca de Mangueiras. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL - ACADEMIA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO DE LÍNGUA PORTUGUESA - AEAULP: A LÍNGUA QUE HABITAMOS, 4., 2017, Belo Horizonte. **Actas** [...]. Belo Horizonte: Academia de Escolas de Arquitetura e Urbanismo de Língua Portuguesa, 2017.

CARVALHO, Conrado Gonçalves; ALBERTO, Eduarda; SILVOSO, Marcos Martinez. Autoconstrução e a democratização da arquitetura e engenharia: Considerações sobre formação profissional e o necessário debate de conceituação da ATHIS e do Empreendedorismo Social. **Anais dos Encontros Nacionais de Engenharia e Desenvolvimento Social**, v. 17, n. 1, p. 1–21, 2022.

CAVALCANTI, Mariana; ARAUJO, Marcella. Autoconstrução e produção da cidade: outra genealogia dos estudos de infraestruturas urbanas. **Estudos Avançados**, v. 37, n. 107, p. 7–24, 2023.

CIRINO, Sarah. **Arquitetura Social**: experiências em assistência técnica. Brasília: UNB, 2019.

CUNHA, Guilherme. Déficit habitacional: o tamanho da desigualdade social no Brasil. **Boletim Economia Empírica**, v. 1, n. 1, 2020.

DRUMOND, Rejane; CASTRO, Maria. Déficit habitacional qualitativo de Belo Horizonte: estratégias aplicadas para melhoria das habitações de baixa renda existentes. **Revista Mackenzie**, São Paulo, 2016.

FERREIRA, Marina. Autoconstrução e autogestão habitacional no Brasil: um estudo comparativo em dois períodos: 1975-1986 e 2004-2018. **Journal of Urban Technology and Sustainability**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 51–64, 2020.

GONÇALVES, Juliano. **A especulação imobiliária na formação de loteamentos urbanos**: um estudo de caso. São Paulo: Mestrado em Economia na UNICAMP, 2002.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 2024.

LINHARES, Juliana; MORADO NASCIMENTO, Denise. Atuação do arquiteto na produção da moradia autoconstruída pela população de baixa renda. In: LIBÂNIO, C. de A.; PEREIRA, J. (org.). **Periferias em rede**: experiências e perspectivas. Belo Horizonte: Favela é Isso Aí, 2018.

LOPES, Marcela. Artesanias na cidade autoconstruída. In: MORADO NASCIMENTO, D. (org.). **Saberes [auto] construídos**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia; ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. (org.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2013.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Manual para Prestação de Serviços de Assistência Técnica, Instrução Normativa N°46** de 2009.

MORADO NASCIMENTO, Denise. A autoconstrução na produção do espaço urbano. In: MENDONÇA, J. G. de; COSTA, H. S. de M. (org.). **Estado e capital imobiliário**: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte: C/Arte, 2011.

MORADO NASCIMENTO, Denise. A outra lógica da prática. In: MORADO NASCIMENTO, D. (org.). **Saberes [auto] construídos**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

OLIVEIRA, Viviane. Do BNH ao Minha Casa Minha Vida: Mudanças e Permanências na política habitacional. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 15, n. 50, p. 36–53, 2014.

SANTOS, Cecília. Infraestrutura autoconstruída: articulações sociotécnicas na produção do espaço. In: MORADO NASCIMENTO, D. (org.). **Saberes [auto] construídos**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

SANTOS, Thaiza. **Autoconstrução: expressão do ser no mundo**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2019.

SILVA, Eduardo; Albuquerque, Rogério; MATOS, Laura; ABREU, Mayra; CARNEIRO, Elles; SILVA, Auricélio; SOARES, Wenderson. Neoespoliação urbana e moradia: análise socioeconômica da autoconstrução no Brasil. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 11, p. 20631–20652, 2023.

SILVA, Waleska. **O Estado como agente de produção do espaço urbano: análise comparativa de dois Conjuntos Habitacionais de João Pessoa-PB**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Universitário de João Pessoa, João Pessoa, 2018.

SOMBRA, Daniel. **De casa em casa a cidade: autoconstrução e melhorias habitacionais no loteamento Santa Cecília**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

VIDAL, Fernando. **A autoconstrução e o mutirão assistidos como alternativas para a produção de habitações de interesse social**. 2008. Dissertação (Mestrado de Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

WHITAKER, João. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. In: SIMPÓSIO INTERFACES DAS REPRESENTAÇÕES URBANAS EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO, 2005, Bauru. **Anais [...]**. Bauru: UNESP Bauru e SESC Bauru, 2005.

ANÁLISE DA PRODUÇÃO RESIDENCIAL DE MACEIÓ NA DÉCADA DE 1980

ANALYSIS OF MACEIÓ'S RESIDENTIAL PRODUCTION IN THE 1980s

LEITE, RAÍSSA RAFAELLY DE HOLANDA¹; ANDRADE, MANUELLA MARIANNA²

¹ Arquiteta, Universidade Federal de Alagoas, raissaholanda95@gmail.com;

² Doutora, Universidade Federal de Alagoas, manuella.andrade@fau.ufal.br.

RESUMO

O objetivo do presente artigo é apresentar a inter-relação entre elementos e espaços arquitetônicos que materializaram os nove princípios do “Roteiro para se construir no Nordeste”, de Armando de Holanda (1976), por meio da análise da produção residencial unifamiliar dos arquitetos formados nas primeiras turmas do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas. O recorte definido abrange a década de 1980, e o protocolo de observação restringe-se à análise dos desenhos técnicos originais encontrados na Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (SEDET) da Prefeitura Municipal de Maceió. Foram realizados 19 protocolos de análise, mas apenas um será exemplificado no artigo. A sistematização de dados alcançados será exposta na sua completude quantitativamente ao informar quais princípios foram utilizados e, qualitativamente, ao demonstrar como os princípios atuaram enquanto estratégia projetual. Nesse último ponto, a residência 239/86 será a principal contemplada. Os resultados demonstraram que os princípios são abstrações dependentes da definição dos elementos arquitetônicos e da espacialidade para alcançar uma qualidade condicionada a inter-relação entre eles, sendo a continuidade espacial o principal princípio que rege a qualidade das obras ao alcançar a interligação entre um ou mais princípios, conectando elementos e espacialidades distintas.

ABSTRACT

The objective of this article is to present the interrelationship between architectural elements and spaces that materialized the nine principles of the “Roadmap to build in the Northeast” by Armando de Holanda (1976) through the analysis of the single-family residential production of architects graduated in the first classes of the Architecture and Urbanism course at the Federal University of Alagoas. The defined cut-out covers the 1980s and the observation protocol is restricted to the analysis of the original technical drawings found in the Secretariat of Territorial Development and Environment (SEDET) of the Municipality of Maceió. A total of 19 analysis protocols were performed, but only one will be exemplified in the article. The systematization of the data achieved will be exposed in its completeness quantitatively by informing which principles were used and, qualitatively, by demonstrating how the principles acted as a design strategy. On this last point, residence 239/86 will be the main contemplated. The results showed that the principles are abstractions dependent on the definition of the architectural elements and the spatiality to achieve a quality conditioned to the interrelationship between them, being the spatial continuity is the main principle that governs the quality of the works by achieving the interconnection between one or more principles, connecting distinct elements and spatialities.

Palavras-chave: arquitetura residencial; nordeste; princípios.

Key-words: residential architecture; northeast; principles;

INTRODUÇÃO

O pouco que se conhece sobre a arquitetura produzida em Maceió está, na historiografia nacional, restrita a uma obra de Lygia Fernandes ou circunscrita ao livro *Arquitetura Moderna: a atitude alagoana*, de Maria Angélica da Silva, de 1991. O próprio desconhecimento de que o primeiro curso de arquitetura fundado em Alagoas foi há 50 anos é um espanto natural. Parte dessa história ainda não contada foi objeto de investigação que o presente artigo vem apresentar. Centrada na década de 1980, a pesquisa objetivou analisar a produção residencial unifamiliar, oriunda dos primeiros arquitetos formados pelo curso de Arquitetura e Urbanismo da Ufal, fundado em 1974. A investigação trouxe como pressuposto de formação acadêmica os princípios para construir no Nordeste, desenvolvidos por Armando de Holanda, que posteriormente é publicado como *Roteiro para Construir no Nordeste* (1976). Essa pressuposição decorre do fato de que os professores do curso que se iniciava em Alagoas eram formados pela UFPE.

No transcorrer da pesquisa, o acesso ao arquivo institucional do curso e duas entrevistas com ex-alunos, um de cada turma, respectivamente, confirmou tanto a formação dos docentes quanto a prática de ensino conduzida pela replicação da cartilha. Esse fato coadunou com a decisão em perseguir nas análises os nove princípios elaborados pela cartilha enquanto estratégias de projetos, ou seja, não bastava apenas identificar, mas sim compreender a inter-relação entre os elementos/espços que materializaram os princípios existentes por meio de uma estratégia de projeto.

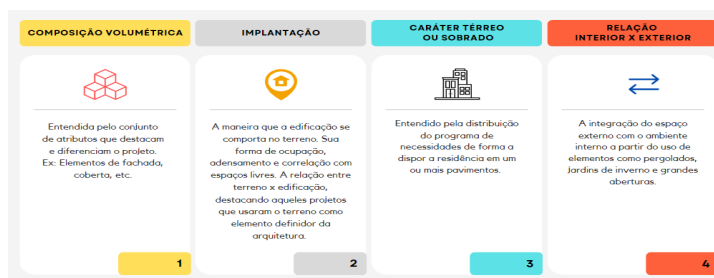
A pesquisa documental foi realizada na SEDET (Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente - Prefeitura Municipal de Maceió), órgão responsável pela aprovação e arquivamento dos projetos. Foram encontrados 4.442 projetos aprovados na década de 1980, dos quais 85,80% eram residenciais e 14,2% eram de uso misto, comércio ou serviço. A delimitação do objeto de pesquisa em projetos residenciais unifamiliares decorreu de interesse particular. O recorte temporal estabelecido (1980 a 1989) previa a ingerência do ensino no início da atuação profissional.

O cruzamento com os 16 arquitetos formados ao todo nas turmas de 1978 e 1979 pela Universidade Federal de Alagoas levou à identificação de 118 projetos residenciais na década de 1980. Dentre esses, 58 foram

descartados por não serem unifamiliares ou por serem reforma, restando 60 projetos. A filtragem para definição dos 19 projetos analisados foi, primeiramente, a qualidade de conservação dos desenhos originais que permitisse a leitura, considerando o maior número de informações disponíveis (planta baixa, corte, elevação e situação). E, posteriormente, uma triagem interpretativa (Figura 1), considerando a composição volumétrica, a implantação, o caráter térreo ou sobrado e a relação interior x exterior. Ao observar esses pontos a escolha foi conduzida pelo diferencial dos projetos ao perceber, por meio da relação entre implantação, planta, corte, elevação e coberta, a distinção das soluções espacial e volumétrica de modo comparativo.

Figura 1 – Triagem interpretativa

Fonte: Autoral (2022)



Para alcançar a inter-relação entre os princípios, o procedimento de análise adaptou o protocolo de observação (Andrade, 2018) por ter definido a priori os princípios que direcionariam a visualização dos elementos arquitetônicos e, conseqüentemente, o entendimento da estratégia projetual. Essa adaptação é mais condutora do ato de observar do que necessariamente da sequência do procedimento, que consiste em: (1) estudar cuidadosamente o projeto original, nesse caso identificando os elementos arquitetônicos que materializam os princípios da cartilha de Armando de Holanda, e (2) replicando uma linha de raciocínio, visualizar de maneira plausível as ações projetuais e suas relações na configuração dos espaços. Faz parte do protocolo não acessar os arquitetos¹ e se ater apenas à representação gráfica das obras (Andrade, 2018).

¹Os dois arquitetos entrevistados não foram arguidos sobre seus projetos e atuação. O interesse era identificar quem eram os formados das primeiras turmas.

O produto do protocolo consiste em um texto dissertativo, explicativo e reflexivo, acompanhado de imagens. Cabe ressaltar que para todo processo de análise é preciso descrever os elementos observados na obra para que os leitores compreendam a composição do projeto acompanhada do desenho, tendo em vista que por vezes apenas as imagens dificultam o entendimento. Ressalta-se que as obras não foram redesenhadas, porém houve inferências nos arquivos digitalizados. A releitura dos protocolos após finalizado buscou sistematizar, quantitativamente,

te, quais princípios foram encontrados por projeto e, qualitativamente, quais elemento(s) e/ou espaço(s) se relacionavam com o(s) princípio(s) e quais possíveis ações de projeto poderiam ser identificadas para que inter-relação ocorresse. As considerações sobre os dados qualitativos trouxeram questões interessantes como o caráter de atuação dos princípios e a sobreposição entre princípio e ação.

Para a estruturação do presente artigo, além de expor sucintamente os princípios de Armando de Holanda, será apresentado o produto do protocolo de uma única residência, escolhida em função da capacidade em demonstrar os resultados encontrados. Na sequência, os resultados serão expostos de modo pendural, no computo geral e na demonstração específica do caso escolhido, finalizando o texto com as considerações acerca dos resultados alcançados.

PRINCÍPIOS PARA CONSTRUIR NO NORDESTE

Em 1976, o *Roteiro para construir no Nordeste* tem sua primeira edição. Sua investigação relacionava sensivelmente as necessidades do usuário e como o espaço projetado responderia a esse estímulo. Toda discussão e reconhecimento que a cartilha suscitou nos escritos de Gomes (1997), Zaccara (2010) e Moreira (2019) são importantes, mas aqui interessa apenas abordar os nove princípios, compreendidos como estratégias projetuais, capazes de tornar mais agradável o viver nos trópicos.

O primeiro dos princípios abordados na cartilha, é a **criação de sombras**. O autor destaca a importância de espaços sombreados para proteção das intempéries. A sombra é associada à circulação de ar, a partir da importância da desobstrução dos espaços internos, de forma a promover a circulação e troca do ar, retirando todo o calor e umidade do espaço. Para esse princípio o autor aponta a cobertura ventilada e o uso de aberturas protegidas como lanternins, claraboias ou chaminés com pés direitos altos como elementos arquitetônicos a serem considerados.

De modo gradual e complementar, o segundo princípio **recuar as paredes** retrata a importância do afastamento das paredes, que sob a sombra criada no princípio anterior geram espaços externos – terraços, varandas, pérgolas, jardins sombreados – onde é possível estar em contato com a natureza.

O próximo princípio aborda os benefícios de manter **muros vazados** nas edificações, reforçando no discurso a renovação do ar nas áreas internas como um fator importante ao pensamento do projeto. Destaca também que a aplicação de elementos vazados, como o cobogó, ajuda a filtrar a luz que adentra ao espaço. Adiante, Armando de Holanda (1976) aborda as técnicas de **proteção das janelas**, a exemplo do brise soleil, o qual permite que elas permaneçam abertas, sem receber grandes níveis de insolação dentro dos espaços. Traz também como referência o peitoril ventilado para a renovação do ar mesmo durante chuvas intensas.

Como quinto princípio, tem-se o **abrir das portas** como um incentivo à fluência entre interior e exterior, permanecendo aberta por estar sombreada e permitindo a circulação do ar. As portas são elementos que podem preservar a dinâmica interna e a privacidade sem comprometer a relação entre o interior e o exterior. As opções de portas externas vazadas, seja por grades, telas ou malhas, assim como as portas com bandeiras, permitem a entrada de luz, ventilação e o contato visual da esfera privada com a pública, sem grande consequência para a privacidade no interior do ambiente.

Em seguida é abordada a fluidez espacial através do princípio **continuar os espaços**, deixando a privacidade ao que é restritamente necessário. Para esse princípio Armando sugere que os ambientes podem ser individualizados por diferença de níveis, por planos vazados, por paredes distintas em cor, textura e altura e por variações de luminosidade.

Em seu sétimo princípio, **construir com pouco**, é abordado um posicionamento que defende a repetição dos processos construtivos em uma mesma edificação, como forma de redução dos custos da construção. Defende ainda que a padronização dos componentes não é resultado de estagnação e pouca exploração plástica, pelo contrário, é possível explorar as mais simples relações construtivas de forma a obter ricas relações espaciais. Destaca-se que esse é o único princípio não apreendido pela base documental utilizada para a análise.

A natureza tropical é retomada como elemento importante na composição da construção nordestina, sendo essa direcionadora do seu oitavo princípio, **conviver com a natureza**. Armando destaca em sua narrativa as vantagens do sombreamento que a vegetação pode promover para a edificação.

Por fim, apresenta o princípio **construir frondoso**, que é a conjunção de todos os outros entendidos como expressão do ambiente tropical do Nordeste. As questões culturais nordestinas devem ser levadas em consideração na criação de novos espaços por meio de “uma arquitetura sombreada, aberta, contínua, vigorosa, acolhedora e envolvente, que nos coloque em harmonia com o ambiente tropical” (Holanda, 1976, p.43).

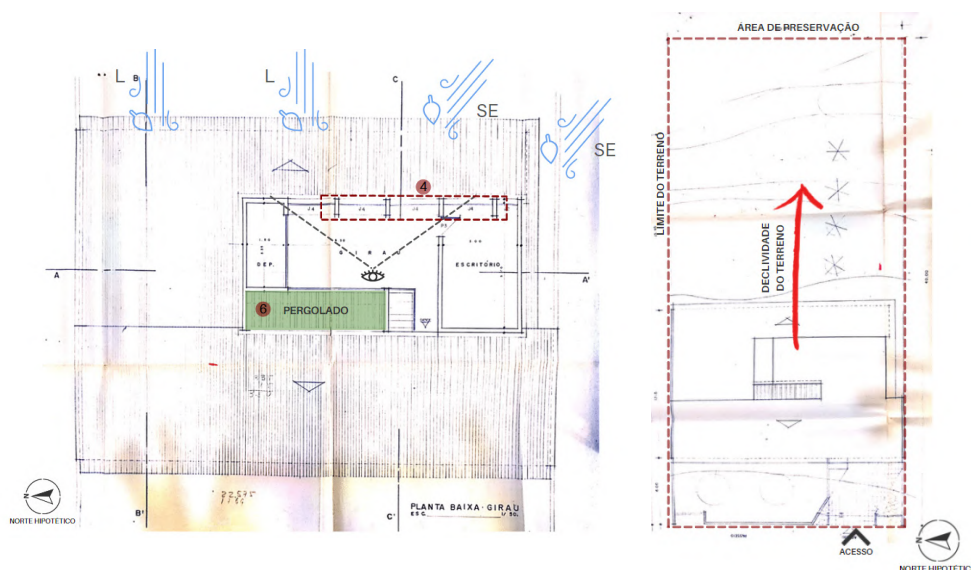
A análise demonstrada a seguir pelo texto do protocolo de observação irá essencialmente perseguir os nove princípios do Roteiro de Armando de Holanda.

PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO DA RESIDÊNCIA 239/86 - ARQUITETO BIANOR MONTEIRO

A residência 239/1986, localizada no bairro Antares no município de Maceió, situa-se em um lote lembrado, com acentuado declive em direção ao fundo devido à geomorfologia da gruta com área verde. A residência implantada na porção frontal do lote aproveita duas curvas de nível para acomodar no solo dois níveis da casa, nível 0 e -0.50m. A casa apresenta ainda um nível superior +2.25m, acima do nível -0.50m, onde se localiza o girau. A implantação na transversal do terreno encosta a proposta nas duas laterais, suprimindo assim seus afastamentos. A vista para a área verde da gruta foi uma prioridade na configuração e distribuição espacial dos ambientes (Figura 2).

Figura 2 – A esquerda: Planta Baixa do pavimento superior. A direita: Planta de Situação

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (SEDET), com digitalização e diagramação autoral (2022)



A diferença de níveis na casa, acompanhando o desnível natural do terreno, ameniza a altura da residência e permite uma composição volumé-

trica mais horizontal. Esse volume uniforme é interseccionado pela verticalidade da caixa d'água. A percepção dos elementos verticais também acontece pelos montantes verticais, em madeira ou alvenaria, existentes tanto na face frontal como posterior do projeto. Esses montantes verticais constituem espécies de brises fixos que agregam a composição plástica da edificação ao propor ritmo a ambas as fachadas (Figura 3). Nesse projeto, o arquiteto não usou de esquadrias protegidas por venezianas. Embora algumas das portas e janelas possuíssem bandeiras, todas eram em vidro.

O projeto apresenta seis princípios: criar sombra, recuar parede, proteger janela, abrir as portas, continuar espaços e conviver com a natureza. Os principais elementos arquitetônicos que materializam esses princípios são os terraços e o pergolado interno. O terraço localizado na parte posterior da residência possui uma maior extensão, atendendo aos quartos e à sala de jantar de modo integrado. Esse ambiente tem um caráter tanto contemplativo e de interação social, quanto de proteção solar dos raios matinais que incidem na edificação (Figura 4).

O terraço frontal, entendido como nível 0,0m, tem uma dimensão menor e configura um espaço de recepção e transição antes de adentrar ao interior. Esse terraço também proporciona proteção da incidência solar direta às esquadrias que o compõem.

Apenas o terraço frontal advém do princípio “reco das paredes” e tem o princípio “criar sombras” como consequência; já o terraço posterior se apropria desse princípio com a implantação de uma coberta que cria esse ambiente de ligação entre o interior e o exterior, onde através da esquadria que divide a sala de jantar desse terraço possibilita uma abertura completa configurando uma continuidade espacial.

O pergolado localizado no cruzamento dos eixos longitudinal e transversal do projeto também permite a continuidade espacial visual entre as salas de estar e jantar, permite a circulação de ar e proporciona internamente a proximidade com a natureza. A representação técnica demonstra que o pergolado é aberto, permitindo a iluminação natural zenital na centralidade da casa, uma vez que as aberturas laterais são inexistentes.

Figura 3 – Planta Baixa do pavimento térreo

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (SEDET), com digitalização e diagramação autoral (2022)

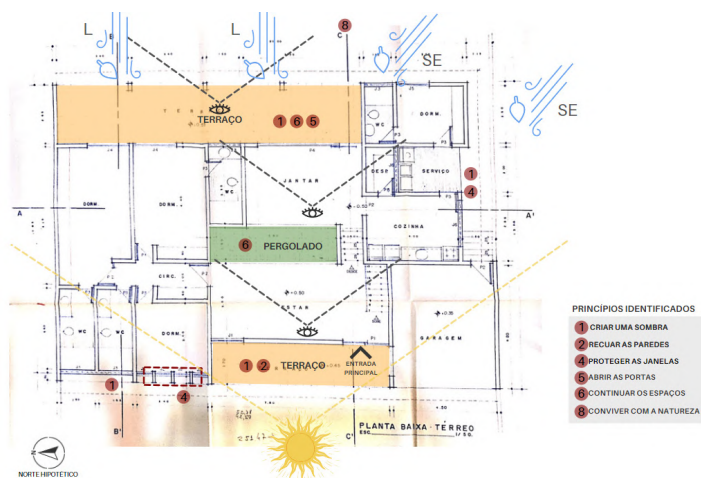
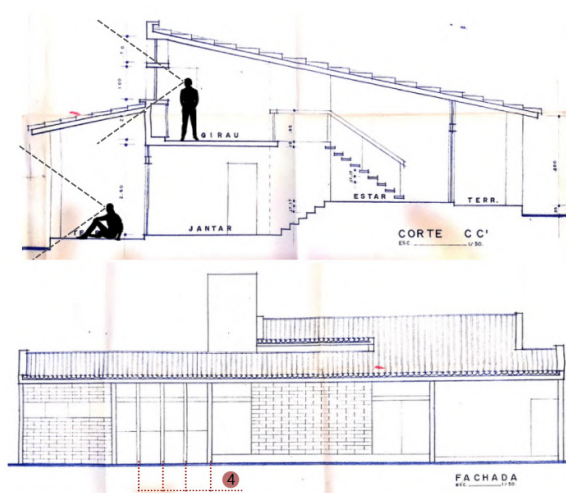


Figura 4 – Corte CC e Fachada Frontal

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (SEDET), com digitalização e diagramação autoral (2022)



RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS

Os resultados quantitativos identificados em função dos princípios encontrados estão sistematizados na Tabela 1, que aponta a recorrência dos princípios por residência analisada. Destaca-se, novamente, que o princípio 07 não foi contemplado pela impossibilidade de identificar os materiais previstos ou mesmo o custo, já que a fonte dos dados analisados não contempla essas informações.

Quantitativamente, foram os princípios 1, 2, 5 e 6 os que se apresentaram em todos os projetos, demonstrando a interrelação entre os pares 1 e 2, e 5 e 6 como descrito no roteiro. Em apenas dois projetos (395/1982 e 391/1984) o princípio 5, abrir as portas, não é diretamente atrelado ao princípio 6, continuar os espaços. Em ambas as situações, o princípio 5 é interpretado pela presença de venezianas em bandeiras de portas internas ou como portas e/ou janelas externas.

Dentro da postura quantitativa, ao considerar que o princípio 9 existe pela coexistência de todos os demais, apenas as residências 56/1984; 293/1986; 558/1990 e 234/1984 teriam esse feito. No entanto, os resultados qualitativos compreendidos pela inter-relação demonstram que a qualidade no “uso” dos princípios está no modo como esses configuram a espacialidade dos projetos, do que, necessariamente, no uso de todos eles.

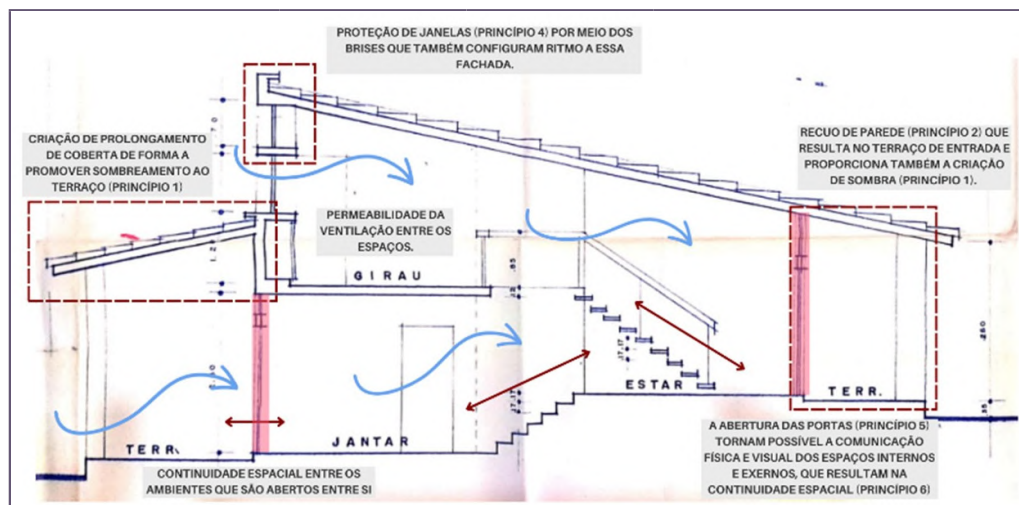
Tabela 1 – Sistematização quantitativa dos princípios presentes em cada projeto analisado
Fonte: autoral (2022)

	PROJETO	PRINCÍPIO 1 (Clair Sombres)	PRINCÍPIO 2 (Recuar Paredes)	PRINCÍPIO 3 (Vazar Muros)	PRINCÍPIO 4 (Proteger Janelas)	PRINCÍPIO 5 (Abrir as portas)	PRINCÍPIO 6 (Continuar Espaços)	PRINCÍPIO 7 (Construir com pouco)	PRINCÍPIO 8 (Conviver com a Natureza)	PRINCÍPIO 9 (Construir Frondoso)
BIANOR	404/1981	●	●		●	●	●	NÃO SE APLICA	●	●
	239/1986	●	●		●	●	●	NÃO SE APLICA	●	●
DERALDO	280/1981	●	●	●	●	●	●	NÃO SE APLICA		
	395/1982	●	●		●	●	●	NÃO SE APLICA		
JOSÉ EDSON	56/1984	●	●	●	●	●	●	NÃO SE APLICA	●	●
JÚLIA E JOSEMARY	293/1986	●	●	●	●	●	●	NÃO SE APLICA	●	
MODISTO	558/1980	●	●	●	●	●	●	NÃO SE APLICA	●	●
	249b/1985	●	●	●		●	●	NÃO SE APLICA		●
	95/1986	●	●			●	●	NÃO SE APLICA	●	●
	339d/1988	●	●		●	●	●	NÃO SE APLICA	●	●
OLÍVIA	234/1984	●	●	●	●	●	●	NÃO SE APLICA	●	
	332a/1984	●	●		●	●	●	NÃO SE APLICA	●	●
	07/1987	●	●	●		●	●	NÃO SE APLICA	●	●
	215/1988	●	●		●	●	●	NÃO SE APLICA	●	●
PEDRO	391/1984	●	●	●	●	●	●	NÃO SE APLICA		
VILMA	428/1980	●	●		●	●	●	NÃO SE APLICA	●	●
	225/1981	●	●		●	●	●	NÃO SE APLICA		●
	182/1983	●	●			●	●	NÃO SE APLICA	●	●
ZAIR	323/1981	●	●	●	●	●	●	NÃO SE APLICA		●

Os resultados qualitativos serão expressos pela especificidade da residência 239/1986, mas também de modo textual pelo computo dos projetos. O Quadro 1 apresenta o modo como os resultados qualitativos foram sistematizados. Após a releitura dos 19 protocolos, percebeu-se que seis das residências demonstravam melhor a inter-relação entre-princípio-elemento-espço e, das seis, a residência 239/1986 suscitou maiores considerações, o que não necessariamente significa que sejam diferentes das considerações realizadas às outras casas. O que pode diferir é a espacialidade e os elementos que configuram cada residência.

Quadro 1 – Síntese dos resultados qualitativos da residência 239/1986
Fonte: autoral (2022)

	Elemento/Espaço	Princípios	Ação de Projeto	Considerações qualitativas	Considerações gerais
I n t e r l i g a d o s	Quintal fundos	8. Conviver com a natureza	Preservação da grota	<p>Os princípios são utilizados de modo interligados, conectando os elementos e espaços em ambos os pavimentos.</p> <p>Os princípios abrir porta e recuar parede sobrepõe a própria ação projetual.</p> <p>O elemento brise caracteriza a ação de proteger que se sobrepõe ao princípio.</p> <p>O pergolado é o elemento que qualifica a espacialidade interna do projeto.</p>	<p>Funcionalidade tripartida dos espaços.</p> <p>A continuidade espacial e visual entre os distintos meios planos qualifica a obra e potencializa os princípios.</p> <p>A implantação da edificação na transversal do terreno respeita as limitações topográficas e valoriza os condicionantes naturais que a localização oferece.</p> <p>Os princípios 1, 2, 4, 5, 6 e 8 juntos resultam no que foi aqui interpretado como o princípio 9.</p>
	Terraço posterior	1. Criar sombra 4. Proteger janelas	Prolongamento da cobertura		
	Esquadria	5. Abrir porta 6. Continuar espaços	Abrir porta		
	Pergolado central	6. Continuidade espacial	Abertura da cobertura permitindo melhor circulação de ar, iluminação natural e permeabilidade visual entre os espaços.		
	Girau	6. Continuidade espacial	Delimitação espacial por um guarda corpo, é o que permite a permeabilidade dos ventos e da visão;		
I s o l a d o s	Terraço frontal	6. Continuidade espacial 1. Criar sombra 2. Recuar parede 4. Proteger janelas	Recuar parede, manter a projeção da cobertura		
	Esquadrias externas (Girau brise horizontal e Dormitório brise vertical)	4. Proteção janelas	Proteger com uso de brises		



Foi possível perceber que o caráter da relação dos princípios com os elementos e/ou espaços ocorre de duas maneiras: (1) **Isolado**, quando um ou mais princípio se relaciona com **um único** elemento ou espaço; ou (2) **Interligado**, quando o uso de um ou mais princípios **conectam** elementos e espacialidades distintas marcando a inter-relação.

O quadro síntese também demonstra a identificação de possíveis ações projetuais decorrentes da postura analítica ao raciocinar enquanto projetista (racionalização post-roc) durante o processo de análise das obras (Andrade, 2018). Nesse sentido, há dois princípios que se sobrepõem à própria ação, ou seja, **a ação é o princípio**. A abrir porta ou recuar parede foram os princípios que apontaram tal sombreamento em todos os projetos vistos. Já o elemento brise caracteriza a ação é uma particularidade da residência 239/1986.

A apreensão qualitativa do princípio continuar espaço foi apreendida de modo físico, em geral possibilitado pela abertura das portas, mas também de modo visual pelos vazios proporcionados pelos pergolados e pelos meios níveis e mezaninos que permitiram a permeabilidade visual ao “acessar” outros espaços pelo olhar. As duas maneiras de continuidade podem acontecer conjuntamente. Consciente de que para se alcançar o frondoso não se requer todos os princípios, os resultados qualitativos apontaram a continuidade espacial como o princípio de grande relevância para qualificar os espaços propostos.

Uma curiosidade dentre os 19 projetos analisados é que em 18 constam pergolado. Esse elemento arquitetônico é expresso literalmente na cartilha como um elemento passível ao princípio recuar parede. No entanto,

há situações em que sua aplicação se sobressai a esse fator exclusivo. O exemplo referenciado no presente artigo demonstra isso. O pergolado foi inserido no centro da residência para permitir a entrada de luz e vento, compor a espacialidade com o meio nível entre as salas e se apresentar como uma parte da cobertura que foi suprimida. Todos os pergolados proporcionam uma aproximação com a natureza que não foi compreendida pelo princípio conviver com a natureza por entender que esse princípio vai além do contato pontual com elementos naturais ou vegetação, mas que integram a edificação sendo parte de sua composição. Nesse sentido, é possível afirmar que o entendimento do pergolado como elemento arquitetônico que pode melhor condicionar a circulação do ar foi ampliado pela possibilidade de associar esse ambiente ao elemento natural concebido pelo jardim interno. Considera-se que isso levou a uma melhor qualidade espacial interna das residências.

Os 19 projetos analisados apresentam beirais que protegem as paredes e janelas do escoamento vertical das águas provenientes do telhado. Esse elemento, por sua vez, não é citado no roteiro de Armando de Holanda. Essa ausência levou à compreensão de que os beirais servem como proteção das janelas, porém esse princípio está essencialmente atrelado ao brise como elemento arquitetônico que permite essa proteção. Por fim, o roteiro de Armando de Holanda não aponta uma preocupação funcionalista compreendida pela setorização das atividades. Porém, todos os projetos apresentam uma solução de setorização tripartida (área privativa, social e de serviço), com ausência de continuidade ou integração espacial entre as áreas de serviço e as áreas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para suprir a imagética das residências analisadas, a Figura 5 compila as fachadas das obras². Atender esse fator nas considerações finais vem para ressaltar que a caracterização das residências e possível enquadramento histórico em uma estilística não foi desenvolvido na pesquisa. Interessava à investigação compreender a produção arquitetônica mediante a compreensão da estratégia projetual advinda do uso dos princípios para se construir no Nordeste. Nesse sentido, os princípios não são definidores da materialidade arquitetônica e muito menos de uma linguagem.

Os princípios são abstrações que podem ser interpretados da maneira que se possa achar adequado. São fundamentos que corroboram com a

²Para conhecer trabalho completo acesse <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/11394>

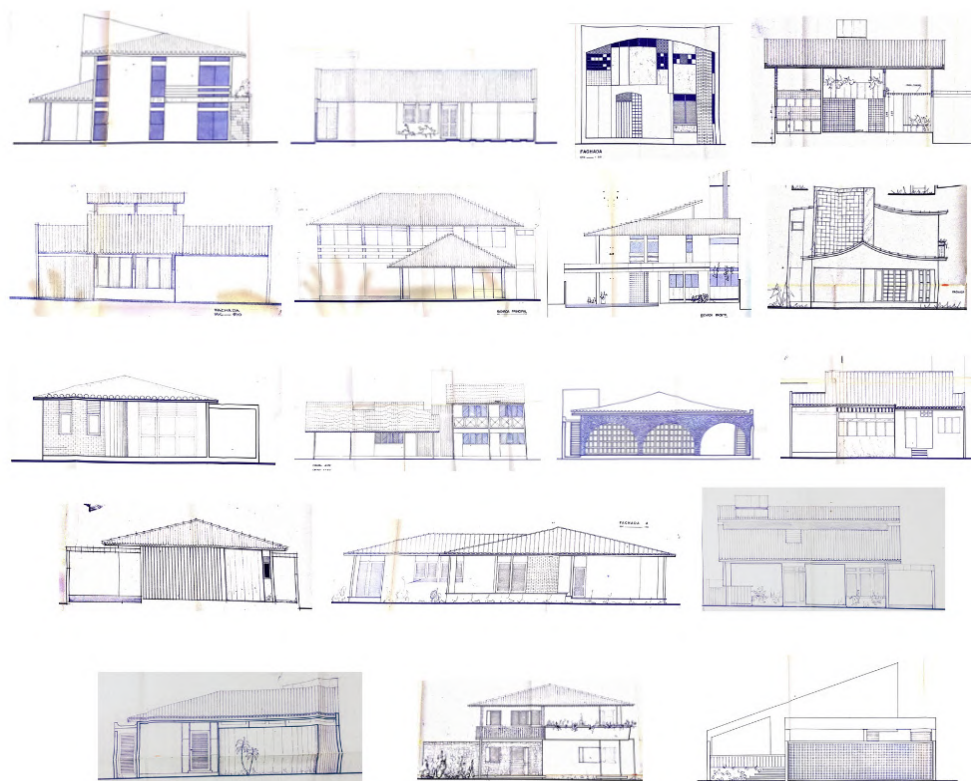
interpretação do/a arquiteto/a sobre o lugar/região onde atua e depende exclusivamente da destreza do/a arquiteto/a ao propor soluções que almejam uma qualidade apropriada ao local.

Os resultados demonstraram que os princípios não são estanques, não atuam sozinhos e precisam se inter-relacionar para proporcionar uma qualidade ambiental pautada na sombra e ventilação, essencialmente. Enquanto abstrações, são totalmente dependentes da definição dos elementos arquitetônicos e da espacialidade. A continuidade espacial é o principal princípio que rege a qualidade das obras ao alcançar a interligação entre um ou mais princípios, conectando elementos e espacialidades distintas.

A produção residencial dos anos 1980 em Maceió, específica aos arquitetos formados nas primeiras turmas da UFAL, demonstra consciência sobre a localidade onde se projetava. Utiliza-se dos princípios, mas põe em destaque os pergolados associados a jardins. Fica como próxima reflexão compreender essa produção em relação ao contexto histórico.

Figura 5 – Compilação das fachadas das casas analisadas

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (SEDET), com digitalização e diagramação autoral (2022)



REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuella Marianna Carvalho Rodrigues de. **Decisões e Movimentos no Processo de Projeto**: uma proposta de procedimento de investigação a partir dos registros gráficos do processo de projeto. 2018. 277 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.

GOMES, Geraldo. Armando de Holanda: Um arquiteto do Nordeste. **Revista AU - Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n. 69, v. 12, p. 65-71, 1997.

HOLANDA, A. de. **Roteiro para construir no Nordeste**: Arquitetura como lugar ameno nos trópicos ensolarados. Recife: Mestrado de Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, 1976.

MOREIRA, Fernando Diniz. Armando de Holanda: A tradição do morar bem. **Resenhas Online**, São Paulo, ano 18, n. 207.06, Vitruvius, mar. 2019. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/18.207/7294>.

ZACCARA, Madalena de F. P. **A arte de construir no Nordeste**: um resgate. 2010. Disponível em: http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_14/contemporanea_n14_15_zaccara.pdf. Acesso em: 30 maio 2020.

AS TERRITORIALIDADES DA PRAÇA RAUL SOARES EM BELO HORIZONTE

THE TERRITORIALITIES OF RAUL SOARES SQUARE IN BELO HORIZONTE

BARROS, VITOR GIULIANETTI¹; FIORIN, EVANDRO²; ALVES, MANOEL RODRIGUES³

¹Mestrando em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual Paulista, vitorgiulianetti@gmail.com;

²Doutor em Arquitetura e Urbanismo, Professor Adjunto no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, evandrofiorin@gmail.com;

³Doutor em Arquitetura e Urbanismo, Professor no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, mra@sc.usp.br.

RESUMO

Esta pesquisa busca o reconhecimento das territorialidades da Praça Raul Soares, localizada no centro da cidade de Belo Horizonte em Minas Gerais. O artigo parte da discussão teórica do conceito de territorialidades e do caminhar como prática estética, para uma pesquisa cartográfica: uma forma de habitar um espaço. A territorialidade é entendida como um sistema de relações existenciais que reflete a multidimensionalidade do vivido territorial, em que toda prática de um ator é uma prática territorial. A utilização do caminhar como um recurso de pesquisa permite que se habite diferentes territorialidades, expandindo a compreensão de relações entre os diversos elementos e atores territoriais que se fazem presentes no espaço da praça Raul Soares. Assim, iniciamos apresentando o objeto de estudo e sua história, de maneira a entender seu contexto e sua evolução desde sua inauguração em 1936. Como resultado deste trabalho, foram construídas cartografias que podem servir como leitura e interpretação dessas territorialidades. Além disso, também como forma de criar um registro da Praça Raul Soares, um lugar por vezes considerado o centro geográfico da cidade, que passou por requalificação promovida pela prefeitura e se mantém em constante discussão devido à sua importância dentro do centro da capital mineira.

Palavras-chave: Territorialidade; Cartografia; Caminhar; Praça; Belo Horizonte.

ABSTRACT

This is a research that seeks to recognize the territorialities of Raul Soares Square, located in the center of the city of Belo Horizonte in Minas Gerais. The article starts from the theoretical discussion of the concept of territorialities and strolling as an aesthetic practice, to cartographic research: a way of inhabiting a space. Territoriality understood as a system of existential relations that reflects the multidimensionality of territorial experience, in which every practice of an actor is a territorial practice. The use of strolling as a research resource allows us to inhabit different territorialities, expanding the understanding of relationships between the different territorial elements and actors that are present in the space of Raul Soares Square. Thus, we begin by presenting the object of study and its history, in order to understand its context and its evolution since its inauguration in 1936. As a result of this work, we built cartographies that can serve as a reading and interpretation of these territorialities. And also, as a way of creating a record of Raul Soares Square, a place sometimes considered the geographic center of the city, which underwent requalification by the city hall and remains under constant discussion due to its importance within the center of the capital of Minas Gerais.

Key-words: Territoriality; Cartography; Stroll; Public square; Belo Horizonte.

INTRODUÇÃO - CARTOGRAFIA DE TERRITÓRIOS POR MEIO DO CAMINHAR

Este trabalho busca estudar a Praça Raul Soares, localizada no centro da cidade de Belo Horizonte. O início de sua construção foi em 1929 e inaugurada em 1936, para a realização do II Congresso Eucarístico Brasileiro. Sua conformação espacial circular é única na região do projeto original para a capital mineira, se encontra no cruzamento de quatro avenidas da cidade, criando uma grande rotatória dispersora do fluxo da cidade. Possui um design emblemático ao ter um desenho de piso inspirado na arte marajoara e um design inspirado nos jardins franceses, com desenho radial e simétrico marcado pelo passeio perimetral e monumento (fonte d'água) ao centro da praça.

A pesquisa se justifica pelo interesse em investigar a praça e suas diversas apropriações espaciais que as pessoas fazem deste espaço público na cidade de Belo Horizonte. Uma investigação, aqui, baseada em uma pesquisa cartográfica, que busca registrar as principais territorialidades do espaço, isto é, as formas espaciais e os atores territoriais, que de algum modo se apropriam do espaço em tal praça pública da cidade, onde constroem relações afetivas. Estas se inserem numa prática territorial que é formada pela interação constante entre movimentos antagônicos, ora territorializados, ora desterritorializantes, que surgem a partir de múltiplos vetores de intensidades presentes no espaço (Deleuze; Guattari, 1995). Afinal, toda prática de um ator, independentemente de como se dá, é uma produção territorial que intervém em seu contexto (Raffestin, 1993, p. 150).

Na nossa perspectiva, a territorialidade tem uma concepção que reflete a multidimensionalidade do vivido territorial, em que o ator vive o processo e produto territorial, que é mediado por um sistema de relações existenciais (Raffestin, 1993, p. 158). Nesse sentido, compreende-se que a territorialidade define o espaço através das relações construídas no lugar, que sofrem influências de acordo com sua organização, escala e visibilidade (Brighenti; Kärrholm, 2020, p. 22).

Dessa forma este trabalho busca construir uma série imagética, que visa ser útil para especializar tais cartografias das territorialidades na praça Raul Soares em Belo Horizonte e no fim construir um cartograma territorial e uma cartografia de sua espacialização. Tais representações são criadas a partir do caminhar como prática estética (Careri, 2013), em que

se distingue na caminhada três instantes diferentes: “o ato da travessia (o percurso como ação do caminhar), a linha que atravessa o espaço (o percurso como objeto arquitetônico) e o relato do espaço atravessado (o percurso como estrutura narrativa)”, o que há é o ato, o espaço e o relato (Careri, 2013, p. 31).

Neste escopo, acreditamos que o método para se investigar o espaço territorial da Praça Raul Soares se dá por meio de habitar o espaço a ser pesquisado. Por isso a pesquisa cartográfica surge como meio para a realização do trabalho, pois é um processo em que o pesquisador está em constante aprendizado à medida que habita um território; e com isso, compõe, em conjunto do território existencial, um processo construtivo (Alvarez; Passos, p. 135). Nesse processo que exige tempo, a cartografia auxilia a construir uma relação que se baseia numa apropriação do território, aqui o pesquisador investiga como um detetive espacial os signos e elementos que compõem a vida do lugar, encontramos, assim, no caminhar e parar (Careri, 2017) um recurso para habitar a praça. Por isso, habitar um espaço territorial e acompanhar seus processos é fundamental à pesquisa territorial, pois “não há outro caminho para o processo de habitação de um território senão aquele que se encontra encarnado nas situações” (Alvarez; Passos, 2009, p. 147).

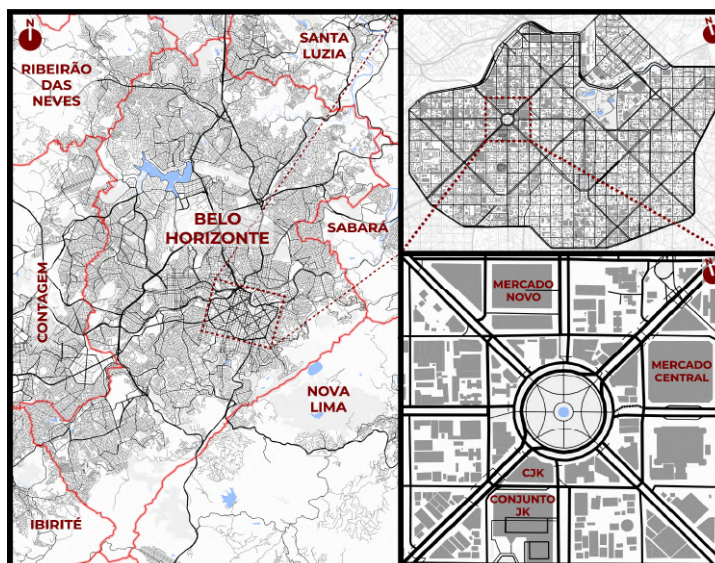
Assim, o artigo primeiro apresenta um histórico da Praça Raul Soares em Belo Horizonte, para contextualizar o objeto de estudo. Seguido de uma apresentação das principais territorialidades que nós investigamos, a partir do habitar o território por meio do caminhar. Para então discutir algumas cartografias construídas pelas sequências imagéticas e cartogramas que buscam especializar as principais territorialidades da praça, marcadas pela relação entre os diferentes atores de tal espaço público no centro da cidade de Belo Horizonte.

PRAÇA RAUL SOARES

Belo Horizonte surge como uma cidade planejada para ser a nova capital mineira, no fim do século XIX, em substituição à antiga capital do estado, Ouro Preto (Barreto, 1996). A cidade do plano original se limitava pela Avenida do Contorno para comportar cerca de 200 mil habitantes, que hoje se caracteriza como a região central, enquanto o território urbano é muito maior que o pensado inicialmente. Atualmente Belo Horizonte possui uma população de 2,3 milhões de pessoas, enquanto a região metropolitana quase chega aos cinco milhões.

Figura 1 - Recorte de localização de Belo Horizonte, plano original e Praça Raul Soares

Fonte: Mapbox, modificado pelos autores (2024)



A Praça Raul Soares é considerada por muitos como o marco zero da cidade, por ela cruzam avenidas que conectam a cidade de Leste-Oeste e de Norte-Sul, nela cruzam um total de quatro avenidas da cidade: Amazonas, Augusto de Lima, Bias Fortes e Olegário Maciel. Um lugar de travessias, encontros e passagens, próximo ao Mercado Central, inaugurado em 1929 e ao Mercado Novo inaugurado em 1960, construído para abrigar o novo mercado municipal.

No plano original de Aarão Reis para a nova capital, a atual praça Raul Soares recebia o nome de Praça 14 de Setembro. Embora o site da Câmara de Belo Horizonte confirme que o nome é em referência à Lei Adicional nº 1, que indicava as localidades para estudo da implantação da nova capital, a lei na verdade é da data de 28 de outubro de 1891. Na verdade, é mais provável que seja alusivo a Lei Nº2, de 14 de setembro de 1891, que contém a organização municipal, a lei elevou o antigo Curral del Rei, até então arraial, para a categoria de distrito, com denominação de Belo Horizonte.

O nome original foi dado no ofício n. 26 do engenheiro chefe, junto com a aprovação da planta geral da nova capital em 1895 (Barreto, 1996, p. 253). Nomenclatura que se manteve o ano do falecimento de Raul Soares de Moura, em 1924, então presidente de Minas Gerais, que pela lei municipal nº 281, de 03 de outubro de 1924, alterou o antigo nome de Praça 14 de Setembro para Praça Raul Soares, que mantém até os dias atuais (IEPHA, 2014, p. 1).

O entorno do local não possui a mesma conformação da planta geral da cidade prevista para construção, a Prefeitura (antiga Municipalidade) foi pensada para se localizar na praça, no encontro da Avenida Amazonas com a Rua Rio Grande do Sul, contudo foi construída na Avenida Afonso Pena (Barreto, 1996). Mesmo com o espaço definido na planta geral da cidade pensado com a prefeitura, a construção só se iniciou no ano de 1929 com término em 1936, demorando sete anos para sua construção (IEPHA, 2014, p. 1).

Essa relativa demora, desde o início da construção da cidade em 1894 até o início da praça em 1929, se deu, pois, a construção da cidade acompanhou a necessidade da própria população que foi crescendo. Exemplo da movimentação de terra, que não somente as vias, mas os quarteirões ficaram prontos já em 1896, mas a construção andou de acordo com a necessidade da região (Barreto, 1996).

Figura 2 - Foto área da Praça Raul Soares em 1938
Fonte: Arquivo Público Mineiro - APM



Nas imediações da praça estão localizados edifícios marcantes na cidade. Como é o caso do Cine Candelária, inaugurado em 1952, teve maior uso e importância nas décadas entre 1950 e 1970, quando nos anos de 1980 passou a exibir filmes pornográficos e fechou no ano de 1992. Contudo, em 2004, sofreu um incêndio deixando-o em ruínas, estado que é encontrado até hoje, apesar do seu tombamento em 2009 (Ayer, 2013).

Na praça também está presente uma obra de Oscar Niemeyer, o Conjunto Habitacional Juscelino Kubitschek. Com projeto desde 1951 com previsão de 1.400 apartamentos, hotel, museu, anunciado pelo governador que carrega o nome do conjunto, teve sua construção iniciada em 1953, sendo entregue apenas em 1970, após diversos percalços, confusões e

alterações do projeto (Pimentel, 1989). Somente em abril de 2022 o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM-BH) aprovou o tombamento em definitivo do Conjunto Juscelino Kubitschek (Conjunto [...], 2022).

Figura 3 - Foto área da Praça Raul Soares (1960-1970)
Fonte: Arquivo Público Mineiro - APM



O formato da praça se manteve desde sua inauguração, projeto do arquiteto Érico de Paula com inspiração nos jardins franceses. Contudo nas décadas de 1950, 1970 e 1980 as descaracterizações do jardim foram ocorrendo, devido a introdução de árvores para o sombreamento do local. Em 1988 pelo decreto estadual nº 27.927, o tombamento da Praça Raul Soares foi aprovado pelo IEPHA/MG, com inscrição no Livro Do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, sendo a proposta de acordo a proteção de jardins históricos com os princípios da Carta de Florença de 1981 (IEPHA, 2014).

Já no ano de 2007 foi realizada uma restauração na praça para valorizar o tratamento paisagístico original e se manteve o piso original em pedra portuguesa branca e vermelha, que tem seu desenho inspirado na arte marajoara (IEPHA, 2014). Essa reforma foi escolhida pela própria população em um Orçamento Participativo Digital em 2006. Além do restauro, outro foco foi trazer mais segurança para o local, que com o passar do tempo foi sofrendo esvaziamento e se degradando. Na reforma foram instalados 48 novos postes de iluminação e a prefeitura estendeu o horário dos guardas municipais no local (Melo, 2008).

Em 2021, o Circuito Urbano de Arte (CURA), teve a realização de sua sexta edição na praça Raul Soares, com a pintura do chão da rua interna da rotatória da praça, com obra intitulada de Anaconda, arte indígena

peruana para celebrar as águas do rio Amazonas, que dá nome a avenida que perpassa pela praça (Miranda, 2021).

O Cura volta novamente em 2022 para a praça Raul Soares e seu entorno, agora com sua sétima edição, trazendo mais visibilidade para o local. As intervenções do CURA se deram na retomada das origens da praça e a arte indígena, já presente do desenho de piso da praça e do entorno na edição passada. Nesta edição foram realizadas pinturas de duas fachadas cegas de edifícios localizados na praça, instalação artística na praça e arte digital (Werneck, 2022).

No ano de 2023, com o programa centro de todo mundo, a praça sofreu novas reformas pontuais como manutenção dos jardins, do calçamento de pedra portuguesa, limpeza da fonte e incremento da iluminação (Centro [...], 2023). Reformas próximas das anteriores, contudo, em menor escala, são reformas de manutenção e não de restauro. Nos últimos anos vem crescendo o potencial da praça e do entorno como polo de lazer e negócios, com aumento do número de bares e restaurantes no entorno, que já contam com a presença do Mercado Central e Mercado Novo (Werneck, 2022).

Figura 4 - Foto área da Praça Raul Soares (2024)
Fonte: Acervo dos autores (2024)



TERRITORIALIDADES HABITADAS

O caminhar deste trabalho se deu como forma de acompanhar os processos de territorialização da praça, assim como forma de habitar tal localidade. Visto que o objeto de estudo é uma praça, espaço físico pequeno na escala de uma cidade, o caminhar e parar (Careri, 2017) foi fundamental para o reconhecimento das relações e corpos que configuram o ambiente de estudo, desde movimentos recorrentes a elementos que poderiam ser ignorados se percebidos de uma forma rápida ou única. A pesquisa se deu em janeiro de 2024, que permitiu a visita ao local em diferentes horários e dias da semana ao longo do mês, que possibilitou

registrar diversos momentos da praça, observando diversas territorialidades e corpos que experienciaram a praça a cada visita.

Figura 5 - Vista panorâmica da Praça
Fonte: Acervo dos autores (2024)



Caminhando saindo das avenidas para chegar à praça, a primeira percepção se dá pelo entorno, que embora seja verticalizado, pela abertura que a praça causa no espaço, faz com que não exista a sensação de ser um espaço fechado pelos prédios como acontece nas ruas e avenidas do centro. A abertura se dá pelo encontro de quatro grandes avenidas da cidade e por seu formato circular, numa conformação de grande rotatória no centro da cidade para distribuição de fluxo, fato marcante e característico do local. Pela morfologia da praça em rotatória, sendo a função desta de servir como ordenador de fluxo e controle de tráfego, a praça acaba por adquirir o mesmo sentido, consequentemente, é um lugar de passagem no centro da capital.

Tal configuração impõe um primeiro território para quem deseja chegar de fato à praça, imposto pelos automóveis em movimento, que circundam a Raul Soares. É um primeiro limite imposto pela presença da via e demanda uma espera para o acesso. O fluxo entre carros que estão na rotatória e pessoas que desejam chegar ou sair da praça, é orquestrado e ritmado pelos semáforos, que quando impedem a passagem de um corpo, abre a passagem para o outro que esperava, numa dança de luzes verdes e vermelhas.

Figura 6 - Paradas e passagens nos semáforos da Praça
Fonte: Acervo dos autores (2024)



Como mencionado, o caráter de passagem da rotatória se espelha para o interior da praça. A maior parte dos usuários da praça também a utilizam como lugar de fluxo do dia a dia, apenas um caminho para chegar ao seu destino. Os passos contínuos das pessoas caminhando em confronto com a descontinuidade imposta pelo semáforo que impede a saída imediata da praça para seu destino, demarca uma ritmicidade que se cria na diferença de repetição e pausa.

Esse gênio da praça como dispersor de fluxo não deriva apenas da forma circular. O design interno, inspirado nos jardins franceses, somado à pouca presença de bancos, propicia o espaço para a passagem, por uma contemplação do paisagismo através do caminhar, e não pelo parar. Com um design simétrico com oito entradas e saídas voltadas cada qual para uma avenida, orienta, prepara e convida o pedestre a entrar e passar por seus caminhos desenhados.

Os canteiros da praça, com arbustos pequenos, também visam limitar o uso da grama por quem anda, cria um limite no espaço, espacializando o caminho e o jardim, colocando-os em confronto, um território de passagem, outro de admiração. Em alguns dias foram vistos trabalhadores que faziam a manutenção do jardim e se encontravam em um lugar proibido para os outros, o território das flores. Contudo a afirmação do uso daquele espaço se dá através do uniforme, que caracteriza aos trabalhadores um caráter de autoridade para poder se situar em tal espaço.

Figura 7 - Transeuntes em passagem pela Praça e trabalhadores nos canteiros
Fonte: Acervo dos autores (2024)



Outros passos foram vistos em outras velocidades, compondo outras melodias. Havia pessoas que utilizavam a praça para a prática de exercício. Mesmo não sendo em grande quantidade eram frequentes, se faziam notar, principalmente pelo diferente ritmo de prática do espaço, seja pela velocidade ou pela repetição, ou estarem circundando o passeio perimetral da praça. Tais caminhantes e corredores manifestavam seus territórios em movimento. Assim como quem passa de bicicleta,

numa velocidade ainda maior e que traz ainda um novo som para local, diferente dos passos, cria sua sonoridade com o passar do pneu sobre as imperfeições das pedras portuguesas.

Figura 8 - Outros passos em exercício, caminhada e bicicletas
Fonte: Acervo dos autores (2024)



O que foi apresentado até aqui pode ser definido como apropriações pelo movimento, mas também há no local ocupações estáticas. Há pessoas que estão na praça em lugares sombreados para esperar ou apenas descansar, seja um banco ou seja embaixo de alguma árvore. Alguns apenas esperam dar o tempo para voltarem ao serviço quando estão em seus horários de almoço, pois a praça se encontra devido à grande frequência de pessoas no local e a praça ter boa visibilidade, garante maior segurança para estas pessoas que apenas estão descansando no ambiente.

Figura 9 - Ocupações de sombras na Praça e avenidas Olegário Maciel e Augusto de Lima
Fonte: Acervo dos autores (2024)



Embora a maior quantidade de pessoas estejam de passagem, a marca do lugar, se faz pelas pessoas em situação de rua, que ocupam diversas espacialidades da praça, principalmente os canteiros conformando, criando e transformando as maiores territorialidades na praça. Há muitos que estão apenas na sombra assim apenas descansando e esperando o tempo passar. Os territórios formados por eles são claros e fortes, sendo que muitas vezes se imagina que o fato de estar no local não estaríamos invadindo a privacidade e intimidade das pessoas em situação de rua.

As ocupações, além de diferentes locais, se dão de diferentes formas. Mas é possível associar a praça a uma quase residência, um lar para quem lá está em situação de rua. Um local ao centro, próximo a fonte evidencia essa questão. Um ou mais moradores com seus pertences criaram um tipo de barraca, ao mesmo tempo que mantém seus objetos em proteção. Essa territorialização do espaço de morar na praça cria limites no local, que parece haver uma invasão ao espaço do outro, muitas vezes para ambos os lados, uma invasão da casa de quem ali está e uma invasão de um espaço público que seria de passagem, pois:

Escavar um nicho, não há dúvida, implica acima de tudo separação territorial, o direito a um “espaço defensável” separado, espaço que precisa de defesa e é digno de defesa precisamente por ser separado — isto é, porque foi cercado de postos de fronteira que permitem a entrada apenas de pessoas “da mesma” identidade e impedem o acesso a quaisquer outros (Bauman, 2001, p. 102)

Outro uso do espaço que chama atenção, e se transforma o espaço público em território residencial, é a utilização da fonte, no centro da praça. Devido a presença da água se torna possível lavar suas roupas e seus corpos no espaço. Assim a fonte e o jardim em volta dela se tornam também territórios destes moradores que têm a praça como lar, além do uso da água para lavar, é também apropriado o espaço do jardim com a grama e os arbustos para secar as roupas recém lavadas ao sol.

Por fim, outros moradores de rua se encontravam nos canteiros, sejam parados conversando com outras pessoas ou deitados. Quem estava conversando ou apenas descansando, se encontravam nas sombras das árvores que permitiam se proteger do sol, algumas criavam sombra no meio do canteiro, outras criavam um pouco de sombra nos bancos existentes, em ambos os casos a territorialidade se forma devido ao tempo, seja pelo horário, seja pelo clima.

Os outros que se encontravam deitados, aparentemente dormindo, se encontravam debaixo dos arbustos como uma forma mínima de proteção. Seja por uma busca de proteção visual, uma forma de diminuir a visibilidade em um momento de vulnerabilidade em que se encontra dormindo. Ou como forma de proteção do sol, que muitas vezes já havia mudado de posição, deixando-os sem a sombra do arbusto que em algum momento lhe protegia.

Figura 10 - Pessoas em situação de rua e suas territorialidades

Fonte: Acervo dos autores (2024)



Em uma das voltas pelo entorno da praça, foi visualizada uma efígie em estado degradado, que contrasta com o cuidado que há no restante da praça, parece referenciar aos tempos antigos da praça antes de seu restauro, que é marcado pela falta de segurança e zelo pelo poder público. Tal monumento é uma efígie de Otacílio Negrão de Lima, instalada em 1969, por iniciativa do Diário de Minas, em homenagem ao ex-prefeito da cidade (de 1935 a 1938 e de 1947 a 1951) (Werneck, 2022).

Assim como a efígie, que não deixa esquecer os tempos de descaso sofrido pelo espaço público da Praça Raul Soares, o antigo edifício em ruínas do Cine Candelária surge como outra marca da história do lugar nas bordas da praça, ambos rememorando uma época de falta de cuidado tanto do poder público quanto dos interesses particulares com a Raul Soares. Enquanto as pinturas realizadas pelo CURA que estão nas fachadas cegas e no piso da rua interna, demonstram o oposto, uma tentativa de exaltação e otimismo com o futuro, como local de encontro e confrontos de diferentes povos, culturas e ideias. Uma esperança com o espaço público como local de encontro e espaço para ser vivido e praticado no dia a dia pelos seus habitantes.

Figura 11 - Ruínas: efígie de Otacílio Negrão de Lima e ruínas do Cine Candelária

Fonte: Acervo dos autores (2024)



TERRITORIALIDADES CARTOGRAFADAS

Diversos e variados são os fatores e elementos que definem, conformam e alteram os territórios da praça. Inicialmente observamos que a morfologia da praça e seu design atuam como definidores, a configuração em uma rotatória, aliado com o projeto da praça, inspirado nos jardins franceses, de forma axial, com entradas e saídas para todas as quatro avenidas que cortam o local. Essa relação entre essas características físicas dá ao espaço um caráter essencialmente de passagem, marcados pelo fluxo de automóveis e pelos caminhos da praça.

No entanto, os espaços de pausa se caracterizam mais pela passagem do tempo, visualizado na sombra das árvores, definido pela movimentação do sol ao longo do dia. Com pouco auxílio do design (localização dos bancos), os espaços de ocupação estática se dão em maior quantidade abaixo das árvores, com pessoas sentadas no chão, e algumas nos bancos que possuem sombra, e alguns arbustos. Num quadro geral, a praça é apropriada tanto por ocupação estática quanto por ocupação em movimento, criando uma rede de relações sobre as diferentes práticas territoriais.

O cotidiano da praça é um importante e complexo definidor de territorialidades do ambiente. O horário comercial que altera o fluxo e quantidade de usuários da praça; a condição meteorológica, como a posição do sol que influencia nas sombras e no conforto para espaços de espera; o trânsito, em que o semáforo cria movimentos de continuidade e descontinuidade no fluxo de pessoas e automóveis. Esses elementos ordinários do dia a dia marcam ritmos, alteram territórios, influenciam movimentos do corpo demarcados num limite temporal finito.

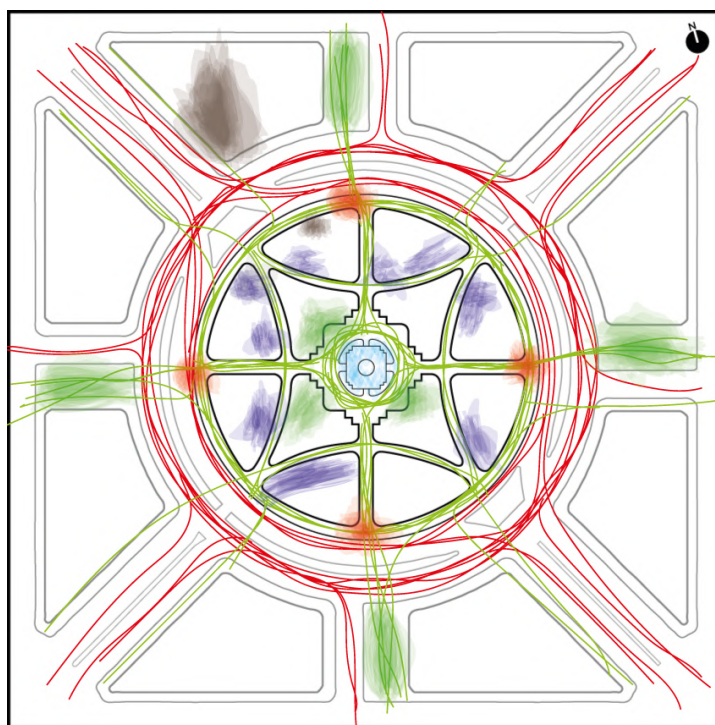
Figura 12 - Cartograma territorial

Fonte: Elaboração dos autores (2024)



Os territórios se definem numa interação do corpo com o espaço, por meio de atrações e repulsas, marcado por limites e relações sociais. “Vamos então nos dedicar ao poder de atração de todas as regiões de intimidade. Não há intimidade verdadeira que afaste. [...] É no sentido dessa valorização que devemos estudar os abrigos e os aposentos” (Bachelard, 1978, p. 205). Com isso, é possível imaginar que as pessoas em situação de rua que estão habitando esse espaço da Praça Raul Soares e a territorializando como lar temporário, é porque há uma intimidade com o local, a praça não é um espaço intimidador para eles e nem por eles, pois o uso ainda é frequente e diverso.

Figura 13 - Espacialização de territórios
Fonte: Elaboração dos autores (2024)



Isso faz com que a praça reforce seu caráter de espaço público como lugar de confronto entre diferentes corpos, que conseguem conviver em harmonia, qualidade que se espera não somente do espaço público como espaço democrático, mas como uma qualidade que deveria existir na cidade como um todo. Um local de passagem que é seu uso. Um confronto aqui, não de embate e discussão, mas um confronto de territorialidades, das relações em que elas surgem, no choque de seus limites, como foi elaborado por Raffestin (1993).

O simples ato de estar no mesmo espaço que o outro, nos põe neste conflito. A praça Raul Soares, assim se caracteriza pela presença de um público diverso, pessoas que estão de passagem pelo local, outras que

utilizam do espaço para realizar exercícios, aproveitam o ambiente para descansar no horário de almoço e pessoas que a habitam, literalmente, fazem da praça sua morada. Essa diversidade, de quem compartilha o mesmo espaço é que traz a segurança no cotidiano, um espaço público de alteridade como, de fato, ele deve ser.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A praça, um espaço cotidiano e comum em qualquer cidade, apresenta suas complexidades, afinal a territorialidade é composta de relações que nem sempre podem ser interpretadas claramente. Dessa forma, o processo de habitar a praça pelo caminhar, aliado com a pesquisa cartográfica, propiciou uma pesquisa feita com o meio. Esse acesso engajado permitiu a percepção de uma complexidade de territórios e ritmos na Raul Soares, que somente pela ação, espera e repetição possibilitaram o reconhecimento de elementos que antes poderiam ser ignorados no cotidiano. Hábitos, horários e clima criam um sistema de relações territoriais que somente ao habitar a praça é possível percebê-los. A cada nova visita, nova análise sobre os registros, aliada à memória e sensação do pesquisador, a revelação de relações entre territórios e ritmos foi se ampliando.

Através do hábito, revelou tais relações de como a posição do sol ao gerar a sombra influencia nas posições a serem ocupadas pelas pessoas. Como o semáforo cria uma dança entre as pessoas e os automóveis ao reger as pausas e passagens entre os dois grupos. Como há uma prática do espaço em total antagonismo, pessoas são indiferentes com o lugar em que se encontram, estão apenas de passagem, e se fosse um espaço aberto de concreto não faria tanta diferença; enquanto outros aproveitam da disponibilidade de sua forma e o pouco de árvore para a prática de exercícios; e por fim, as pessoas em situação de rua que transformam a praça em sua casa, territorializam diferentes espaços em partes diferentes de uma residência, um lugar para dormir, um lugar para fazer sua refeição e outro para a limpeza das roupas e dos corpos.

Todo corpo no espaço é corpo que tem uma ação territorial, clamam seu um espaço para si. E ao estarem lado a lado, criam relações seja de proximidade, de afastamento ou de troca. Assim se forma a territorialidade de um lugar, mesmo que ordinário como de uma praça pública, mas complexa como qualquer outra rede de relações territoriais. E o caminhar, parar e habitar o espaço, seja por fotografia, relato ou memória,

possibilitou apreender tais relações espaciais. Que se desenvolveu num registro cartográfico do espaço a partir da experiência e sensações do caminhante.

Podemos dizer que “cada pessoa então deveria falar de suas estradas, de seus entroncamentos, de seus bancos” (Bachelard, 1978, p. 204), o trabalho de observação e interpretação das territorialidades é em parte isso, visto que os territórios interagem através dos corpos, por meio da imagem percebida, os territórios geram atração e repulsão em diferentes escalas e relações sociais. Ou seja, o território só existe quando ele pode ser visto, sem o confronto com o outro não há nada para definir um limite onde a territorialidade se manifeste.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. *In*: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 131-149.

AYER, Flávia. Antigos cines de BH vão da restauração ao abandono. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 14 dez. 2013. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/12/14/interna_gerais,479096/antigos-cines-de-bh-vao-da-restauracao-ao-abandono.shtml. Acesso em: 24 jan. 2024.

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. *In*: BACHELARD, Gaston. **Bachelard**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 181-354. Coleção Os Pensadores.

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte**: memória histórica e descritiva - história antiga e história média. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. v. 2.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução Plínio Dentzien. Rio Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRIGHENTI, Andrea Mubi; KÄRRHOLM, Mattias. **Animated Lands: Studies in Territoriology**. Lincoln: University of Nebraska Press, 2020.

CARERI, Francesco. **Walkscapes: o caminhar como prática estética**. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

CARERI, Francesco. **Caminhar e Parar**. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

CENTRO de Todo Mundo. Prefeitura de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/governo/programa-requalificacao-centro>. Acesso em: 24 jan. 2024.

CONJUNTO JK é tombado como patrimônio cultural de Belo Horizonte. Prefeitura de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 27 abr. 2022. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/conjunto-jk-e-tombado-como-patrimonio-cultural-de-belo-horizonte>. Acesso em: 24 jan. 2024.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. v. 1. Coleção TRANS.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. **Guia de bens tombados IEPHA/MG**. Belo Horizonte: IEPHA/MG, 2014. v. 2, p. 01-04.

MELO, Bianca. Após obras, Praça Raul Soares já tem defeitos. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 03 dez. 2008. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2008/12/03/interna_gerais,90569/apos-obras-praca-raul-soares-ja-t-em-defeitos.shtml. Acesso em: 24 jan. 2024.

MIRANDA, Andreza. CURA 2021: Pintura na Praça Raul Soares encanta moradores com beleza e grandiosidade. **BHAZ**, Belo Horizonte, 04 nov. 2021. Disponível em: <https://bhaz.com.br/guia-bhaz/cura-pintura-anaconda-redor-praca-raul-soares-finalizada/>. Acesso em: 25 jan. 2024.

PIMENTEL, Thaís Velloso Cougo. **A Torre Kubitschek: trajetória de um projeto em 30 anos de Brasil**. 1989. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

WERNECK, Gustavo. Praça Raul Soares: círculo de vida no coração de BH. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 26 set. 2022. Disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/09/25/interna_gerais,1397810/praca-raul-soares-circulo-de-vida-no-coracao-de-bh.shtml. Acesso em: 25 jan. 2024.

DESIGUALDADE SOCIAL E INSEGURANÇA FEMININA EM ESPAÇOS PÚBLICOS: O ESTUDO DE CASO DE PRESIDENTE PRUDENTE

SOCIAL INEQUALITY AND FEMALE INSECURITY IN PUBLIC SPACES: THE CASE STUDY OF PRESIDENTE PRUDENTE

FAVARETO, JULIA SALOMÃO DOS SANTOS¹; SUGUIHIRO, VERA LUCIA TIEKO²

¹Mestre, Universidade Estadual de Londrina-PR, ju.salo79@gmail.com;

²Prof.ª Dra., Universidade Estadual de Londrina-PR, suguihiro@uel.com.

RESUMO

Este artigo examina como a desigualdade social contribui para a insegurança vivida pelas mulheres em espaços públicos nas cidades, relacionando aspectos históricos, socioeconômicos e urbanos. A partir de uma análise teórica e de um estudo de caso da cidade de Presidente Prudente, do estado de São Paulo, são discutidas as dinâmicas entre vulnerabilidade social e violência de gênero. O estudo revela como a falta de infraestrutura e o planejamento urbano precário afetam a segurança feminina, evidenciando que áreas com maiores índices de desigualdade tendem a apresentar maior incidência de violência contra as mulheres. Utilizando dados encontrados no centro e em bairros periféricos da cidade, este trabalho propõe recomendações para a formulação de políticas públicas que promovam espaços urbanos mais seguros e inclusivos.

ABSTRACT

This article examines how social inequality contributes to the insecurity experienced by women in public spaces, relating historical, socioeconomic and urban aspects. Based on a theoretical analysis and a case study of the city of Presidente Prudente, the dynamics between social vulnerability and gender-based violence are discussed. The study reveals how the lack of infrastructure and poor urban planning affect female safety, showing that areas with higher levels of inequality tend to have a higher incidence of violence against women. Using data found in the city center and peripheral neighborhoods, this work proposes recommendations for the formulation of public policies that promote safer and more inclusive urban spaces.

Palavras-chave: desigualdade social; insegurança feminina; espaços públicos.

Key-words: social inequality, female insecurity, public spaces.

INTRODUÇÃO

A relação entre desigualdade social e insegurança feminina nos espaços públicos é uma questão complexa e multifacetada, que reflete tanto os desequilíbrios históricos de gênero quanto as características urbanas desiguais das cidades contemporâneas. No contexto brasileiro, essa relação é ainda mais evidente devido às desigualdades estruturais que permeiam as cidades, onde a distribuição de infraestrutura e recursos se dá de forma desigual entre os diferentes estratos sociais. Mulheres de classes mais baixas, frequentemente, enfrentam maiores riscos ao transitarem pelos espaços públicos, especialmente em regiões onde a infraestrutura urbana é específica ou inexistente.

Historicamente, o planejamento urbano foi conduzido sob uma perspectiva masculina, o que, segundo Kern (2021), exclui as necessidades e a vivência das mulheres, gerando um espaço urbano hostil e inseguro para elas. Esse cenário é agravado pelo patriarcado, que historicamente subjugou as mulheres a papéis restritos e limitou sua presença no espaço público. Simone de Beauvoir (1980) já argumentava que a mulher é tratada como “o outro”, sempre vista de forma periférica e subordinada ao homem na construção social. Quando esse olhar é transposto para o urbanismo, vemos cidades desenhadas para o homem branco de classe média, sem considerar as especificidades das mulheres e outros grupos marginalizados, como negros e pessoas de baixa renda.

No Brasil, os dados da ActionAid (2017) revelam que 86% das mulheres entrevistadas já sofreram algum tipo de violência ou assédio em espaços públicos, e 69% afirmaram que sentiram medo de sair à noite. Essa percepção de insegurança está diretamente ligada à desigualdade social, uma vez que as mulheres de classes mais baixas carecem mais dos espaços públicos para se locomoverem, seja para trabalhar, estudar ou realizar outras atividades cotidianas. Além disso, elas tendem a viver em áreas mais vulneráveis, com menos acesso a serviços essenciais e infraestrutura de qualidade, o que aumenta sua exposição ao risco.

No entanto, não é apenas a desigualdade socioeconômica que amplifica a insegurança feminina, a própria configuração física do espaço urbano pode contribuir para aumentar a vulnerabilidade das mulheres. A urbanista Jane Jacobs (2000) argumenta que a segurança nos espaços públicos está fortemente relacionada à presença de pessoas e à diversidade de usos. Ruas movimentadas, com comércio, residências e lazer,

tendem a ser mais seguras, pois a circulação constante de pessoas inibe a ação de crimes. Por outro lado, ruas desertas ou monofuncionais, onde há pouco movimento fora do horário comercial, tornam-se ambientes propícios à ocorrência de crimes. Assim, a forma como a cidade é organizada impacta diretamente a segurança percebida pelas mulheres.

Raquel Rolnik (2019), em seu estudo sobre a urbanização no Brasil, destaca que o processo de segregação espacial nas cidades brasileiras é uma das principais causas da vulnerabilidade social. Áreas centrais, bem equipadas e com infraestrutura de qualidade, são muitas vezes inacessíveis às populações de baixa renda, que acabam vivendo em periferias desprovidas de serviços básicos. Essa segregação afeta diretamente as mulheres, que precisam se deslocar por longas distâncias para acessar trabalho, saúde e educação, utilizando transporte público muitas vezes precário e inseguro. Além disso, a ausência de iluminação adequada, a falta de policiamento e o abandono de espaços públicos aumentam a percepção de insegurança nessas regiões.

O planejamento urbano, então, tem um papel fundamental na perpetuação ou mitigação dessas desigualdades. Segundo Hillier (1984), a forma como as ruas são organizadas e conectadas pode aumentar ou diminuir a integração social, e isso tem um impacto direto na segurança urbana. Bairros isolados, mal conectados às principais vias da cidade, tendem a ser mais inseguros, tanto pela falta de infraestrutura quanto pela dificuldade de acesso a serviços de emergência, como policiamento. Portanto, compreender como o planejamento urbano contribui para a insegurança das mulheres é um passo essencial para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e eficazes.

Neste contexto, o presente artigo busca analisar o brilho entre desigualdade social e insegurança feminina, utilizando como estudo de caso a cidade de Presidente Prudente, em São Paulo. A cidade, assim como muitas outras de médio porte no Brasil, possui uma estrutura urbana desigual, com áreas centrais bem construídas e periferias carentes de infraestrutura. A pesquisa se propõe a investigar como as características espaciais e sociais da cidade afetam a percepção de segurança das mulheres, explorando tanto a configuração física dos espaços quanto os fatores socioeconômicos que influenciam essa percepção.

Por meio de uma revisão bibliográfica e da análise dos dados encontrados no campo, este estudo pretende contribuir para o debate sobre a

necessidade de políticas públicas que promovam a equidade de gênero e a segurança urbana. Ao abordar as especificidades da vivência feminina nos espaços públicos, o artigo visa evidenciar como a desigualdade social impacta diretamente a segurança das mulheres e como o planejamento urbano pode ser transformado para criar cidades mais seguras e inclusivas para todos.

Procedimentos Metodológicos

Este estudo adota uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos para examinar a relação entre desigualdade social e insegurança feminina em espaços públicos. A pesquisa foi dividida em três fases principais: revisão bibliográfica, levantamento de campo e análise dos dados coletados.

A primeira etapa da pesquisa consistiu em uma revisão bibliográfica aprofundada sobre os principais conceitos relacionados à desigualdade social, violência de gênero e planejamento urbano. O objetivo desta fase foi estabelecer um referencial teórico robusto que sirva de base para a análise empírica subsequente. Foram consultados autores clássicos e contemporâneos, como Jane Jacobs, que discute a importância da vitalidade urbana para a segurança dos espaços públicos, e Raquel Rolnik, que aborda as implicações da segregação espacial nas cidades brasileiras.

A revisão bibliográfica foi realizada em bases de dados acadêmicos, como o Portal de Periódicos da CAPES e a SciELO, utilizando termos de busca como “violência contra a mulher”, “segurança urbana”, “desigualdade social” e “planejamento urbano”. A seleção dos textos com critérios de relevância, priorizando publicações dos últimos dez anos, a fim de garantir que os conceitos e dados contidos sejam atuais e aplicáveis ao contexto urbano contemporâneo. Esta fase da pesquisa permitiu construir uma fundamentação teórica sólida, que guiou as próximas etapas e ajudou a delinear as hipóteses sobre a relação entre a estrutura urbana desigual e a insegurança feminina.

Para aprofundar a compreensão teórica, uma pesquisa utilizou um estudo de caso na cidade de Presidente Prudente, São Paulo. Esta cidade foi escolhida devido à sua configuração urbana característica, marcada por um centro bem desenvolvido e áreas periféricas com infraestrutura deficiente. Isso faz da estrutura de Presidente Prudente um exemplo claro

das disparidades socioespaciais que impactam diretamente a segurança de diferentes grupos sociais, especialmente das mulheres.

A cidade, além de ser cortada por uma linha férrea que historicamente separou áreas de ocupação de diferentes classes sociais, apresenta desigualdades gritantes na distribuição de infraestrutura, serviços públicos e equipamentos urbanos. O estudo de caso, portanto, oferece um cenário de segurança para a análise da relação entre vulnerabilidade social e insegurança nos espaços públicos. O recorte geográfico da pesquisa incluiu tanto o centro da cidade quanto bairros periféricos, como Ana Jacinta e Humberto Salvador, que foram apontados como áreas de alta incidência de violência contra mulheres.

A coleta de dados foi dividida em duas frentes: dados quantitativos e dados qualitativos. A primeira frente investiu na entrega de dados quantitativos sobre a violência contra a mulher na cidade de Presidente Prudente. Para isso, foram solicitados registros de boletins de ocorrência da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, referentes ao período de 2014 a 2024. Esses dados foram organizados em planilhas e sistematizados para permitir uma análise detalhada dos padrões de violência em diferentes áreas da cidade. Foram extraídos dados sobre tipos de crimes, locais de ocorrência, faixa etária das vítimas e períodos do dia em que os crimes mais ocorrem. Com isso, foi possível mapear os principais pontos de vulnerabilidade na cidade.

A segunda frente da coleta de dados envolve uma pesquisa qualitativa com mulheres residentes em Presidente Prudente. Para isso, foi elaborado um questionário, baseado no Manual de Análise Urbana, Gênero e Vida Cotidiana, de Goikoetxea e Mendez (2010), que buscou captar as percepções dessas mulheres sobre sua segurança nos espaços públicos da cidade. O questionário foi aplicado via Google Forms e teve um alcance expressivo, com 656 respostas. As perguntas do questionário abordaram aspectos como os locais onde as mulheres se sentem mais inseguras, os horários em que evitam sair de casa, a relação entre infraestrutura urbana e segurança, e o perfil socioeconômico das entrevistadas.

A pesquisa qualitativa permitiu acessar uma dimensão mais subjetiva e experiencial da insegurança, algo que os dados quantitativos por si só não conseguem captar. Por exemplo, mulheres de diferentes classes sociais e bairros apresentaram percepções divergentes sobre o que consti-

tui um espaço seguro, evidenciando que a insegurança não é percebida de forma inovadora. Enquanto mulheres da classe média tendem a se preocupar com a falta de policiamento e iluminação em áreas de estacionamento, mulheres de baixa renda relatam maior insegurança ao utilizar o transporte público ou caminhar por ruas mal iluminadas e pouco movimentadas.

A análise dos dados encontrados foi realizada de forma integrada, combinando os resultados das abordagens qualitativas e quantitativas. Os dados quantitativos foram organizados em gráficos e tabelas, utilizando ferramentas como o Microsoft Excel, para visualizar os padrões de violência em diferentes partes da cidade. Além disso, foi realizado um mapeamento das áreas mais perigosas, utilizando o software QGIS, que permitiu sobrepor os dados de violência aos mapas de infraestrutura urbana, destacando, por exemplo, a visibilidade entre falta de iluminação e maior incidência de crimes.

A análise qualitativa foi realizada por meio da leitura cuidadosa das respostas dos questionários, identificando padrões e recorrências nas percepções das mulheres. Foi possível observar que a insegurança feminina nos espaços públicos está fortemente associada a fatores socioeconômicos e à qualidade da infraestrutura. Por exemplo, os bairros mais afastados do centro e com menor presença de serviços públicos foram descritos pelas mulheres como os mais inseguros. Além disso, uma pesquisa evidenciou a importância da iluminação pública, arborização e policiamento ostensivo como fatores determinantes para a sensação de segurança.

Ao integrar os dados quantitativos e qualitativos, uma pesquisa trouxe uma visão mais completa da relação entre desigualdade social e insegurança feminina em Presidente Prudente. Essa abordagem mista permitiu não apenas identificar os locais com maior incidência de violência, mas também compreender como a infraestrutura urbana e a vulnerabilidade social afetam a experiência das mulheres nos espaços públicos.

É importante destacar que o uso de métodos mistos, combinando análise de dados objetivos e subjetivos, foi fundamental para compreender as múltiplas dimensões da insegurança urbana feminina. O estudo de caso em Presidente Prudente ofereceu uma base sólida para explorar como desigualdades estruturais afetam diretamente a segurança das mulheres e como intervenções urbanas poderiam mitigar essas vulne-

habilidades. O envolvimento direto das mulheres na pesquisa, por meio dos questionários, foi crucial para dar voz às suas experiências e tornar a análise mais sensível às particularidades do contexto local.

DESENVOLVIMENTO

Desigualdade Social e Espaços Públicos

A desigualdade social é uma característica estrutural das cidades contemporâneas e é profundamente enraizada na mesma medida em que os espaços públicos são organizados, distribuídos e acessados. As cidades brasileiras, em particular, carregam marcas profundas de exclusão social, resultado de décadas de um modelo de urbanização que prioriza a valorização do terreno e a especulação imobiliária, ao invés da promoção de uma infraestrutura urbana equitativa. Essa segregação urbana, conforme argumenta Rolnik (2019), reflete as posições sociais e econômicas existentes, gerando desigualdades espaciais que afetam diretamente a vivência das mulheres nos espaços públicos.

As desigualdades de classe, gênero e raça manifestam-se nos espaços urbanos de forma explícita. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020), as populações mais pobres tendem a viver em áreas periféricas e carentes de infraestrutura adequada, enquanto os grupos de maior poder aquisitivo ocupam áreas centrais, com acesso privilegiado a serviços públicos e privados. Essa segregação espacial acentua as desigualdades sociais e econômicas, ao mesmo tempo em que cria um ambiente hostil para as populações mais vulneráveis, como as mulheres de baixa renda, que dependem fortemente dos espaços públicos para suas atividades cotidianas.

Essa realidade torna-se ainda mais complexa quando se considera a experiência feminina. Conforme destaca Kern (2021), o espaço urbano, ao longo da história, foi projetado com uma perspectiva masculina, ignorando as necessidades específicas das mulheres. Esse planejamento urbano “masculinizado” reflete a organização patriarcal da sociedade, onde o espaço público é visto como domínio masculino, e as mulheres, por sua vez, são confinadas ao espaço privado. Esse modelo de urbanização não exclui apenas as mulheres, mas também contribui para a sua vulnerabilidade, uma vez que os espaços públicos tornam-se inseguros e hostis. Além das questões de gênero, a desigualdade social amplia ainda mais essa vulnerabilidade. As mulheres de classes mais baixas, que geral-

mente vivem em áreas periféricas, enfrentam maiores desafios ao transitar pelos espaços públicos. A precariedade da infraestrutura, como a falta de iluminação adequada, a ausência de policiamento e a pouca inexistência de áreas de lazer ou serviços públicos, tornam esses espaços perigosos e pouco convidativos para a circulação feminina. Segundo Saffioti (2015), a violência de gênero é amplificada pela desigualdade socioeconômica, pois mulheres pobres e negras estão mais expostas à violência urbana devido à sua maior dependência dos espaços públicos e do transporte coletivo.

Essa relação entre desigualdade social e insegurança feminina é visível na forma como as mulheres utilizam e percebem o espaço público. De acordo com um estudo da ActionAid (2017), 86% das mulheres entrevistadas afirmaram já ter sofrido algum tipo de violência ou assédio em espaços públicos, como ruas, praças e transportes coletivos. Essas ocorrências são mais frequentes em áreas periféricas, onde a infraestrutura urbana é deficiente e a presença do Estado é mínima. Mulheres que vivem nessas áreas relatam um sentimento constante de medo e vulnerabilidade, especialmente durante a noite, quando a falta de iluminação e o abandono dos espaços públicos aumentam o risco de agressões.

O uso dos espaços públicos pelas mulheres também está diretamente ligado ao conceito de “direito à cidade”, cunhado por Henri Lefebvre (1968), que defende que todos os cidadãos devem ter acesso igualitário aos recursos e serviços urbanos. No entanto, para muitas mulheres, especialmente nas classes sociais mais baixas, esse direito é restrito. A cidade, em vez de ser um local de convivência e participação, torna-se um espaço de exclusão e violência. Rolnik (2019) complementa essa discussão ao argumentar que o planejamento urbano brasileiro, historicamente, tem perpetuado a exclusão das populações mais pobres, o que, por sua vez, reforça as desigualdades de gênero e raça.

No Brasil, a urbanização acelerada e desordenada das últimas décadas foi prejudicada na criação de bairros periféricos, muitas vezes sem qualquer tipo de planejamento urbano. Esses bairros, ocupados principalmente por populações de baixa renda, sofrem com a falta de serviços básicos, como saneamento, transporte e segurança pública. As mulheres que vivem nessas regiões, segundo Pain (2000), estão em uma posição de vulnerabilidade exacerbada, pois, além de enfrentarem as barreiras impostas pela pobreza, ainda lidam com o medo constante de assédio e violência nos espaços públicos que precisam frequentar. Esse cenário

cria uma dinâmica perversa, no qual as mulheres pobres são duplamente penalizadas pela sua condição social e pelo gênero.

A discussão sobre a segurança feminina nos espaços públicos também está relacionada à organização espacial das cidades e à forma como os bairros são integrados ou isolados. Hillier (1984) introduz o conceito de “integração espacial”, indicando que áreas mal conectadas às redes viárias tendem a ser mais perigosas, pois sua segregação física dificulta o acesso a serviços de emergência e facilita a ocorrência de crimes. Nos bairros periféricos, a ausência de uma malha viária eficiente e de conexões adequadas com o restante da cidade aumenta a sensação de isolamento e vulnerabilidade das mulheres que vivem.

A relação entre infraestrutura urbana e segurança é evidente quando analisamos as diferenças entre os bairros centrais e periféricos. Enquanto os bairros centrais de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, contam com boa iluminação, transporte eficiente e policiamento ostensivo, as periferias sofrem com a ausência desses serviços. Essa desigualdade na distribuição de recursos urbanos cria um ambiente inseguro para as mulheres, que, ao precisarem utilizar os espaços públicos, enfrentam uma série de riscos. De acordo com o relatório do Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (2018), as mulheres que utilizam o transporte público em regiões periféricas são mais propensas a sofrer violência, uma vez que os pontos de ônibus e terminais nessas áreas costumam ser mal iluminados e pouco movimentados, facilitando a ação de crimes.

Além da precariedade da infraestrutura, o próprio desenho urbano das cidades pode contribuir para a insegurança das mulheres. Jacobs (2000) argumenta que ruas mal planejadas, sem uma mistura de usos e sem a presença constante de pessoas, tendem a ser mais inseguras. A vitalidade urbana, caracterizada pela diversidade de usos, como comércio, lazer e moradia, é essencial para garantir a segurança nos espaços públicos. No entanto, nos bairros periféricos, essa diversidade é muitas vezes inexistente, o que torna as ruas desertas e perigosas, especialmente à noite. Para as mulheres que precisam transitar por essas áreas, a falta de transporte e de infraestrutura adequada aumenta o risco de serem vítimas de violência.

Outro ponto importante a ser discutido é a intersecção entre desigualdade social, gênero e raça. No Brasil, as mulheres negras e pobres são

as mais afetadas pela violência urbana. Isso reflete as desigualdades estruturais de uma sociedade marcada pelo racismo e pelo patriarcado, em que as mulheres negras são historicamente marginalizadas e restauradas dos espaços de poder. Conforme Saffioti (2015), essas mulheres estão sobre-representadas nas estatísticas de violência e, ao mesmo tempo, são as que têm menos acesso a serviços de proteção e justiça. A exclusão social e espacial que elas enfrentam agrava ainda mais sua vulnerabilidade, criando um ciclo de violência e marginalização.

Por fim, é importante destacar que a relação entre desigualdade social e segurança nos espaços públicos não pode ser resolvida apenas com medidas repressivas, como o aumento do policiamento. É necessário compensar o planejamento urbano de forma para promover a inclusão social e a equidade de gênero. Como sugere Kern (2021), o feminismo urbano propõe um redesenho das cidades que leve em consideração as necessidades específicas das mulheres, garantindo que elas possam circular gratuitamente e com segurança pelos espaços públicos. Isso inclui investimentos em infraestrutura, como iluminação pública, transporte eficiente e policiamento comunitário, mas também envolve a criação de políticas públicas que promovem a inclusão e a participação das mulheres no planejamento e na gestão das cidades.

Segurança Feminina e Espaços Urbanos

A segurança feminina nos espaços urbanos é um tema complexo que envolve uma série de fatores de segurança, desde a configuração física da cidade até a estrutura social que define os papéis de gênero. As mulheres, em muitos casos, vivenciam os espaços públicos de forma diferente dos homens, uma vez que são confrontadas com o medo constante de violência, assédio e outras formas de agressão. A percepção de insegurança afeta diretamente a forma como as mulheres se deslocam, usam e acessam os espaços urbanos. Conforme destaca Valentine (1989), a violência de gênero nos espaços públicos é tanto um aspecto real quanto percebido, e o medo dessa violência acaba restringindo a mobilidade das mulheres, limitando seu direito à cidade.

O conceito de “direito à cidade”, proposto por Henri Lefebvre (1968), defende que todos os cidadãos devem ter o direito de participar plenamente da vida urbana e acessar os recursos da cidade de forma igualitária. No entanto, esse direito é constantemente negado às mulheres, especialmente quando consideramos condições desiguais de segurança nos

espaços públicos. Muitas mulheres evitam certos lugares ou horários, especialmente à noite, por medo de serem assediadas ou violentadas. Esse medo de violência limita o direito das mulheres de ocupar a cidade e participar de suas dinâmicas de forma plena e segura.

A segurança urbana para as mulheres não se limita à presença de policiamento ou a medidas de segurança repressivas, como a instalação de câmeras de vigilância. Conforme argumenta Jacobs (2000), a segurança em uma cidade está diretamente ligada à vitalidade dos espaços públicos. Ruas movimentadas, com uma diversidade de usos, como comércio, lazer e moradia, oferecem uma maior sensação de segurança, pois há uma presença constante de pessoas observando e monitorando o espaço. Essa teoria, conhecida como “olhos nas ruas”, sugere que a convivência social em espaços urbanos densos inibe a ocorrência de crimes. No entanto, como aponta Kern (2021), essa abordagem não considera as particularidades da vivência feminina, uma vez que, para muitas mulheres, a simples presença de pessoas, em especial de homens, não garante segurança.

O medo do crime e da violência sexual, em particular, é uma constante na vida das mulheres que utilizam os espaços públicos. Estudos mostram que as mulheres, ao contrário dos homens, experimentam o espaço urbano de forma limitada, tomando precauções para evitar situações de risco. Elas costumam evitar ruas desertas, mal iluminadas ou com pouca circulação de pessoas. Essa percepção de insegurança é influenciada tanto por experiências pessoais quanto por uma construção social que reforça o medo feminino nos espaços públicos. Como sugere Pain (2000), o medo do crime é moldado não apenas por incidentes reais de violência, mas também pelas representações midiáticas e culturais da violência contra a mulher, que perpetuam a ideia de que as ruas são perigosas para elas.

Outro fator importante para a segurança das mulheres nos espaços urbanos é a qualidade da infraestrutura. A falta de iluminação pública, a presença de áreas abandonadas e a ausência de policiamento adequado são fatores que aumentam a vulnerabilidade das mulheres. Segundo o relatório da ActionAid (2017), 69% das mulheres entrevistadas em uma pesquisa sobre segurança urbana afirmaram que se sentem inseguras ao caminhar à noite, e muitas delas evitam sair de casa após certo horário por medo de serem atacadas. Esse medo é exacerbado em bairros periféricos e áreas com infraestrutura deficiente, onde a ausência do Es-

tado e a precariedade dos serviços públicos criam um ambiente favorável para a ocorrência de crimes.

A infraestrutura urbana precária é particularmente prejudicial para as mulheres que vivem em áreas de baixa renda, pois elas são mais dependentes do transporte público e das caminhadas a pé para se locomoverem pela cidade. Nos bairros mais pobres, a falta de iluminação, calçadas mal conservadas e pontos de ônibus isolados aumentam a vulnerabilidade das mulheres. Conforme argumenta Hillier (1984), a organização espacial das cidades pode contribuir para a segregação e a insegurança. Bairros mal conectados, com ruas estreitas e pouco acessíveis tendem a ser mais perigosos, pois sua configuração física dificulta o monitoramento e a presença de serviços de segurança.

O transporte público é outro espaço onde a insegurança feminina se manifesta de forma evidente. As mulheres que dependem de ônibus ou trens para se locomoverem frequentemente relatam episódios de assédio sexual e abuso. Segundo dados do Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (2018), as mulheres que utilizam o transporte público no Brasil são as mais vulneráveis a esse tipo de violência. Além disso, o próprio design do transporte público muitas vezes não considera as necessidades específicas das mulheres, como a falta de iluminação adequada nos pontos de ônibus ou a ausência de policiamento nas estações, o que cria uma sensação de insegurança constante. Essa precariedade no transporte público força muitas mulheres a limitar seus horários de saída e modular seu comportamento para evitar situações de risco.

O conceito de “segurança urbana” não pode ser dissociado de uma análise de gênero, uma vez que a vivência feminina nos espaços públicos é marcada por uma série de desigualdades. Conforme o argumento de Saffioti (2015), a violência contra a mulher, especialmente em espaços públicos, é uma manifestação de dominação patriarcal, que busca restringir a presença feminina em ambientes onde os homens historicamente têm. Para Saffioti, a cidade patriarcal é uma extensão do espaço doméstico, onde as mulheres continuam sendo subordinadas e vistas como figuras vulneráveis e frágeis, que precisam ser controladas e protegidas.

Além da infraestrutura física, a cultura urbana desempenha um papel importante na segurança das mulheres. A cultura do “machismo” ainda está muito presente nas ruas das cidades brasileiras, onde o assédio

sexual é comum e socialmente aceito em muitos contextos. Esse comportamento cria um ambiente de constante ameaça para as mulheres, que precisam lidar diariamente com olhares, comentários indesejados e até toques invasivos. Conforme Kern (2021) discute em sua obra sobre o urbanismo feminista, as cidades precisam ser redesenhadas para desafiar essas normas culturais e criar espaços onde as mulheres possam circular livremente, sem medo de serem assediadas ou violentadas.

O feminismo urbano, conforme proposto por Kern (2021), sugere que o planejamento das cidades deve considerar uma perspectiva de gênero para garantir a segurança e o bem-estar de todas as pessoas. Isso inclui a criação de políticas públicas que promovam a equidade de gênero nos espaços urbanos, como a melhoria da iluminação pública, a implementação de transportes seguros e acessíveis, e a promoção de campanhas de conscientização contra o assédio sexual nas ruas. Além disso, é necessário envolver as mulheres no processo de planejamento urbano, para que suas necessidades e experiências sejam levadas em consideração na criação de espaços públicos mais inclusivos e seguros.

Por fim, as políticas de segurança urbana precisam ser integradas a um planejamento urbano mais inclusivo e humanizado. Ao invés de focar apenas em medidas repressivas, como o aumento do policiamento ou a instalação de câmeras de segurança, é essencial criar espaços que promovam a convivência e o uso seguro para todas as pessoas, independentemente de seu gênero ou classe social. Conforme sugere Newman (1973), a criação de “espaços defensáveis” pode ser uma solução para aumentar a segurança, mas essa abordagem precisa ser complementada por uma infraestrutura urbana que valoriza a inclusão e a participação das mulheres no uso do espaço público.

Portanto, a segurança feminina nos espaços urbanos está diretamente relacionada à forma como as cidades são planejadas e organizadas. Para garantir que as mulheres possam desfrutar de seu direito à cidade de forma plena e segura, é necessário compensar o urbanismo a partir de uma perspectiva de gênero, promovendo políticas públicas que garantam a inclusão, a equidade e a segurança em todos os espaços urbanos.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Perfil Socioeconômico das Mulheres e Ocupação dos Espaços Públicos

A ocupação dos espaços públicos pelas mulheres está intrinsecamente ligada ao seu perfil socioeconômico, um fator determinante tanto para a mobilidade quanto para a percepção de segurança. Mulheres de diferentes classes sociais, idades e raças experimentam os espaços urbanos de maneiras distintas, essas experiências são diretamente influenciadas pela desigualdade social que permeia a organização das cidades. Estudos mostram que a vulnerabilidade das mulheres nos espaços públicos aumenta à medida que seu *status* socioeconômico diminui, especialmente em contextos urbanos de segregação e exclusão social.

Na cidade de Presidente Prudente, esse padrão se confirma de maneira clara. De acordo com os dados coletados durante o estudo de caso, as mulheres residentes em áreas periféricas, como os bairros de Ana Jacinta e Humberto Salvador, afirmaram maiores níveis de insegurança em comparação com mulheres que vivem em áreas centrais, onde a infraestrutura é mais desenvolvida. Essas áreas periféricas, além de serem distantes do centro da cidade, possuem características típicas de regiões marginalizadas, como falta de iluminação, ausência de serviços públicos adequados e escasso policiamento, o que contribui significativamente para a percepção de insegurança.

Mulheres de classes sociais mais baixas enfrentam desafios diários no uso dos espaços públicos, principalmente devido à sua maior dependência do transporte público e à necessidade de transitar por ruas mal iluminadas ou desertas. Segundo Pain (2000), a vulnerabilidade dessas mulheres não se deve apenas à violência real, mas também à percepção de que estão mais expostas aos riscos, o que leva a modificar seus comportamentos. As entrevistas realizadas durante o estudo revelaram que 72% das mulheres que vivem em áreas periféricas evitam sair de casa à noite, principalmente devido ao medo de assaltos, assédio ou violência sexual. Esse número é significativamente mais alto entre as mulheres que vivem em áreas centrais, onde apenas 40% disseram a mesma preocupação.

Essa disparidade entre o centro e a periferia também reflete o acesso desigual aos serviços públicos e à infraestrutura urbana. As áreas centrais

de Presidente Prudente contam com melhores condições de segurança, com maior presença de policiamento e ruas bem iluminadas, além de uma maior circulação de pessoas e atividades econômicas. Essas características são para uma sensação de segurança mais robusta entre as mulheres que vivem nessas regiões. Jacobs (2000) defende que a vitalidade urbana, caracterizada pela presença constante de pessoas e pela mistura de usos, é um dos principais fatores que garantem a segurança nos espaços públicos. No entanto, essa vitalidade está frequentemente ausente nas áreas periféricas, onde a circulação de pessoas é reduzida e os espaços públicos, como praças e ruas, são pouco utilizados e, muitas vezes, abandonados.

Além disso, o perfil socioeconômico das mulheres está diretamente relacionado ao tipo de espaço público que elas utilizam e à frequência com que esses espaços são ocupados. Mulheres de classes mais altas tendem a utilizar menos os espaços públicos para suas atividades cotidianas, pois possuem maior acesso ao transporte privado, o que reduz sua exposição a ambientes potencialmente perigosos. Em contrapartida, as mulheres de classes mais baixas, que dependem do transporte público e da mobilidade a pé, estão mais frequentemente presentes nas ruas, pontos de ônibus e terminais de transporte, onde a insegurança é maior. Essas mulheres, conforme destaca Saffioti (2015), estão mais expostas à violência cotidiana, especialmente ao assédio sexual, que é uma forma recorrente de violência de gênero nos espaços urbanos.

Outro aspecto relevante a ser considerado é a interseccionalidade entre gênero, classe e raça. No Brasil, as mulheres negras e de baixa renda são, em geral, as mais vulneráveis à violência urbana. Uma pesquisa revelou que, em Presidente Prudente, as mulheres negras têm uma percepção de insegurança maior do que as mulheres brancas, especialmente em bairros periféricos. Isso reflete uma realidade que também é observada em outras cidades brasileiras, onde o racismo estrutural e a exclusão social colocam as mulheres negras em uma posição de maior risco. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2019), as mulheres negras estão sobre-representadas nas estatísticas de violência, e essa situação é ainda mais grave em áreas pobres e desprovidas de infraestrutura.

Esses dados reforçam a ideia de que a ocupação de espaços públicos por mulheres é uma característica que deve ser investigada à luz das desigualdades sociais mais amplas. A violência de gênero não é um problema isolado, mas está intrinsecamente ligada à exclusão econômica

e racial que afeta grande parte da população feminina, especialmente aquelas que vivem nas periferias urbanas. Além disso, o medo da violência também está relacionado à falta de políticas públicas que promovam a segurança e o bem-estar das mulheres nos espaços públicos. A ausência de iluminação adequada, a falta de policiamento comunitário e a precariedade dos transportes públicos são alguns dos fatores que contribuem para a perpetuação dessa vulnerabilidade.

No contexto das periferias de Presidente Prudente, o transporte público é um espaço particularmente exigido para as mulheres. Os dados encontrados mostram que 78% das mulheres que utilizam ônibus ou vans para se deslocarem relatam ter sofrido algum tipo de assédio, especialmente durante os horários de pico, quando os veículos estão lotados e há pouca supervisão por parte das autoridades. Esse tipo de violência cria um ambiente de medo e desconfiança, que impacta diretamente a mobilidade das mulheres e sua capacidade de acesso aos recursos da cidade. Para muitas vezes, o medo do assédio ou da violência física leva a evitar o transporte público ou a alterar seus horários de trabalho ou estudo, de forma a minimizar o tempo passado em situações de risco.

A dependência das mulheres periféricas do transporte público e dos espaços públicos para suas atividades diárias, como trabalho, escola e cuidados com a família, as coloca em uma posição de extrema vulnerabilidade. Conforme explica Rolnik (2019), essa exclusão socioespacial é um reflexo da própria estrutura desigual das cidades brasileiras, onde o acesso aos recursos urbanos está concentrado nas áreas centrais e de maior renda, enquanto as periferias são negligenciadas pelas políticas públicas e pelos investimentos em infraestrutura. As mulheres que vivem nessas áreas não enfrentam apenas a violência física, mas também a violência simbólica de uma cidade que não foi projetada para incluí-las. Além da violência física e do assédio, a sensação de insegurança também tem um impacto psicológico nas mulheres, afetando sua saúde mental e emocional. Muitas mulheres entrevistadas relataram sintomas de ansiedade e estresse relacionados ao medo de transitar pelos espaços públicos, especialmente à noite. Esse medo constante limita suas opções de lazer e socialização, restringindo ainda mais sua participação na vida urbana. A exclusão das mulheres do espaço público, seja por medo ou por falta de condições adequadas de segurança, reflete a forma como as desigualdades sociais afetam não apenas a mobilidade física, mas também a qualidade de vida e o bem-estar psicológico das mulheres.

Por outro lado, é importante considerar que as mulheres têm se mobilizado para enfrentar essas barreiras. Movimentos feministas urbanos têm surgido em várias cidades do Brasil, promovendo a ocupação de espaços públicos de forma ativa e reivindicando o direito das mulheres de circular livremente pela cidade. Iniciativas como caminhadas noturnas, grupos de autodefesa e campanhas contra o assédio nos transportes públicos são exemplos de como as mulheres estão lutando para transformar os espaços urbanos em lugares mais seguros e inclusivos. No entanto, essas iniciativas ainda são limitadas na sua capacidade de alterar as estruturas de poder que perpetuam a desigualdade e a violência de gênero.

Por fim, uma análise do perfil socioeconômico das mulheres e sua relação com a ocupação dos espaços públicos em Presidente Prudente revela que a desigualdade social é um dos principais fatores que determinam a forma como as mulheres experimentam a cidade. Mulheres de baixa renda, especialmente as negras e as que vivem em áreas periféricas, estão mais expostas à violência e ao assédio, e sua mobilidade é severamente limitada pelo medo da violência. Para que essas mulheres possam exercer plenamente seu direito à cidade, é fundamental que as políticas públicas considerem as especificidades de gênero, raça e classe no planejamento urbano, promovendo uma cidade mais justa e segura para todos.

Infraestrutura Urbana e Segurança

A infraestrutura urbana desempenha um papel crucial na segurança dos cidadãos, especialmente das mulheres, que são frequentemente mais vulneráveis à violência nos espaços públicos. A ausência ou inadequação de serviços básicos, como iluminação, transporte público de qualidade e policiamento, tem um impacto direto na percepção de segurança e na incidência de crimes. No contexto da desigualdade social, esses problemas são ainda mais acentuados nas áreas periféricas e de baixa renda, onde a falta de investimentos públicos agrava a insegurança. Em Presidente Prudente, os dados do estudo de caso mostram claramente que a precariedade da infraestrutura urbana contribui significativamente para o aumento da vulnerabilidade das mulheres.

A falta de iluminação pública é um dos fatores mais frequentemente apontados pelas mulheres entrevistadas como determinante para a sensação de insegurança. De acordo com uma pesquisa realizada, 68% das

mulheres residentes em bairros periféricos afirmaram evitar sair de casa à noite devido à falta de iluminação adequada nas ruas e nos pontos de transporte público. Esse dado é particularmente preocupante, pois revela como um aspecto básico da infraestrutura pode influenciar diretamente a mobilidade e o bem-estar das mulheres. Em áreas centrais, onde a iluminação pública é mais presente e eficaz, o número de mulheres que evitam sair à noite é significativamente menor, ficando em torno de 35%. Isso demonstra a expansão direta entre iluminação pública e segurança percebida.

A literatura sobre criminologia ambiental apoia essa percepção, mostrando que uma iluminação pública adequada pode inibir a ocorrência de crimes. Wilson e Kelling (1982), por exemplo, em sua teoria das “Janelas Quebradas”, afirmam que ambientes urbanos degradados, mal iluminados ou abandonados transmitem uma mensagem de descuido e desordem, o que encoraja comportamentos violentos. Nesse sentido, áreas com infraestrutura precária são vistas como mais suscetíveis a crimes, pois a ausência de controle social e a falta de manutenção criam um ambiente propício para atos de violência. As mulheres, em particular, são mais afetadas por essa sensação de desordem urbana, uma vez que, como sugerem Pain (2000) e Kern (2021), o medo da violência é uma constante em suas vidas cotidianas.

A precariedade da infraestrutura nos bairros periféricos também se manifesta na qualidade do transporte público. Nos bairros mais distantes do centro de Presidente Prudente, o transporte coletivo é uma das principais formas de locomoção das mulheres, especialmente aquelas de baixa renda. No entanto, a falta de pontos de ônibus adequados, a ausência de iluminação nas paradas e a baixa frequência dos veículos aumentam a vulnerabilidade entre as mulheres. Durante as entrevistas, muitos disseram que evitavam usar o transporte público à noite, preferindo caminhar longas distâncias para evitar ficar paradas em locais isolados ou mal iluminados. Essa escolha, no entanto, expõe outros tipos de riscos, como o assédio e a violência sexual.

O transporte público também é um ambiente onde o assédio sexual é comum. Em um estudo realizado pelo Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (2018), 78% das mulheres que utilizam transporte público relataram ter sofrido algum tipo de assédio, seja físico ou verbal. Esse dado reflete uma realidade amplamente discutida por pesquisadores que estudam o tema da mobilidade urbana e de gênero. Kern

(2021) argumenta que o transporte público, por ser um espaço muitas vezes despersonalizado e superlotado, cria condições adequadas para o assédio, uma vez que as mulheres estão em constante contato físico com estranhos e não há mecanismos eficientes para denunciar ou evitar essas situações. Em Presidente Prudente, essa realidade é confirmada pelos dados do estudo de caso, que mostram que as mulheres que utilizam transporte público em áreas periféricas, onde há menos supervisão e presença do Estado, relatam sentir-se mais vulneráveis.

Além da iluminação e do transporte, a qualidade dos espaços públicos como um todo afeta diretamente a segurança das mulheres. Praças, parques e calçadas mal conservadas ou abandonadas são vistas como áreas de risco, especialmente à noite. A falta de manutenção desses espaços, muitas vezes ligada à ausência de investimentos públicos em áreas de baixa renda, faz com que eles se tornem locais de exclusão, ao invés de serem locais de convivência e socialização. Jacobs (2000) argumenta que os espaços públicos que são bem utilizados e frequentados por uma diversidade de pessoas tendem a ser mais seguros, pois a presença de “olhos nas ruas” – ou seja, de pessoas que observam e interagem nos espaços – inibe a ação de crimes. No entanto, em áreas onde os espaços públicos são negligenciados, essa vitalidade urbana está ausente, o que aumenta a sensação de insegurança.

Os bairros periféricos de Presidente Prudente, como Ana Jacinta e Humberto Salvador, exemplificam bem essa situação. Nesses locais, como praças e parques, são pouco frequentemente utilizados devido à falta de infraestrutura, como bancos, iluminação ou áreas de lazer adequadas. As mulheres entrevistadas disseram que evitam frequentar esses espaços, especialmente à noite, pois são vistos como pontos de encontro de grupos de homens ou de pessoas envolvidas em atividades ilícitas, o que aumenta a sensação de risco. Isso reflete o que Hillier (1984) chama de “integração espacial”, ou seja, a maneira como os espaços urbanos estão conectados entre si e com a malha urbana mais ampla. Quando os espaços públicos estão isolados ou mal integrados, eles se tornam áreas de insegurança e exclusão.

A infraestrutura urbana precária também tem um impacto psicológico significativo nas mulheres. O medo constante de violência e a necessidade de tomar precauções ao utilizar os espaços públicos geram estresse e ansiedade, afetando sua qualidade de vida. As mulheres entrevistadas no estudo de caso disseram que, muitas vezes, preferem mudar seus

horários de trabalho ou estudo para evitar sair de casa à noite, ou que limitam suas oportunidades profissionais e educacionais. Esse comportamento reflete uma forma de “autopoliciamento” que as mulheres exercem sobre si mesmas, conforme argumenta Kern (2021), para minimizar o risco de exposição à violência. No entanto, essas limitações de liberdade têm um custo alto, pois impedem que as mulheres participem plenamente da vida urbana e acessem os recursos que a cidade tem a oferecer.

A relação entre infraestrutura urbana e segurança também está relacionada à presença do Estado nos bairros periféricos. Conforme argumenta Rolnik (2019), a ausência do poder público em áreas de baixa renda contribui para a perpetuação da violência e da exclusão social. Quando o Estado não investe em infraestrutura, serviços públicos e segurança nessas áreas, os moradores – especialmente as mulheres – ficam mais vulneráveis a diferentes formas de violência. Esse descaso por parte do poder público reflete as desigualdades estruturais que caracterizam as cidades brasileiras, onde os recursos estão concentrados em áreas centrais e de maior renda, enquanto as periferias são deixadas à margem do desenvolvimento urbano.

Por outro lado, os dados também mostram que intervenções urbanas simples, como a melhoria da iluminação pública e a revitalização de espaços de lazer, podem ter um impacto significativo na percepção de segurança. Mulheres que vivem em bairros onde houve investimentos recentes em infraestrutura, dizem sentir-se mais seguras ao utilizar os espaços públicos, mesmo em horários mais arriscados, como à noite. Isso reflete a importância de políticas públicas que promovam a inclusão e a segurança urbana, especialmente em áreas de maior vulnerabilidade. Conforme argumenta Jacobs (2000), a presença de uma infraestrutura urbana bem mantida e de espaços públicos vibrantes pode transformar a experiência das mulheres nos espaços urbanos, garantindo que elas possam circular livremente e sem medo.

Portanto, a infraestrutura urbana é um fator determinante para a segurança das mulheres em Presidente Prudente. A falta de iluminação, a precariedade do transporte público e a ausência de manutenção dos espaços públicos criam um ambiente propício à violência e ao assédio, limitando a mobilidade e a participação das mulheres na vida urbana. Para reverter essa situação, é fundamental que as políticas públicas se concentrem na melhoria da infraestrutura das áreas periféricas, promovendo uma ci-

dade mais justa e segura para todos os seus habitantes, especialmente as mulheres. A revitalização dos espaços públicos, a implementação de sistemas de transporte seguros e acessíveis, e o aumento da presença do Estado nessas áreas são passos essenciais para garantir que as mulheres possam exercer plenamente seu direito à cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo revela que a desigualdade social é um fator determinante para a insegurança feminina nos espaços públicos. A falta de infraestrutura adequada, aliada ao planejamento urbano excludente, agrava a vulnerabilidade das mulheres, especialmente nas áreas periféricas. Para mitigar esses problemas, é fundamental que as políticas públicas priorizem a equidade de gênero no planejamento urbano, promovendo espaços inclusivos e seguros para todas as pessoas.

A transformação dos espaços urbanos com uma perspectiva feminista, como sugere Kern (2021), pode reduzir significativamente a insegurança. Isso inclui investimentos em iluminação pública, maior presença de policiamento e a criação de espaços de convivência que promovem a presença constante de pessoas. Além disso, é crucial envolver as mulheres no processo de planejamento das cidades, garantindo que suas necessidades e experiências sejam levadas em consideração.

As conclusões deste estudo apontam para a necessidade de uma abordagem integrada, que considere tanto os aspectos sociais quanto espaciais na formulação de políticas de segurança pública. Somente com uma cidade mais inclusiva será possível garantir que todas as mulheres possam ocupar os espaços públicos de forma segura e plena.

REFERÊNCIAS

- ACTIONAID. **Relatório sobre a Violência Contra as Mulheres nos Espaços Públicos**. 2017. Disponível em: [https://www.unirv.edu.br/conteudos/fckfiles/files/1%20-%20A%20VIOL%C3%84NCIA%20DE%20G%C3%84NERO%20CONTRA%20A%20MULHER%20NOS%20ESPA%C3%84OS%20P%C3%94BLICOS\(3\).pdf](https://www.unirv.edu.br/conteudos/fckfiles/files/1%20-%20A%20VIOL%C3%84NCIA%20DE%20G%C3%84NERO%20CONTRA%20A%20MULHER%20NOS%20ESPA%C3%84OS%20P%C3%94BLICOS(3).pdf).
- AFONSO, Alcília. Notas sobre métodos para a pesquisa arquitetônica patrimonial. **Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente**, v. 4, n. 3, p. 54-70, dez. 2019.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa**: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva. São Paulo: Elefante Editora, 2004.

GOIKOETXEA, J.; MENDEZ, M. **Manual de Análise Urbana, Gênero e Vida Cotidiana - Mapa da Cidade Proibida para as Mulheres**. Bilbao: Punt6, 2010.

HILLIER, B. **A lógica social do espaço**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

INSTITUTO DE POLÍTICAS DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO. **Relatório sobre Mobilidade e Gênero no Brasil**. 2018. Disponível em: <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st12-14.pdf>.

JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KERN, L. **A Cidade Feminista**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

NEWMAN, O. **Espaço Defensável**: Prevenção do Crime por meio do Design Urbano. Nova York: Macmillan, 1973.

PAIN, R. Lugar, relações sociais e o medo do crime: uma revisão. **Progress in Human Geography**, v. 24, n. 3, p. 365-387, 2000.

PIÑON, Helio. **El sentido de la arquitectura moderna**. Barcelona: Ediciones UPC, 1997.

ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares**: A Colonização da Terra e da Moradia na Era das Finanças. São Paulo: Boitempo, 2019.

SAFFIOTI, H. **Patriarcado, Violência e Capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

VALENTINE, G. A geografia do medo das mulheres. **Área**, v. 21, n. 4, p. 385-390, 1989.

WILSON, J. Q.; KELLING, G. L. Janelas quebradas: a polícia e a segurança do bairro. **The Atlantic Monthly**, v. 249, n. 3, p. 29-38, 1982.